

**DISCURSO DA DIREÇÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS EVENTOS COMEMORATIVOS
DE SEU CINQUENTENÁRIO**

**Profa. Dra. Leila Baumgratz Delgado Yacoub
Diretora da FSS/UFJF**

Autoridades Universitárias, fundadores, ex-diretores e Chefes de Departamento da Faculdade de Serviço Social, colegas Diretores de Institutos e Unidades de Ensino, demais autoridades, Caríssimos homenageados, Colegas Docentes, Técnico Administrativos em Educação, Discentes Assistentes Sociais aqui presentes, cumprimentando-os pelo Dia do Assistente Social, senhoras e senhores, meus caros amigos,

Há 50 anos, precisamente em 16 de maio de 1958, no prédio da Avenida Rio Branco, 3035, sob a direção da Madre Maria Aparecida Guimarães, foi proferida a Aula Inaugural do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, para a primeira turma de 20 alunas, das quais 15 concluíram o curso em 1961. Sob a liderança incontestada e incansável do Pe. Jaime Cornelius Jacob Snoeck, da Congregação dos Redentoristas _ que hoje nos honra e alegra com sua presença _, sua criação procurou responder ao interesse crescente pelo estudo das Ciências Sociais e pela complexidade da questão social, resultante do processo de industrialização e urbanização ao longo do século XIX, atendendo a demandas dos serviços assistenciais – habitualmente vinculados à Igreja Católica, dos setores empresariais e da classe trabalhadora.

Historicizar e contextualizar a fundação da nossa Faculdade, seus protagonistas, seu processo de incorporação a UFJF, seus percursos, revezes e resistência, lutas e conquistas neste meio século de existência, além da exibição do DVD que abriu este Evento, será tarefa do conferencista desta noite, seu ilustre e vibrante ex-aluno e ex-professor e um dos nossos homenageados, Professor Dr. José Paulo Netto.

A mim caberá uma abordagem sobre o tempo presente, a vida presente da Faculdade de Serviço Social e a tentativa de lançar luzes sobre o seu futuro próximo.

Como ex-aluna, professora e atualmente Diretora desta Faculdade, sem tomar em conta a grande responsabilidade de estar a frente de um Evento de tamanho significado, é uma imensa alegria fazer parte deste momento solene e festivo. Um momento festivo, mas, ao

mesmo tempo, fecundo, que marca a identidade e maturidade de um curso que, a partir do produto de vontades, trabalho e resistência de muitos, ergueu uma história de vanguarda e de coragem nestes seus 50 anos de existência.

Murilo Mendes, nosso tão caro poeta mineiro e cidadão do mundo, afirmava que “a memória é uma construção do futuro, mais que do passado”. O poeta tinha absoluta razão! É muito gratificante constatar os saltos quantitativos e qualitativos que nossa Faculdade pode dar no curso desses 50 anos:

1) De uma faculdade particular e isolada, com 20 alunas matriculadas em 1958, para um dos raros cursos de graduação de natureza pública neste vasto estado de Minas Gerais, inserido e plenamente consolidado na dinâmica da Universidade Federal de Juiz de Fora, reconhecido nacionalmente não apenas em avaliações institucionais, mas sobretudo por meio do bom desempenho dos seus egressos em concursos e seleções no âmbito público e privado, seja para capacitação ou qualificação, seja para empregos; contando hoje com 240 alunos e estudos em nível avançado para a criação do curso noturno no 2º semestre de 2009;

2) seu pioneirismo na implantação do projeto de formação profissional encaminhado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1996, bem como a presença de várias colegas professoras nas gestões e encontros bi-anuais da ABEPSS, tendo nossa Faculdade sediado o VIII ENPESS, em 2002;

3) A partir de 1993 teve início a pós graduação lato sensu nas áreas de saúde, justiça, infância e adolescência e, ainda em curso, através de uma parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e a UFJF, a coordenação do Curso de Especialização em Estudos latino-americanos, que tem possibilitado o acesso ao conhecimento científico a setores populares historicamente excluídos e já titulóu cerca de 100 trabalhadores rurais militantes de vários movimentos sociais rurais, entre eles, o MST;

4) Em face da experiência e das demandas advindas dos cursos de especialização na área de saúde, a Faculdade de Serviço Social, contando com o trabalho de um grupo de professoras especialistas nesta área, em 1998 implantou o Programa de Residência Hospitalar em Serviço Social e, posteriormente, a Residência em Saúde da Família, dentro de uma perspectiva de interdisciplinaridade e de valorização dos conhecimentos biológicos e sociais

visando aprofundar a produção técnico-científica e contribuir para assegurar os direitos de cidadania;

5) Em 2001, remetendo ao ideal de liberdade que sustentou os mais longínquos movimentos dos inconfindentes mineiros, veio à luz o primeiro número impresso da Revista Libertas, espaço para a reflexão e debate de temas voltados para a realidade social brasileira e latino-americana, direcionada não só para Assistentes Sociais mas para todos aqueles que estão comprometidos com uma ação social voltada para os interesses da classe trabalhadora. Atualmente, com um novo formato editorial e gráfico compatível com normas acadêmicas e editoriais internacionais, lançamos a Libertas on line, possibilitando a democratização do acesso e maior visibilidade e alcance;

6) No Reitorado do Professor Renê Gonçalves de Matos, tendo em vista atender às demandas e exigências postas pelas Novas Diretrizes Curriculares e melhor servir ao público docente e discente, a Faculdade ampliou seu espaço físico agregando um Auditório _ que homenageia a Madre Altiva Pantoja Paixão, a Biblioteca, que conta hoje com cerca de 4.000 títulos e Gabinetes de Professores;

7) O espaço físico da Faculdade foi mais uma vez ampliado em 2006, no Reitorado da Professora Maria Margarida Martins Salomão, incorporando a gestão administrativa da Casa de Cultura, patrimônio histórico-cultural da cidade de Juiz de Fora, lócus privilegiado onde se efetiva o encontro necessário entre a Universidade e a Sociedade. Numa parceria com várias Unidades Acadêmicas da UFJF, entre elas o Instituto de Artes e Design, Faculdade de Comunicação, Faculdade de Educação Física e Desportos e Faculdade de Letras, efetiva uma proposta inovadora, fundamentada na articulação entre cultura e sociedade, com ênfase nas atividades de extensão e pesquisa. A Casa de Cultura, que se auto-denomina uma fábrica de projetos sócio-culturais e artísticos, entre outras atividades, abriga hoje o Pólo da Infância e da Juventude, atingindo 32 jovens de bairros periféricos de Juiz de Fora e o Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento_ um dos pioneiros do país, atendendo a 250 alunos com idade superior a 45 anos. Além dos Programas de Extensão já citados, temos ainda 6 projetos de extensão nas áreas de saúde e assistência social totalizando 27 bolsistas;

8) No ano de 2005, criamos o Mestrado em Serviço Social, gerando uma expansão qualitativa e quantitativa do nosso quadro docente, através da inserção de professores de

outras unidades da UFJF, Professoras Visitantes e PRODOC. O Programa já conferiu grau à 1ª turma e conta hoje com 37 alunos em diferentes estágios;

9) Entre os anos de 2001 e 2007, tendo em vista a implantação do Curso de Mestrado e o fortalecimento da pesquisa, num esforço coletivo, vários docentes se qualificaram e hoje a Faculdade de Serviço Social conta com 81% de seu quadro docente de doutores, quatro grupos de pesquisa, desenvolvendo 19 projetos e envolvendo 17 bolsistas de Iniciação Científica.

Todas essas conquistas, que vêm ocorrendo de forma acelerada, nos permitem vislumbrar a continuidade da qualificação do nosso quadro docente em nível de doutorado e pós-doutorado, o desabrochar de novos grupos de pesquisa e a perspectiva da criação do Curso de Doutorado em 2011.

Meu discurso é muito menos para exaltar e muito mais para reconhecer, render homenagens e agradecer.

Não estaríamos aqui hoje reunidos para a abertura dos Eventos Comemorativos do Cinquentenário da Faculdade de Serviço Social se não fosse o trabalho pioneiro dos seus fundadores, capitaneados pelo Pe. Jaime Snoeck: Irmã Dirce Galvão de Moura e Professores Francisco de Assis Martins Ribeiro, Itamar Bonfatti, Luzia Xavier e Nilo Batista. Nossa reconhecida homenagem pelo mérito de escreverem as primeiras páginas da bem sucedida história da nossa faculdade.

Necessário e justo, é também reconhecer e elogiar _ sobretudo num momento em que a privatização do ensino superior no Brasil se processa de forma brutal e avassaladora e sob os auspícios dos governos_ o trabalho incessante daqueles professores e funcionários que, sob a liderança da Madre Altiva Pantoja Paixão, sedimentaram a vida de nossa Instituição e conquistaram a tão almejada incorporação à Universidade Federal de Juiz de Fora em 1974.

A todos os ex-Diretores, Coordenadores de Curso, Chefes de Departamentos e professores aposentados, que ao longo destes 50 anos souberam cuidar da semente comprometendo-se com a formação de profissionais intelectual e tecnicamente qualificados para detectar e analisar os processos sociais, relacionando-os com o Serviço Social e a crítica da sua herança tradicional, assegurando uma formação profissional condizente com a interpretação da realidade e garantindo níveis de excelência para nossa faculdade.

Este reconhecimento estende-se também aos docentes dos dez Departamentos da Universidade Federal de Juiz de Fora que oferecem disciplinas para o curso, especialmente àqueles que aqui fincaram raízes, contribuindo decisivamente para a efetivação de uma sólida fundamentação teórico-prática no processo formativo dos Assistentes Sociais e da tão desejada multidisciplinaridade.

Aos Técnico-Administrativos em Educação, que aqui prestaram seus serviços, contribuindo para a construção da imagem de uma instituição de ensino de qualidade, reconhecida nacionalmente.

Rendemos também justa homenagem às lideranças do movimento estudantil da Faculdade de Serviço Social, do passado e do presente. Constituído antes do Golpe Militar de 1964, apesar dos Anos de Chumbo, foi e permanece vibrante e organizado. Internamente, a representação estudantil marca sua posição nas discussões sobre reforma curricular, avaliações institucionais e acadêmicas, calouradas e cursos de formação política para os estudantes, interferindo nos rumos da formação profissional. Externamente, realiza ações e opõe resistência, participando ativamente da vida política da Universidade e da Sociedade, na luta pela igualdade, pela justiça e pela transformação.

A formação profissional oferecida pela Faculdade de Serviço Social não seria completa sem a valiosa contribuição das Assistentes Sociais supervisoras dos diversos campos de estágio e sem a parceria do CRESS- 6ª Região nos eventos de formação e capacitação continuada e de organização da categoria.

O reconhecimento e agradecimento da Faculdade de Serviço Social no seu Cinquentenário alcança também o Professor René Gonçalves de Matos, Reitor no período de 1994/1998, e a Professora Maria Margarida Martins Salomão, Reitora no período de 1998 a 2006, que souberam auxiliar e incentivar os passos de uma unidade acadêmica de pequeno porte, porém talentosa. Em suas gestões nossa Unidade deu passos largos e firmes.

Este Evento não teria sido possível se não fosse o incentivo e o somatório do trabalho de muitas pessoas a quem publicamente agradecemos:

- Professor Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, e toda a equipe da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Diretoria de Comunicação, que viabilizaram as condições materiais.

- Professores José Paulo Netto e Marilda Vilella Iamamoto, nossos homenageados especialíssimos, pela ousadia, pela resistência a um regime de força, pelo brilhantismo e por dizerem sempre sim aos nossos convites;

- Professora Édina Resende Silveira de Alcântara, pela criação da logomarca alusiva ao Cinquentenário da Faculdade de Serviço Social, que hoje enfeita esta comemoração;

- Professor Márcio de Oliveira Guerra, e sua equipe de bolsistas, que nos assessorou na programação do evento e preparou o DVD que por muitas vezes ilustrará as nossas celebrações e contribuirá para a preservação de nossa memória;

Aos membros da Comissão Organizadora deste evento, Professoras Cláudia Mônica dos Santos, Cristina Simões Bezerra e Maria Aparecida Tardin Cassab, Marcélia Guimarães Paiva, técnico-administrativo em Educação, Luiz Agostinho Baldi, representante do DA, e especialmente à nossa vice-diretora Leda Maria Leal de Oliveira, que aceitou o desafio da Presidência e às nossas caras ex-Diretoras Marilene dos Santos Sansão, Rita de Cássia Jacometti e Sandra Hallack Arbex, que deixaram os seus afazeres para conosco recuperarem a história e as personagens desses 50 anos de existência da Faculdade de Serviço Social.

Finalmente, a todos os que fazem da Faculdade de Serviço Social o seu cotidiano profissional e a todos que por aqui passaram como discentes, docentes, ou técnico-administrativos em educação, abrindo caminhos e realizando sonhos, o nosso agradecimento.

Circunscrita a minha “mineiridade” e citando Drumond, conclamo a todos que “não nos afastemos, não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.

Obrigada.

FAMÍLIAS E VULNERABILIDADES: RETRATOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Profa. Ms. Sabrina Pereira Paiva

Faculdade em Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora/MG - Suprema

É sempre instigante discorrer sobre famílias em situação de vulnerabilidade social, principalmente para profissionais que se dedicam cotidianamente a este trabalho. Trata-se de uma oportunidade para discutirmos, encontrarmos nossos pares, colegas e dividirmos nossas inquietações, nossas verdadeiras questões surgidas no espaço de trabalho.

Minha relação com essa temática ocorre pela via da docência, mas particularmente através de um programa interdisciplinar que agrega ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora/Suprema, denominado Programa Integrador. Através de um convênio entre a referida Faculdade e a Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora, os discentes são inseridos em contextos reais de práticas. Do 2º ao 6º período, os contextos são as Unidades Básicas de Saúde da Família, onde estes acompanham principalmente o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde nas famílias, assumindo a responsabilidade pelo cuidado de um dado número de famílias.

Portanto, minha ação é pedagógica, educativa, focada principalmente na formação profissional, auxiliando na construção de uma reflexão sobre as particularidades das famílias em situação de vulnerabilidade, sobre as causas dos fenômenos verificados por eles, as possíveis ações a serem desenvolvidas com estas famílias. Enquanto isso, a maioria de vocês está na linha de frente das políticas, alguns podem ter certa influência na formulação das políticas, o que nos possibilita um diálogo bastante fértil e plural.

A temática é muito ampla, decidi apresentá-la em dois eixos:

- 1- Retratos panorâmicos de famílias: entre conceitos e análises sociais;
- 2- Representações sociais: estudos sobre os valores e significados das famílias vulneráveis.

O primeiro eixo tem como objetivo traçar um panorama geral a respeito dos conceitos que apóiam esta exposição, quais sejam, família e vulnerabilidade. Além disso, destacam-se alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE, 2007). A

questão principal neste item é destacar brevemente o cenário de produção intelectual a respeito dos conceitos e o retrato oferecido pelos dados de pesquisas nacionais.

O segundo eixo focaliza a discussão, corrente na literatura sócio-antropológica, a respeito das categorias morais com as quais as famílias “pobres” organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo (SARTI, 2005). Estes estudos são de natureza qualitativa, pois tratam de determinados aspectos da vida social que remetem a valores, compreendidos como atributos morais da sociedade.

Utiliza-se como ponto de partida a noção de cultura, que aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo ou espaço serem produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. (RUSSO, 1998).

O desafio configura-se na necessidade de agregarmos a dimensão material e a simbólica para pensarmos sobre as famílias vulneráveis, tendo estas dimensões pesos e significados distintos nas diversas classes e segmentos sociais.

1- Retratos panorâmicos de famílias: entre conceitos e análises sociais

Não objetivo aqui retomar as reflexões muito pertinentes sobre as expressões e os significados do ‘ser família’ na sociedade contemporânea. No entanto, é preciso destacar algumas premissas que acompanham o olhar que temos construído a respeito do conceito de família e famílias vulneráveis.

Apesar da dificuldade que todos sentimos em definir família, essa instituição se mantém como organizadora da sociedade ocidental contemporânea. Ao longo dos tempos, tem adquirido configurações diversas e é sempre possível anexar mais uma ao rol das existentes.

As tentativas de encontrar definições para a família, freqüentemente, segundo Bourdieu (1993, p. 32), aproximam-se de descrições, retratando a família como um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, mais excepcionalmente pela adoção (parentesco) e vivendo sob o mesmo teto (coabitação). Considerando uma definição mais analítica, podemos considerar a família como um princípio de construção da realidade social e este princípio é socialmente construído,

sendo-nos transmitido através da socialização, que por sua vez é organizada através da divisão em famílias.

Se esta instituição nos aparece como a mais natural das categorias sociais, é porque ela funciona como princípio de construção do mundo social. A família é constituída como entidade unida, integrada, unitária, estável, constante, indiferente à flutuação dos sentimentos individuais (Bourdieu, 1993, p. 34).

Outra questão fundamental que é preciso considerar quando se trata de pensar a família é que para se compreendê-la não se pode prescindir da análise da sociedade e de seus modos de funcionamento, já que a família reproduz as relações existentes no mundo do trabalho, até mesmo em função dos conflitos que o mundo capitalista vem impondo à população.

Grandes mudanças têm contribuído para a reconfiguração da família, decorrentes dos processos de transformação demográfica e socioeconômica, aumentando consideravelmente a pressão principalmente sobre as famílias vulneráveis socialmente, que são afetadas por uma série de problemáticas, como empobrecimento, desemprego estrutural, violência doméstica e urbana, dificuldades na assistência às crianças, aos idosos e aos doentes, assim como àqueles sujeitos que estão incapacitados para vender sua força de trabalho.

Atualmente, como tem salientado Sarti (2005), evidenciam-se configurações de famílias muito elásticas (em relação às famílias nucleares modernas), principalmente, nas de baixa renda, as quais têm construído *redes sociais* através da redistribuição de papéis, da agregação de membros originalmente não pertencentes a ela, da circulação de crianças. Essas mudanças demonstram claramente o quanto a família busca soluções para sua manutenção, adaptando sua estrutura ao seu contexto sócio-histórico.

A família conjugal moderna, nuclear, se por um lado se apresentou como uma sintonização ao processo de modernização das estruturas sociais, por outro representou o isolamento da família, particularmente sentido nas famílias aqui em questão, através do desmantelamento das formas de organização tradicionais e protetoras. Esta realidade se faz particularmente presente a partir do século XIX, onde o progresso e a riqueza produzidos pela dinâmica da produção capitalista industrial trazem como contraponto a massificação da

vulnerabilidade de determinados segmentos sociais, uma das conseqüências do adensamento progressivo das cidades.

Se a princípio a filantropia serviu como modo de amenização dos problemas sociais vivenciados pelas populações urbanas marginalizadas, o risco de desagregação e desestruturação do tecido social impeliu o Estado a assumir a responsabilidade pela “materialização da solidariedade”, através da criação de uma área de atuação antes inexistente, a área social. Ao longo do século XX podemos identificar várias estratégias de políticas públicas de forma a contornar a pobreza e a vulnerabilidade social, o que pode ser entendido como o reconhecimento institucionalizado da necessidade de intervenções “equalizadoras” na lógica do “mercado”. A modificação da assistência social seletiva para a universalização de benefícios se consolida a partir da construção de diferentes “Welfare States”, que já nas últimas décadas do século XX vão se desmontando frente às novas lógicas da produção capitalista, como a internacionalização da economia. A solução “familiar” surge neste contexto, onde os governos passam a seguir uma agenda rígida de controle dos gastos, estimulando a redução da dependência dos indivíduos dos serviços coletivos.

Tendo em vista tais considerações, podemos entender as razões que levam o próprio Estado a desenvolver políticas sociais de cunho “familista”. Em relação às políticas de saúde, a visibilidade desse processo está na *internação domiciliar*, a *desospitalização* e o *Programa de Saúde da Família*- todos tendo como base estratégica a atuação junto à família, em vez de focar no indivíduo. Na introdução do artigo “Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial” (1997), o Ministério da Saúde informa que:

Essa perspectiva faz com que a família passe a ser objeto precípuo de atenção, entendida a partir do ambiente onde vive. Mais do que uma delimitação geográfica, é nesse espaço que se constroem as relações intra e extrafamiliares e onde se desenvolve a luta pela melhoria das condições de vida- permitindo ainda, uma compreensão ampliada do processo saúde/doença e, portanto, da necessidade de intervenções de maior impacto e significação social. (Brasil, 1997, p. 8)

E quanto à denominação “famílias vulneráveis”? Por que escolhi trabalhar com esta denominação, ao invés de famílias *pobres*, de *baixa renda*, *populares*?

O fato é que a pobreza é um fenômeno complexo, com muitas caras e diferentes demandas. Existem as diferenças ditadas pelas especificidades regionais e, mesmo em alguns casos, locais. Além disso, a pobreza urbana é diferente da vivida na área rural. Outro aspecto é que, na percepção que as próprias pessoas pobres têm de si, a pobreza se identifica e se mede pelas vulnerabilidades, que podem ser muitas. Família monoparental, doença crônica e outras limitações físicas permanentes, analfabetismo, residência distante de serviços, estado precário da habitação e muitos outros determinantes que, combinados com a baixa renda, caracterizam o risco permanente de estar em uma situação de carências de necessidades essenciais. Adota-se, assim, uma concepção ampliada de pobreza, na medida em que assume o significado relativo dessa mesma pobreza, comparando as capacidades de satisfação das necessidades determinadas socialmente no espaço de convívio.

O termo vulnerabilidade, entretanto, tem seu percurso relacionado ao contexto mundial de análise sobre os aspectos imbricados à epidemia de Aids. Mann et al. (1992) desenvolveram uma estrutura conceitual para avaliar criticamente a vulnerabilidade à infecção pelo HIV. A intencionalidade dos autores foi criar um conceito que pudesse oferecer explicações adicionais aos fenômenos de saúde-doença-cuidado, dada a necessidade de se ir além da tradicional abordagem comportamentalista das estratégias de redução de risco exclusivamente individuais. Além disso, buscou-se ainda fornecer elementos para avaliar objetivamente as diferentes chances que todo e qualquer indivíduo tem de se contaminar, adoecer ou morrer, dado o conjunto formado por certas características individuais e sociais de seu cotidiano, julgadas relevantes para a sua maior exposição a um fator de risco (em especial ao HIV) ou sua menor chance de proteção (Ayres et al., 2006).

Segundo Ayres et al.(2006), a análise da vulnerabilidade envolve a avaliação articulada de três eixos interligados: o componente individual, o componente social e o componente programático.

O eixo individual possui duas dimensões, a cognitiva e a comportamental. A cognitiva se relaciona à possibilidade de acessar informações sobre determinados assuntos e à rede de serviços, já a dimensão comportamental, diz respeito ao desenvolvimento de habilidades

pessoais que envolvem emoções, percepções sobre os riscos, capacidade de tomar decisões, de negociação etc.

O componente social diz respeito a um conjunto de fatores sociais que influenciam a vida dos indivíduos, os quais vão desde a estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, até as crenças religiosas.

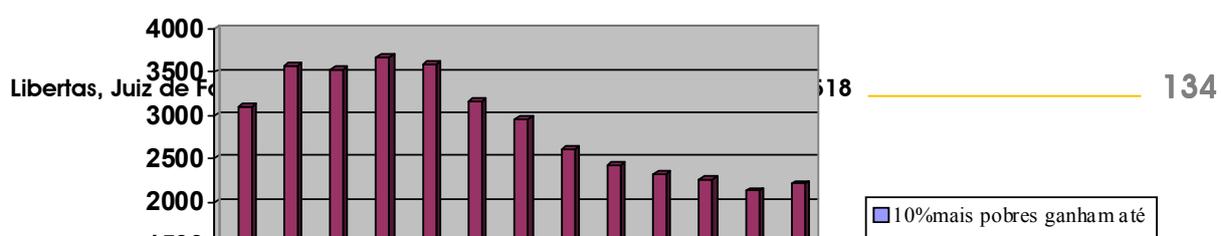
O último componente trata da disponibilidade de recursos sociais que os indivíduos precisam para não se exporem aos riscos. Nesse sentido, dizem respeito às ações desenvolvidas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, no sentido de minimizar as chances de ocorrência do agravo. A dimensão programática busca justamente avaliar como, em determinadas circunstâncias sociais, as instituições, especialmente as de saúde, educação, assistência, cultura etc., atuam como elementos que reproduzem, quando não mesmo aprofundam, as condições socialmente dadas de vulnerabilidade.

Após essa rápida passagem pelos conceitos que orientam estas reflexões, podemos trabalhar alguns dados que nos possibilitem uma descrição mais precisa sobre as vulnerabilidades das famílias brasileiras.

O Brasil possui enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, que exclui parte significativa da sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O gráfico 1 demonstra o distanciamento em termos de renda de segmentos sociais distintos, relacionando-se à região metropolitana de São Paulo. Através deste, podemos perceber uma leve queda no nível de desigualdade a partir do ano 2000. Entretanto, não se percebe um aumento significativo da renda média dos 10% mais pobres e sim uma queda dos rendimentos dos 10% mais ricos.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (PNAD/2008), desde 1998 a renda média do brasileiro está em queda. Ela despencou de R\$714,00 para R\$ 668,00 em 1999, chegou em 2002 com R\$ 635,00 e em 2007 caiu mais um pouco, chegando a R\$ 624,00. Entretanto, metade das famílias vivia com menos de R\$ 380,00 por mês. Regionalmente, a distribuição de renda no país continua desigual, já que metade das famílias nordestinas vivia com até R\$ 214,00, enquanto no sudeste o rendimento mediano foi de R\$ 441,00.

Gráfico 1: Distância entre os limites de rendimentos dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos- região metropolitana de São Paulo 1994-2006 (em R\$ de Nov./06)



Fonte: DIEESE/Seade, TEM/FAT e convênios regionais, PED- Pesquisa de Emprego e desemprego

Essa questão se torna ainda mais pungente, quando analisamos os dados relacionados aos jovens. Em 2007, do total das 60,1 milhões de famílias brasileiras, 28,1 milhões (47,7%) contavam com pelo menos uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. Os dados da PNAD revelaram ainda que 30,0% dos brasileiros viviam com rendimento familiar mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. No caso dos domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, essa proporção sobe para 46%. Chama mais atenção ainda o percentual de domicílios com rendimento familiar mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e com crianças, que chega a 19,6% (PNAD, 2008).

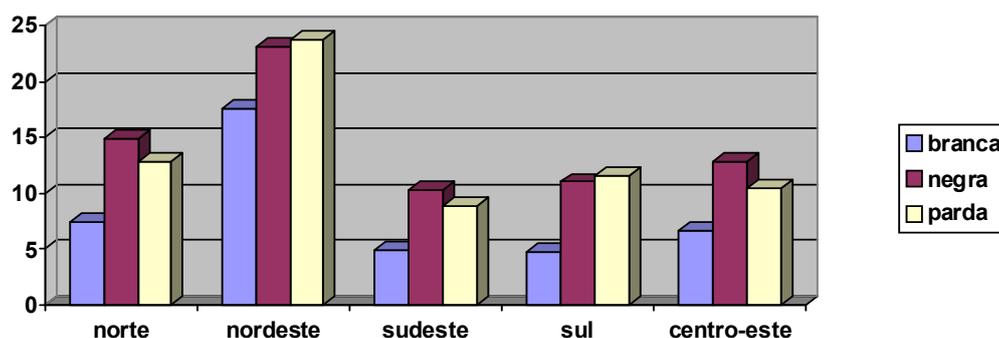
Além do variável renda, a variável educação deve ser considerada para compreendermos a vulnerabilidade social. Há evidências que demonstram o impacto da educação na perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldades em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos. Nesse sentido, a educação funcionaria como um elemento que contribui para garantir a desigualdade de classes, tornando-se mais um *locus* de diferenciação social.

Bourdieu (1989) cita uma correlação estatística entre as oportunidades escolares e o tamanho da prole, apontando para a possibilidade de uma vida escolar mais longa para os filhos de famílias com menor número de filhos. A escolarização é vista geralmente como o principal aspecto entre as estratégias educativas a serem adotadas pelas famílias, entretanto a transmissão do *capital cultural* feita de forma doméstica na família é também um importante aspecto a ser considerado.

Nesse sentido, é válido destacar que o Brasil ainda contava, em 2007, com 14,1 milhões de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade - uma taxa de 10,0%. Conjugando com a variável rendimento familiar, no conjunto da população que vivia com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo, aproximadamente 18% eram analfabetos em 2007, já nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,4%. O fenômeno do analfabetismo também está bastante relacionado às áreas rurais. A taxa rural (23,3%) era três vezes maior que a urbana (7,6%), embora a comparação com os dados de 1997 (taxa rural de 32,0%) mostre redução expressiva (PNAD, 2008).

O gráfico abaixo, construído com dados produzidos pelo IBGE (PNAD, 2008) demonstra uma acentuada desigualdade do acesso à educação entre brancos, negros e pardos, sendo que a comparação por regiões demonstra que há também uma maior taxa de analfabetismo nas regiões norte e nordeste, a qual também diferencia os negros e pardos dos brancos.

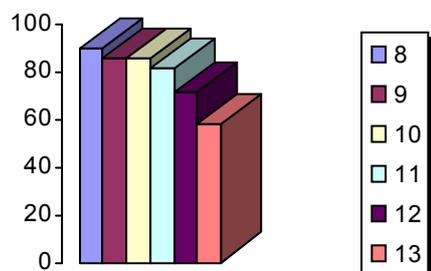
Gráfico 2: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por raça e por regiões brasileiras-2005 em %



Fonte: IBGE/ Indicadores sociais/2008

Além do analfabetismo mais formalizado, há o analfabetismo velado, aquele que não aparece nas estatísticas governamentais quando se propaga o slogan de “100% das crianças na Escola”. O gráfico abaixo demonstra a realidade de crianças e jovens que estão permanecendo na escola, mas que não sabem ler e escrever.

Gráfico 3: Percentual de crianças e jovens de 7 a 14 anos que não sabem ler e escrever e freqüentam a escola, por idade pontual, Brasil 2007



Fonte: IBGE/ Indicadores sociais/2008

No que diz respeito ao acesso ao ensino universitário, pode-se dizer que, em 2007, a taxa de freqüência ao curso universitário para estudantes entre 18 e 25 anos de idade na população branca (19,4%) era quase o triplo da registrada entre negros e pardos (6,8%). Quadro que se repetia, com pouca variação, em todas as regiões. Nesse nível de ensino, em todas as idades entre 18 e 25 anos, os estudantes negros e pardos não conseguiram alcançar, em 2007, a taxa de freqüência que os brancos tinham dez anos antes.

Essas desigualdades estão expressas nas informações referentes a pessoas com ensino superior concluído, que apresentam níveis bastante diferentes entre brancos e negros e pardos. Em 1997, 9,6% dos brancos e 2,2% dos pretos e pardos tinham nível superior completo no país. Em 2007, esses percentuais eram, respectivamente, de 13,4% e 4,0%. Ou seja, o hiato entre os dois grupos, que era de 7,4 pontos percentuais em 1997, passou para 9,4 em 2007.

Agregando a variável gênero ao rol das desigualdades, podemos dizer que no contexto brasileiro, apesar de inúmeras mudanças decorrentes dos movimentos sociais, da presença cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, maior escolarização feminina, no mercado de trabalho os homens ainda apresentam maiores níveis salariais em relação às mulheres, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1: Distribuição dos ocupados, por níveis de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo sexo-regiões sudeste, sul e centro-oeste- 2005 (em %)

Nível de rendimento	Sudeste		Sul		Centro-oeste	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Até 1 SM	17,5	30,9	16,0	24,5	21,1	35,8

Mais de 1 a 2 SM	33,2	32,7	31,8	31,8	35,2	28,1
Mais de 2 a 3 SM	15,2	9,6	15,4	8,3	13,2	7,0
Mais de 3 a 5 SM	14,4	9,2	14,3	8,2	11,6	7,6
Mais de 5 a 10 SM	9,2	5,6	8,7	4,8	8,4	5,9
Mais de 10 a 20 SM	3,4	1,9	3,5	1,1	3,4	2,3
Mais de 20 SM	1,6	0,5	1,2	0,4	1,7	0,7
Sem rendimento	3,4	7,8	8,4	20,5	4,8	12,2
Sem declaração	2,0	1,7	0,8	0,5	0,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/ PNAD/2008

Em relação ao lugar ocupado pelo homem e pela mulher na família, em 2007, os arranjos familiares em que a mulher é a pessoa de referência, 52,9 % eram do tipo monoparental (sem a presença de um dos cônjuges). Já nas unidades unipessoais, observa-se um percentual maior de mulheres, em decorrência da mais alta expectativa de vida desta. Também é importante observar a baixa frequência de arranjos familiares com homens na chefia sem a presença do outro cônjuge e com filhos (3,3%). (PNAD, 2008).

Por fim, é válido notar que a contribuição dos idosos na renda familiar é cada vez mais expressiva, sendo observado que em 53% dos domicílios com idosos, a renda destes representa mais da metade da renda familiar, sendo esta situação ainda mais expressiva no nordeste, onde se encontra um percentual de 63, 5%.

Estes poucos dados apresentados demonstram, de forma muito preliminar, a complexidade inerente à idéia de “famílias vivendo em situação vulnerabilidade social”, na medida em que não é possível pensarmos a carência material como único critério de definição, mas também a desigualdade de gênero, de raça, de acesso às instituições educacionais, de saúde, à informação, ao *capital cultural* etc.

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos a partir da preocupação com uma abordagem mais integral e completa não somente do fenômeno da pobreza, mas também sobre as várias formas de desvantagem social. Tal perspectiva nos remete aos riscos de mobilidade social descendente e as configurações

vulneráveis que não se restringem àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral.

Dessa maneira, aborda-se o fenômeno do bem e mal-estar de forma multifocal, tendo em vista as múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo. Reafirma-se, enfim, que a vulnerabilidade social pode ser entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado está presente nas dificuldades ou desvantagens no desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, 2002).

Esse é o nosso olhar, uma construção externa, não é o olhar construído pelas próprias classes vulneráveis, subalternas, pobres, seja lá como escolhamos denominá-las. Certamente, o olhar será sempre externo na medida em que parte de um observador que não vivencia tal realidade. Entretanto, é fundamental esse olhar macroscópico, que nos remete à estrutura social, econômica, cultural, e chega ao indivíduo.

Todavia, a segunda parte de nossa discussão foca em outra perspectiva, que é mais centrada no componente simbólico da ação humana.

2- Representações sociais: estudos sobre os valores e significados das *famílias vulneráveis*

“Não saberemos jamais se o outro, com o qual não podemos, apesar de tudo, confundir-nos, opera, a partir dos elementos de sua existência social, uma síntese que coincide exatamente com a que elaboramos. Mas não é necessário ir tão longe, é preciso somente que a síntese, mesmo aproximativa, decorra da experiência humana. Devemos assegurar-nos disto, pois estudamos homens; e como homens, disto temos a possibilidade”
(LÉVI-STRAUSS apud SARTI, 2005, p. 22)

Essa citação de Lévi Strauss é muito significativa nos remetendo àqueles que constroem teorias a respeito do “outro”, considerando sempre que as interpretações e o próprio olhar são mediados pelo contexto cultural em que o observador está inserido. Portanto, o modo como fazemos e entendemos as questões mais corriqueiras são realidades construídas arbitrariamente, não possuindo uma existência universal ou transhistórica.

Os estudos que enfatizam esse olhar desenvolveram-se principalmente através de análises etnográficas, destacando a valorização da diversidade cultural. No caso aqui em questão- famílias vulneráveis- enfatiza-se a dimensão simbólica e social da pobreza. Nesta perspectiva, os *pobres* são representados a partir de sua *positividade concreta*, através da qual eles mesmos definem o horizonte de possibilidades de atuação no mundo social e também de transposição dessa atuação para o plano mais propriamente político (SARTI, 2005).

Ao se pensar por esse ângulo, corre-se o risco de não conseguir situar a particularidade estudada no universo mais amplo do qual faz parte. O risco de se conceber a cultura como algo autônomo, ou seja, deixando de considerar que para se entender os fenômenos que expressam os valores, idéias e normas sociais que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens, é preciso enxergá-los em sua relação com as estruturas mais amplas dessa sociedade. Inserir a particularidade na universalidade, buscando as nuances, os vieses dessas especificidades, para não correr o risco de cair na mera reprodução da dominação de classe (SARTI, 2005).

A pergunta que nos impulsiona é: com que categorias morais as famílias vulneráveis organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo? Serão seguidas algumas indicações interessantes oferecidas por autores como: SARTI (2005), FONSECA (2000), GUEDES (2006).

Consideram-se aqui somente algumas das categorias morais estudadas por tais pesquisadores, relacionadas às famílias urbanas vulneráveis, sendo que vamos começar com uma dimensão simbólica muito importante na construção da família moderna, a separação entre casa e rua.

2.1) Casa e rua: privacidade e coletividade?

A casa é, de modo geral, para os trabalhadores brasileiros, o lugar social fundamental, *locus* da instituição da família, através da qual se constituem como pessoas e, por esta via, como partícipes da sociedade mais ampla (Woortmann apud Guedes, 2006). No caso dos trabalhadores que vivem constantemente ameaçados por situações sociais desfavoráveis, que podem torná-los mais vulneráveis em determinadas situações, o acesso a uma casa pode representar a diferença entre a possibilidade de se manter nos segmentos mais estabilizados da classe trabalhadora ou se transformar em um morador de rua, naquele trabalhador que “*não deu certo*”, muitas vezes visto como vagabundo.

Guedes (2006) aponta que a relação entre casa e família observada aqui, está orientada pelo modelo de família nuclear conjugal moderna. Dessa forma, o sentimento de pertencimento a uma família é emoldurado pelas relações conjugais e de filiação que se constroem no espaço da casa. A questão é que a vida destes segmentos, na maior parte das vezes, não se adequa a este modelo, resultando em composições familiares diversas. Como exemplo, podemos citar o aumento de famílias matrifocais (constituída por mulheres aparentadas de mais de uma geração e suas proles), reconstituídas, etc. Apesar disso, muitas vezes mantém-se o projeto de reconstituição das famílias nucleares conjugais, mantém-se o ideal do casamento.

Certamente, a casa e família possuem uma relação mais antiga e muito bem descrita por Philippe Áries (1978), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, na qual ele estuda as mudanças sociais intensas provocadas pelo desenvolvimento da sociedade burguesa, entre elas, as transformações no modelo de família.

Nas palavras do autor:

“No século XVIII, a família começou a manter a sociedade a distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona

cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que se assegurava a independência dos cômodos, fazendo-os abrir para um corredor de acesso. (...)” (1978, p. 265).

Nas etnografias brasileiras que discutem as representações das famílias populares urbanas tem sido registrada a existência da família nuclear conjugal, como importante modelo de referência, além de uma concepção da casa como o lugar da família, espaço privilegiado da construção da privacidade.

Todavia, essa privacidade não deve ser vista em associação com os processos de construção social da pessoa e, sim, mais provavelmente, como algumas pesquisas têm demonstrado, à construção de uma concepção de família como totalidade englobante, produtora de seus membros e não produzida por eles. Muito diferente da individualização produzida pelos modelos psicologizantes da pessoa moderna (GUEDES, 2006).

Tendo em vista estas considerações, a privacidade, que deve ser propiciada pela casa, relaciona-se à necessidade de manter sob determinado controle a reputação do núcleo familiar, salientando-se o olhar dos outros significativos sobre a família e sobre seus membros, resultando na formação de certo tipo de *código de honra* (FONSECA, 2000). Pode-se dizer que, os muros podem servir mais para delimitar o que não se quer mostrar, considerando a dificuldade de se manter a honra familiar sob controle, tendo em vista a proximidade e sociabilidade intensa.

Destaca-se nessa questão da proximidade e sociabilidade intensa a existência de configurações de casa que são conhecidas como “puxados”, “puxadinhos”, nas quais as famílias vão criando divisões nas casas ou ampliando seu espaço, buscando manter certa diferenciação entre os diferentes lares e famílias. Outra configuração comum e que pode dificultar o controle sobre a reputação dos membros da família são as construções de várias casas em um mesmo quintal, as quais são normalmente ocupadas por famílias com graus variados de parentesco. Essa paisagem demonstra a tensão entre o modelo nuclearizado/nuclear e o modelo relacional, focado nas redes de parentesco e vizinhança que expandem as relações da família.

Mas como podemos entender essas redes? Segundo Elizabeth Bott, “o meio social imediato de uma família urbana consiste em uma rede e não em um grupo organizado” (apud GUEDES, 2006, p. 140). Partindo desse princípio, como podemos considerar as diversas formas específicas assumidas por essas relações que formam uma rede relacional?

2.2) Famílias e redes: teias de significados

Muitos estudos têm demonstrado que as redes sociais das famílias vulneráveis urbanas se expressam através do parentesco. Sendo que o uso da palavra ‘parente’ está normalmente associado a uma noção mais ampla e mais difícil de traduzir do que a família. Por exemplo, as relações de vizinhança ou de amizade que se tornam muito íntimas e cotidianas muitas vezes podem obter uma designação diferenciada, qual seja, ‘parentesco de consideração’ (FONSECA, 2000).

De forma inversa, a existência de relações de parentesco consangüíneo não é a garantia de pertencimento à rede de relações sociais. Significa pensar que, embora as redes sejam expressas em idiomas de parentesco, isso não quer dizer que haja a limitação dos laços consangüíneos. Muito pelo contrário, os parentes são selecionados no rol mais amplo de relações sociais das famílias.

Sarti (2005) enfatiza que o princípio da reciprocidade, estudado por Marcel Mauss (1968), é um dos elementos-chave para a compreensão do complexo processo de pertencimento a uma rede de parentesco e vizinhança. Tais redes sociais que impõem obrigações mútuas supõem, por exemplo, uma complexa sociabilidade, condição e pressuposto da continuidade das relações sociais. Ex: visitas aos doentes, aniversários, noivados, casamentos, etc.

Além disso, tais redes podem facilitar a inserção no mercado de trabalho, na medida em que através destas podem ocorrer aprendizados de determinados ofícios e competências importantes para a colocação dos membros no mercado de trabalho competitivo. Há também a constituição de um sistema complexo de obrigações mútuas, que pode ser pensado como uma incessante circulação de coisas, pessoas, bens, etc. (GUEDES, 2006).

Por conta disso, as famílias nucleares contidas nas casas assumem muitas vezes a formatação de famílias extensas. Apesar disso, ainda pode predominar no contexto da casa, o

idioma da família nuclear, que pode ser sentido pela presença recorrente de netos criados por avós, vista por estes como filhos e a quem os netos denominam pais e/ou mães. Famílias abertas, porosas às relações de parentesco, estão relacionadas ao modo de ser dos pobres urbanos.

Há uma valorização do princípio do conhecimento mútuo, sustentado por um conjunto de avaliações que determinam os circuitos legitimados da ajuda. Ocorrem frequentes avaliações do merecimento de cada um, que podem estar ancoradas nos comportamentos dos indivíduos que fazem parte da rede, na reciprocidade e na criação dos filhos.

A importância de conhecermos as redes sociais das famílias com as quais trabalhamos é indiscutível, já que nos ajuda a empreender o projeto de sensibilização e construção de manifestações coletivas. Não basta acionarmos redes de proteção, como cooperativas, associações, pois existem outras redes funcionando, sem o processo de organização formal, que podem nos auxiliar muito no processo de construção de projetos sociais coletivos mais adequados aos interesses locais.

2.3) Lugar de homem e lugar de mulher:

Outra questão fundamental para discutirmos a respeito do universo moral das famílias subalternas é o lugar/espço ocupado por homens e mulheres nas famílias. Como já verificamos através dos dados, mesmo com as mudanças sociais advindas dos movimentos sociais, principalmente feministas, da utilização da pílula, diminuição do número de filhos, da inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento do nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, ainda há uma desigualdade real, verificada tanto no contexto domiciliar quanto no contexto social mais amplo.

Como os homens e mulheres das famílias vulneráveis interpretam seus papéis e o lugar que ocupam no ambiente domiciliar?

Sabemos que a casa é o lugar privilegiado para a realização do projeto de ter uma família, permitindo a realização dos papéis centrais na organização familiar tradicional, quais sejam, o de pai de família e o de mãe dona de casa. Cynthia Sarti (2005), em sua etnografia, destaca o depoimento de uma mulher entrevistada: “*O dever do homem é trabalhar, trazer o*

dinheiro em casa e ser um pai de família para dar respeito na casa dele... Tendo moral (SARTI, 2005, p. 62).

Entretanto, o fato de o homem ser identificado com a figura de autoridade, de respeito, não significa que a mulher seja privada de autoridade. Existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com os homens.

A autoridade do homem se dá na medida em que ele faz a mediação da família com o mundo externo. A mulher mantém sua autoridade apoiada na necessidade de manter a unidade do grupo familiar. Ela é quem deveria cuidar dos membros, zelar para que tudo esteja em seu lugar.

Mas há um hiato entre a representação e a realidade nesta questão, já que as pesquisas demonstram que a pobreza afeta primordialmente o papel de provedor do homem na família (SARTI, 2005). Nesse sentido, a vulnerabilidade da família, quando centrada na figura do pai/provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas frustradas, para o homem que se sente fracassado, e para a mulher, que vê esgotando as suas chances de ter uma ascensão através do casamento.

Mesmo assim, as famílias chefiadas por mulheres, apesar de mais numerosas, estão em uma situação estruturalmente mais precária, quando comparadas com outras famílias pobres com chefe masculino presente. Normalmente, a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa.

Interessante observar que muitas pesquisas qualitativas demonstram que mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral não necessariamente se altera (SARTI, 2005). Os diversos aspectos em que o homem exerce sua autoridade, garantindo recursos materiais, o respeito e a proteção da família, enquanto provedor e mediador com o mundo externo, podem estar alocados em diferentes figuras masculinas.

Em consonância com o que foi descrito acima, podemos observar que se muito da vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, o que a fragiliza em face deste mundo que, por sua vez, continua reproduzindo e reiterando as

desigualdades sexuais, o lugar central do homem na família, como provedor, torna-o também vulnerável, porque o coloca dependente de condições externas, que possuem determinações que escapam ao seu controle. Esta dupla vulnerabilidade é especialmente grave no caso das famílias socialmente vulneráveis, que estão mais expostas à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que as absorvem. Ambos, homens e mulheres, muitas vezes acabam embaraçados nesse emaranhado de expectativas frustradas. O homem, fracassado, tem muitas vezes no alcoolismo o desfogo a seu alcance e a mulher, em alguns casos, encontra-se frustrada e angustiada por não ter o homem e a situação familiar esperados.

Nessa concepção moral da família, tendo o homem como representante da autoridade e que não consegue cumprir em certa medida o papel esperado, a mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares, sem que, inversamente, o homem tenha modificado seus papéis familiares (SARTI, 2005).

2.4) O conteúdo moral da idéia de família para a população vulnerável:

A idéia de família para aqueles que vivem situações de vulnerabilidade social, econômica, cultural, está na maior parte das vezes associada a um grupo de pessoas em quem se pode confiar. Não se percebe a delimitação familiar a partir da idéia de grupo genealógico restrito, já que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem se convivem ou conviveram, como os avós. Não se atribui significado ou status o uso do sobrenome, que é um recurso ainda muito utilizado pelas famílias dos grupos dominantes brasileiros. Normalmente o que delimita os vínculos familiares é a rede de relações que se organizam através das obrigações mútuas.

Segundo Woortman (1982) é necessário um vínculo mais preciso que o de sangue para demarcar quem é parente ou não entre os pobres, por isso a noção de obrigação é mais central, sobrepondo-se aos de laços de sangue. Como afirma o autor, a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que não se escolhem. As outras relações são seletivas, no sentido de que dependem do estabelecimento da rede de sociabilidade, o que significa que não há relação com os parentes de sangue, se com eles não for possível estabelecer o “dar, receber e retribuir”.

Relevante observar que não se trata de uma marcação de um sistema de reciprocidade imediatista, ou seja, trata-se de uma rede difusa de obrigações, em que se acredita que quem oferece, vai um dia ter de volta a retribuição. Essa concepção está ancorada, em última instância, em uma ordem sobrenatural, divina.

Concluindo a nossa segunda parte, podemos dizer que a família, fundada nesse dar, receber e retribuir contínuos torna-se uma referência simbólica crucial, que possui um significado para a população vulnerável de tradução do mundo social, na medida em que permite a atribuição de significados dentro e fora da casa.

Para finalizar, apresento uma afirmação de Sarti: “a família para os pobres não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua experiência no mundo” (2005, p. 33).

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Jovens em situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 1, n. 116, p. 143-176, 2002.

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da Doença e da Medicina*. Bauru: Edusc, 2001.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et. al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *À propos de la famille comme catégorie réalisée*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, décembre, 1993.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 311p.

BRASIL. *Constituição Federal*. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. BRASÍLIA: Ministério da Saúde, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Anuário dos trabalhadores*. 8ª ed. São Paulo: DIEESE, 2007. 260 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUEDES, Simoni L. e LIMA, Michelle da Silva Lima. Casa, família e redes sociais em bairros de trabalhadores. In: BARROS, Myriam Lins de. (org.) *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

MANN, J. et al. *A Aids no mundo*. In: PARKER, R. & GALVÃO, J. & PEDROSA, S. (Orgs.) Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, Abia, IMS, Uerj, 1993.

MOROSINI, Márcia Valéria G. C. e CORBO, Anamaria D' Andrea. *Modelos de Atenção e a Saúde da Família*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

RUSSO, Jane A. A construção social do corpo: desnaturalização de um pressuposto médico. In: *Saber médico, corpo e sociedade* (curso ministrado na Faculdade de Medicina da UFRJ). Cadernos Cepia n. 4. Rio de Janeiro, 1998.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1. 152 p.

SILVA, Janaína V. & SANTOS, Sueli M. R. *Trabalhando com famílias: utilizando ferramentas*. *Revista APS*. Juiz de Fora, jul-dez 2003, v.6, n.2, p. 77-86.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. In: *Anuário Antropológico 80*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

**CONFERÊNCIA NA COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dr. José Paulo Netto
Professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ

Considero uma honra imerecida a incumbência a mim atribuída de falar-vos, na passagem do cinquentenário de fundação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, da história desta instituição.

A honra é imerecida: certamente que outros poderiam fazê-lo, com mais ciência e mais autoridade. A mim me falecem ambas, ciência e autoridade.

Sobra-me, todavia, o afeto por esta Casa: aqui entrei, no remoto 1966, imberbe ainda, não mais que um jovem comunista impulsionado pela urgência de transformar o mundo. Nesta Casa, sediada então na Avenida Rio Branco, permaneci por quatro anos fantásticos – quatro anos de uma década em que muitos de nós éramos felizes e não sabíamos, década de esperanças e de decepções. Nesta Casa, já transferida para a Rua Santos Dumont, iniciei meu trabalho na docência superior, em 1972, a convite de Madre Altiva Paixão.

Se o exílio a que fui obrigado pela ditadura que oprimiu, reprimiu e deprimiu este país me afastou provisoriamente desta Casa, a ela retornei com a restauração democrática, primeiro como assessor, depois como professor visitante. Posso mesmo vos dizer que parte das minhas raízes estão nesta Casa.

É por esta razão que me disponho, com pouca ciência e nenhuma autoridade, mas com o afeto de filho pródigo ou – o que não é muito diferente – com a paixão que nos vincula às antigas namoradas, é que me disponho a oferecer-vos algumas reflexões pertinentes a este cinquentenário.

Precisos cinquenta anos nos separam da manhã em que se abriram efetivamente as portas desta Casa: exatamente a 16 de maio de 1958, a sua primeira Diretora, Madre Maria Aparecida Guimarães, ministrou a aula inaugural desta Faculdade, a que assistiram os 15 discentes que compuseram a sua primeira turma. Mas não foi nesta longínqua manhã de maio que se iniciou a nossa história.

Um primeiro capítulo desta história talvez possa ser localizado há alguns milhares de quilômetros de nós: talvez possa ser localizado na Holanda, onde, a 25 de dezembro de 1920, nascia aquele que foi batizado Cornelius Jacobus Snöeck, ordenado padre redentorista em 1947, doutor em Teologia pelo *Angelicum* de Roma em 1949 e que, desde 1955, escolheu o Brasil como espaço de seu apostolado e Jaime Snöeck como seu nome em português. Ou, de forma alternativa, mas não excludente, talvez possamos encontrar esse capítulo original aqui mesmo, no Brasil, em Campinas, em 1922, quando se constituiu a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado.

De fato, Clío, aquela deusa ardilosa, conspirou para que estes dois fios, Pe. Jaime Snöeck e as Missionárias, se cruzassem em Juiz de Fora, dando início ao entretecer da nossa história: valendo-me do competente estudo da Professora Rita de Cássia Jacometti, posso dizer que a nossa Faculdade só se viabilizou graças ao empenho do que ela chamou de “dois atores externos”.

Com efeito, Jaime Snöeck foi o primeiro a sensibilizar-se (e a sensibilizar outras personalidades) e a mobilizar-se em torno da criação de um curso de Serviço Social em Juiz de Fora. E seus contactos com as Missionárias de Jesus Crucificado, que já mantinham escolas de Serviço Social em seis estados da Federação, derivaram na criação da nossa Faculdade: em 1957, as Missionárias encaminham ao então Conselho Nacional da Educação o requerimento da licença para a sua criação, em nome da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sua mantenedora; e, em 21 de abril de 1958, através do Decreto Presidencial nº. 43.566, o Governo Federal aprova o processo de fundação da Escola.

O empenho de Jaime Snöeck e das Missionárias envolveu, como se sabe, segmentos das elites locais e mesmo o poder municipal. O respaldo que tais segmentos e tal poder ofereceram à iniciativa foi importante, uma vez que a Faculdade surgia por fora da nascente Universidade Federal de Juiz de Fora: contando com unidades de ensino superior desde a primeira metade do século XX, a cidade só formalmente teve a fundação da sua Universidade na segunda metade dos anos cinquenta, mediante a reunião das já existentes escolas de Engenharia, Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina, Filosofia e Letras e Ciências Econômicas.

Nos seus dez primeiros anos de vida, a Faculdade de Serviço Social operou sem vinculação formal à Universidade Federal de Juiz de Fora. Somente em 12 de março de 1969, mediante um processo de agregação, passou a gravitar junto à sua estrutura. E em 11 de novembro de 1974, pela Lei nº 6.139, tornou-se enfim incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Não é meu objetivo, nesta alocução, oferecer-vos uma síntese da história da nossa Faculdade. Não é esta a oportunidade adequada para fazê-lo. Assinalando o protagonismo de Jaime Snöeck e das Missionárias e indicando uns poucos marcos temporais, quis apenas sugerir que entre a aula inaugural de 16 de maio de 1958 e a realidade contemporânea da Faculdade, esta escola dos dias atuais, parece haver um abismo: a pequena e isolada escola da Avenida Rio Branco constitui hoje, como parte da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma unidade acadêmica que dispõe de invejável estatuto, reconhecido no quadro nacional da formação de assistentes sociais, que propicia cursos de graduação e pós-graduação, que participa ativamente dos debates profissionais, que conta com um corpo docente qualificado e titulado.

Nestes cinqüenta anos, esta Faculdade acabou por inscrever-se entre os dez melhores centros de formação profissional do país. Seus docentes e seus egressos têm influído de modo inequívoco no desenvolvimento do Serviço Social e têm participado de forma protagônica na vida acadêmica e institucional do país.

Mas, como vos disse, minha intervenção não pretende esboçar uma síntese da trajetória que fez da escola isolada, criada em 1958, quando no Brasil havia pouco mais que uma vintena de cursos de Serviço Social, uma Faculdade modelar, extremamente influente no quadro atual da formação profissional, que registra a existência de mais de 230 cursos de Serviço Social no Brasil.

Minha pretensão é outra: gostaria de evocar alguns traços constitutivos da história da nossa Faculdade para sugerir o modo pelo qual, na sua trajetória, se expressa a característica renovadora que a situa como representativa do processo maior de renovação do Serviço Social no Brasil. É na evocação desses traços que me deterei em seguida.

Sabe-se que o Serviço Social brasileiro constituiu-se como uma resposta do pensamento conservador católico à problemática posta, a partir dos anos trinta do século XX,

ao protagonismo da classe operária, naquilo que o pensamento conservador qualifica como “questão social”.

Na sua gênese, o Serviço Social brasileiro emerge com a proposta de uma “paz social” fundada na integração subalterna do proletariado à ordem urbano-industrial. E surge profissionalmente como disciplina de intervenção prática, sem pretensões de gerar conhecimentos – antes, aparece como um saber de segundo grau, desaguadouro aplicado de conhecimentos oriundos das ciências sociais e com um estatuto de minoridade em relação a elas.

Também em Juiz de Fora essa modelagem parece repetir-se. Se é verdade que, no final da década de cinquenta, momento fundacional da Faculdade, a cidade já assistia a seu processo de desindustrialização, transitando para a condição de cidade terciária, centro de serviços, também é verdade que, aqui, eram agudas as expressões da “questão social”.

Desde o início do século XX, as lutas de classes marcaram esta cidade. As vanguardas operárias, através do clássico instrumento da greve, escreveram páginas de heroísmo que a historiografia oficial se esmera em apagar. Faz-se o possível para esbater o protagonismo operário nas margens do Paraibuna – mas não é possível ocultar que, já em 1922, quando da fundação do Partido Comunista Brasileiro, havia empenho de operários juizforanos para participar do congresso de março, que é o momento inaugural do PCB. Nos anos trinta e quarenta, a luta anti-fascista da classe operária juizforana ofereceu mártires no combate ao Estado Novo, como o trabalhador Zúdio, militante do PCB assassinado pela repressão nas ruas de nossa cidade. Nos anos cinquenta, com os comunistas já aliados aos petebistas, a massa juizforana firmava aqui um bastião do trabalhismo getulista, objeto do ódio das elites.

Precisamente na década de cinquenta, quando a velha elite mostrava-se inepta para disputar a representação política para além dos limites municipais, incapaz de tomar qualquer iniciativa em face da perda de gravitação da Manchester Mineira, foram os trabalhadores de Juiz de Fora que emergiram na liderança de correntes políticas que tensionavam a nação no rumo do desenvolvimento com justiça social e da ampliação dos espaços democráticos.

Recordo, em tom de homenagem, os nomes de dois trabalhadores que ganharam destaque nacional, expressando as correntes mais substantivas que animavam a luta operária e que, pela defesa intransigente de suas idéias, pagaram o preço que sempre é cobrado aos

combatentes da classe operária: recordo o nome de Clodsmith Riani, líder petebista, mais tarde dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e de Lindolfo Hill, marceneiro e operário da construção civil que fez parte do Comitê Central do PCB. E também recordo, emocionado, o negro José Henrique de Oliveira, o “Gato Preto”, operário mecânico do velho Departamento Autônomo de Bondes e comunista, que me iniciou no conhecimento das condições de vida dos trabalhadores mais pobres e explorados.

Por outra parte, havia em Juiz de Fora um nítido viés do pensamento de esquerda, que apontava o socialismo como a alternativa humanista ao mundo dilacerado pela corrida armamentista promovida pelo imperialismo, patrocinador dos novos colonialismos – basta evocar o magistério de Irineu Guimarães e a altivez de Thomas Bernardino.

Aqui também, portanto, o pensamento conservador via-se obrigado a responder – inclusive pela via do Serviço Social – às manifestações da “questão social”. Entretanto, uma resposta deste gênero, numa cidade cuja politização forjava-se para além do horizonte das oligarquias, haveria de ser necessariamente contraditória, haveria de conter também elementos que ultrapassavam os limites da “paz social” tranquilizadora da ordem.

Na história da Faculdade, essa contradição imanente haveria de se explicitar só no processo de sua consolidação. Se a sua fundação resultou também do apoio de segmentos da elite, logo se verificaria que o componente católico que ativava a Faculdade continha elementos novos – aqueles elementos que, sob o pontificado de João XXIII, levariam a Igreja a uma nova abordagem da “questão social”.

Assim é que nesta Faculdade, nos anos sessenta, a Doutrina Social da Igreja abria-se a novos ventos, novas orientações, novas perspectivas – e não basta lembrar apenas a influência teológica qualificada e sofisticada de Jaime Snöeck, através de suas aulas de Ética; é preciso evocar o papel de professores arejados como Itamar Bonfatti e de docentes da qualidade do redentorista Dalton Barros.

O conservadorismo municipal, aquele que aplaudiu o fim da democracia na década de sessenta e docemente se adequou à ordem e à paz dos cemitérios, esse conservadorismo colidiu com a ambiência acadêmica garantida pelas Missionárias nos momentos mais tensos daqueles anos difíceis. Recordo a sabedoria com que a segunda Diretora da Faculdade, Madre Albertina Brasil Santos, conduziu a escola na tensa conjuntura de 1964: sua atitude firme

garantiu a integridade da instituição, sem perseguições nos dias de caça às bruxas. A mesma atitude, serena e firme, pautou a gestão de Madre Altiva Paixão que, nos tormentosos anos de transição da década de sessenta à de setenta, garantiu na Faculdade um clima de liberdade e pluralismo.

Nunca exageraremos em dizer que a história desta Faculdade é um penhor à defesa das liberdades. Figuras como Jaime Snöeck, Albertina Brasil Santos e Altiva Paixão simbolizam um patrimônio de humanismo que deve ser socializado com as novas gerações.

Uma instituição de ensino superior só pode merecer este título se zelar pela garantia das liberdades. E esta determinação, que aos olhos conservadores parece ser um desvio e um perigo, tem a ver com a natureza acadêmica da função universitária e é matriz da produção de conhecimentos verazes e da possibilidade da própria extensão universitária. Foi a garantia das liberdades que propiciou a dupla inserção da Faculdade, no âmbito da produção de conhecimentos e no âmbito da extensão.

Efetivamente, esta Faculdade exercitou a dimensão extensionista de um modo pioneiro na esfera local. Não apenas a extensão *stricto sensu*, operada especialmente através dos seus campos de estágio; mas a extensão que incide sobre decisões e estratégias do poder local. É evidente que este exercício supõe a existência de um estoque de saber, a ser disponibilizado para a comunidade e testado nesta disponibilização.

Aqui, o papel da Faculdade, ao longo de sua história, pode ser detectado a partir de dois movimentos, cujas implicações é impossível desenvolver nesta intervenção, mas que merecem a atenção de todos.

O primeiro deles se dá na entrada da segunda metade dos anos sessenta. Quando, na Universidade Federal de Juiz de Fora, no que toca às ciências sociais, a pesquisa era secundária e residual, a Faculdade desempenha papel pioneiro: através da intervenção de um docente excepcionalmente dotado, a pesquisa adquire na Faculdade um estatuto central e desborda a própria Faculdade, possibilitando o primeiro levantamento sócio-econômico rigoroso da cidade, patrocinado pelo governo municipal. O docente referido, Alexis Stepanenko, trouxe à Faculdade uma concepção de pesquisa sistemática, preparou discentes, articulou-se com outros pesquisadores e, graças a seu trabalho, bancado e sustentado pela Faculdade, Alexis Stepanenko introduziu de fato a pesquisa social científica nesta cidade.

O segundo momento que se torna necessário evocar refere-se ao papel do corpo docente da Faculdade na modernização das estruturas governativas locais. Na entrada dos anos setenta, o protagonismo da Faculdade na organização da Secretaria Municipal de Trabalho e Bem-Estar Social, criada em 1973 pelo então prefeito Itamar Franco, foi essencial: o projeto de lei que deu forma àquela Secretaria, na sua dimensão técnica, foi praticamente elaborado por jovens docentes desta Faculdade.

As importantes funções extensionistas que desde então a Faculdade vem exercendo, adensadas e consolidadas nos últimos trinta anos, seriam impensáveis sem os dois movimentos que acabo de evocar.

A década de sessenta, no processo de desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, marcou uma inflexão que só posteriormente, nos anos oitenta, haveria de explicitar-se inteiramente: a recusa de um estatuto subalterno da profissão, expresso na superação de sua condição de “profissão da prática”.

É hoje consensual que, sem constituir uma ciência ou uma disciplina científica, o Serviço Social caracteriza-se como profissão. Mas, em sendo profissão, é também um campo de produção de conhecimentos – como, aliás, desde 1987 o reconhece o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

De fato, nos últimos vinte e cinco anos, o Serviço Social acumulou uma bibliografia e uma documentação que, embora heterogênea e diferenciada, constitui um precioso acervo de chaves heurísticas para o conhecimento da realidade brasileira.

Foram-se os tempos em que os assistentes sociais eram “as boas moças que o governo paga para terem pena dos pobres”. E ficaram para trás os tempos em que o Serviço Social era visto como o patinho feio das ciências sociais – trago à colação, aqui, o juízo conclusivo de Francisco de Oliveira, que, após contactar com o Serviço Social brasileiro contemporâneo, não hesitou em afirmar a sua maioria acadêmica e científica.

O processo de maioria científica do Serviço Social brasileiro, todos o reconhecem, tem a ver com a história da nossa Faculdade. Muitos dos seus egressos intervieram ativamente na construção do patrimônio de conhecimentos que hoje habilita o Serviço Social a uma interlocução paritária com as ciências sociais e, mais que isto, a uma intervenção ponderável na formulação de políticas públicas de âmbito nacional (neste aspecto, basta mencionar o

papel da categoria profissional, por exemplo, na formulação da Lei Orgânica da Assistência Social).

Seria ocioso mencionar aqui o nome dos companheiros cuja contribuição, neste terreno, é hoje nacionalmente reconhecida. É-me suficiente apontar a figura de Marilda Vilela Yamamoto, um verdadeiro ícone profissional, para dar a dimensão dos aportes que, de alguma maneira, o Serviço Social brasileiro deve à nossa Faculdade.

E não é somente no domínio profissional que os egressos da nossa Faculdade têm se destacado nacionalmente: vários deles vinculam o panorama das ciências sociais brasileiras – e um exemplo, dentre muitos, pode ser assinalado no exercício docente e na pesquisa histórico-política: o de Lucília Belo Neves Delgado.

Esta contribuição coletiva, porém, seria impensável se não nos reportássemos à dinâmica instaurada na Faculdade nos anos sessenta. Uma dinâmica fundada na liberdade e no pluralismo garantidos pelas Missionárias, que abriu espaço para o magistério de docentes que, na seqüência, ganhariam destaque nacional. Já fiz referência, aqui, ao papel desempenhado por Alexis Stepanenko; não é necessário lembrar que, posteriormente, ele ocupou altos cargos no Executivo federal.

Cumpram-me dizer-vos, porém, que o exercício docente que a Faculdade propiciou, e do qual se beneficiaram os profissionais aqui formados, permitiu experiências de jovens professores, praticamente desconhecidos à época e que, posteriormente, destacam-se nas suas respectivas áreas. Foi nesta Faculdade que, em 1968, Nilo Batista iniciou seu magistério docente – então novel advogado, o mais brilhante penalista brasileiro contemporâneo lecionou pela primeira vez nesta Casa. E não será demais recordar, entre nós, a docência exercida – mediante intercâmbio internacional, ao que me parece pioneiro na Universidade Federal de Juiz de Fora – pelo então também jovem sociólogo norte-americano Anthony Joseph Mendonça, hoje professor titular da Universidade da Pensilvânia, em Pittsburgh, e militante democrata de destaque na oposição acadêmica ao lamentável governo Bush.

No campo profissional específico, recordo que Luísa Xavier, destacada figura da previdência social brasileira nos anos setenta, também nesta Casa exerceu proficuamente a docência.

Sabemos que este cinquentenário é data de celebração e não de balanço crítico. Mas não seria responsável uma celebração que não reconhecesse debilidades, lacunas, problemas.

Não imagineis que esta Faculdade não os teve – teve-os, e muitos. Não pensemos a nossa escola como ilha paradisíaca no problemático arquipélago da universidade brasileira. Aqui, ao longo desses cinquenta anos, houve choques, rupturas às vezes dilacerantes, confrontos ásperos.

Compreende-se: o espaço acadêmico nunca é uma praça livre, aberta a todos os ventos do espírito. Nele há sempre hegemonias e lutas por hegemonias, que refratam, melhor ou pior, as lutas que se desenvolvem no exterior dos muros acadêmicos. Neste sentido, a história da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora não é exceção: também nela colidiram projetos societários e projetos profissionais. Também nela as vanguardas docentes e discentes se bateram contra os bastiões do conservadorismo, fortes entre docentes e também entre discentes.

Nestes embates, por vezes a conjuntura vivida na Faculdade foi de crise. Em minha análise, a mais decisiva delas ocorreu entre 1968 e 1969, derivando na quebra da hegemonia conservadora até então vigente e numa verdadeira crise de direção, positivamente solucionada por Altiva Paixão. A partir de então, o conservadorismo deixou de ser dominante e abriram-se as vias para um novo patamar de desenvolvimento da Faculdade.

Julgo importante dizer-vos que este patamar de desenvolvimento já vinha sendo gestado desde antes e nesta gestação identifiquei dois vetores principais. O primeiro deles foi a integração do corpo discente no conjunto da Universidade, que de fato precedeu à integração formal da Faculdade à UFJF. O Diretório Acadêmico, desde 1963-1964, mas especialmente sob a gestão de Magda Belo Neves, promoveu a inserção dos estudantes da Faculdade no movimento universitário mais amplo – e as gestões imediatamente subsequentes, conectadas à esquerda católica, solidificaram esta inserção. Naqueles anos, o movimento estudantil foi absolutamente fundamental no arejamento do ambiente acadêmico.

O outro vetor foi a consciência da necessidade da qualificação do corpo docente. Quero recordar que os primeiros professores da Faculdade jamais dispuseram das condições de trabalho que acabaram por se instaurar na década de setenta, quando, de fato, esboça-se a carreira docente *stricto sensu*. Nossos primeiros professores, e esta situação foi a dominante

até a entrada dos anos setenta, eram praticamente colaboradores voluntários – sua remuneração era ridícula, não dispunham das mínimas condições para a pesquisa e, praticamente sem exceção, ganhavam a vida com sua inserção profissional em outros espaços.

Esta menção me parece indispensável, inclusive para avaliar da dedicação de muitos deles, dedicação que compensava largamente as debilidades teóricas que apresentavam. Parece-me ser de justiça histórica lembrar que a maioria deles doava à Faculdade um precioso tempo furtado às suas famílias e aos seus lazeres. E seu papel na construção da Faculdade não pode ser minimizado.

Mas este papel era comprometido por uma formação que, em geral, não ultrapassava a própria graduação. Ora, a pouco e pouco, cresceu a clareza acerca da necessidade de uma qualificação mais alta. Já em meados dos anos sessenta, derivou dessa clareza seja a participação nos primeiros cursos de qualificação docente oferecidos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) – a que a Faculdade ligou-se desde o seu nascimento -, seja a participação em eventos profissionais de mais largo alcance.

Não é um acidente, portanto, que o primeiro documento modernizador do Serviço Social brasileiro – o Documento de Araxá, de 1967 – tenha repercutido tão fortemente na Faculdade logo quando de seu lançamento. Também não é casual que os primeiros textos do Movimento de Reconceituação, que acabou por subverter as concepções tradicionais do Serviço Social, tenham ressoado tão significativamente na Faculdade – como o prova a leitura de Elisa Melo, em seu trabalho de conclusão de curso, acerca das idéias de Herman Kruse, publicadas em *Cristianismo y sociedad*.

Evidentemente, a efetividade de uma qualificação maior só se tornou viável em escala ponderável a partir de finais da década de setenta. Mas os docentes desta Faculdade, quer por iniciativa pessoal, quer no marco de uma política institucional, sempre demonstraram o empenho numa formação sistemática. Estou convencido de que o relevante nível de titulação alcançado na última década pelo corpo docente da Faculdade, que possibilitou inclusive a implantação do Programa de Pós-Graduação, culmina uma tendência que procedia dos anos anteriores e tornou-se realidade na medida em que o apoio institucional da UFJF, sob o reitorado de Margarida Salomão, deixou de ser meramente formal e converteu-se em execução política prioritária.

Aliás, um precioso indicador do desenvolvimento da Faculdade no decurso das três últimas décadas é a substantiva alteração do seu estatuto real na dinâmica da UFJF. Escola isolada de início, agregada em seguida e uma das últimas filhas do processo de integração, a Faculdade, a partir de meados dos anos oitenta iniciou a sua escalada ascensional – mercê da sua importância e da qualidade dos seus quadros – na vida político-administrativa da universidade.

Creio não lavar um erro se também credito estes ganhos político-institucionais ao protagonismo do movimento estudantil dos anos sessenta: foi lá que se estabeleceram as relações com os setores acadêmicos que, restaurada a democracia no país, terminariam por ascender a cargos de grande responsabilidade – é de lá que datam os vínculos, por exemplo, com o Professor René Gonçalves, sob cujo reitorado a UFJF começou a livrar-se do entulho ditatorial e que possibilitou a visibilidade da Faculdade na vida acadêmica.

Permito-me interromper este excuro frio e intencionalmente objetivo para umas breves evocações de outra natureza. Reconstituir alguns traços desses cinqüenta anos, para mim, não é algo a que eu possa me sentir estranho. Ligam-me à Casa que hoje faz cinqüenta anos outros quarenta e dois anos – cruzei as suas portas em 1966, quando tinha 18 anos e hoje, lamentavelmente, tenho dez a mais que esta Faculdade.

Neste momento em que me dirijo a vós, tomam forma, sob meus olhos, não espectros do passado, mas vultos que têm rosto, identidade, idéias, projetos, sonhos – e que doaram seu trabalho a esta instituição, ou que a animaram com as suas lutas e seus confrontos. Não se trata de biografismo, não se trata de simples reminiscência pessoal porque, antes, são emblemáticos do clima, da atmosfera, da cultura desta Faculdade cinqüentenária.

É, nos anos sessenta, o vital estímulo que Alexis Stepanenko me ofereceu, quando eu dava os primeiros passos na minha caminhada intelectual, sob o olhar meio cético e irônico, mas amigo, de Rosa, sua companheira e professora de antropologia. O caráter encantatório das aulas de Jaime Snöeck, rasgando horizontes filosóficos. A gentileza da Irmã Ecila, alma da secretaria da Faculdade. Ou Madre Albertina, de lanterna no jardim escuro do prédio da Avenida Rio Branco, procurando-me durante as festas noturnas, buscando travar a licenciosidade inaugurada naqueles anos.

Os meus professores, extremamente conservadores, mas honestos em suas convicções, que souberam me suportar com calma bíblica: Mozart Teixeira, José Carneiro Gondim, Irene Vilaça, Irene Carvalho. E a serenidade de Itamar Bonfatti, obrigado pelas circunstâncias a usar de uma linguagem esópica para tratar da realidade brasileira. E Dalton Barros, estimulante vulcão de idéias. E minhas companheiras, Neuza Rocha à frente de todas, tão queridas. E minhas colegas da esquerda católica, dínamos do movimento estudantil, todas combativas e depois cidadãs exemplares, como Mariléa Porfírio, nem sempre pacientes comigo, mas generosas nas vitórias que sempre alcançavam.

Nos anos setenta, a mudança de extração do público-alvo da escola, agora com nova composição social, expressão das mudanças da sociedade brasileira que se refletiam na sociedade local. A prudência firme de Madre Altiva gerindo uma escola de tradição combativa nos anos de chumbo. Meus alunos de então, servindo quase de cobaias à minha inexperiência - muitos nomes, muitos rostos, alguns dos quais no corpo docente atual da Faculdade.

Nos anos oitenta, a renovação e a laicização, mediante as novas gerações e gestões que se foram sucedendo: Mary, Rita, Elisa, Sônia, Ana, Sandra, Leninha e agora Leila. Os servidores técnico-administrativos, alguns há longos anos, outros chegando depois. E a ampliação do corpo docente com sangue novo.

Não se trata de reminiscências pessoais: esta dança de vultos que saltam do passado e se presentificam neste cinquentenário apenas comprova que não comemoramos cinquenta anos de paredes, instalações, documentos e títulos acadêmicos. Não: trata-se de cinquenta anos que resultam de esforços concretos de pessoas singulares, de embates e conflitos, mas também de alianças, compromissos, rupturas e avanços. Esta Faculdade é criação, produto, obra de muitas mãos. Sua história é a confluência da história de muitos homens e mulheres, jovens e velhos. É, também ela, como toda história, história coletiva.

Mencionei-vos, há pouco, a idéia de uma *cultura* própria da nossa Faculdade. Parece-me que existe fundamento em argumentar sobre tal cultura.

Se se observa com cuidado a evolução histórica da Faculdade, da pequena escola dos anos cinquenta e sessenta, contendo relações quase domésticas, à unidade acadêmica de hoje, dispendo de ressonância nacional, verifica-se um fio condutor que, para além das várias

mudanças, fases e períodos por que ela reconhecidamente passou, unifica historicamente esta evolução. Antes de evidenciar esse fio condutor, creio relevante indicar algumas características salientes desta evolução.

Em primeiro lugar, diria que esta Faculdade apresenta um traço raro no universo das escolas de Serviço Social: historicamente, ela alia uma forte pertinência à categoria profissional e, ao mesmo tempo, uma criativa abertura às outras profissões e às ciências sociais. De uma parte, a Faculdade sempre manteve uma firme participação na ABESS, hoje ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) – é conhecida a inserção de seus professores até mesmo em instâncias diretivas dessa entidade. Igualmente, a Faculdade sempre estimulou a organização profissional, dos tempos do CRASS à atualidade do CRESS – já nos anos setenta, docentes desta Faculdade respondiam, em Juiz de Fora, pela representação do Conselho Regional.

Mas, ciosa da importância da preservação e da ampliação dos espaços profissionais, a Faculdade não desenvolveu o deletério viés do corporativismo. Sempre recorreu, sem apriorismos, à contribuição docente de advogados, sociólogos, antropólogos, médicos, psicólogos, economistas. E sempre se dispôs – mediante instrumentos vários, inclusive convênios – à articulação profissional com profissionais da saúde, educadores, planejadores, urbanistas etc.

Em segundo lugar, esta Faculdade, dos anos sessenta aos dias atuais, sempre manifestou uma enorme permeabilidade às mudanças operadas no ensino do Serviço Social. Não é preciso dizer que tal permeabilidade resultou do embate entre segmentos conservadores e setores mais avançados – o que é perfeitamente compreensível, aliás. Mas o fato é que a nossa Faculdade, desde meados dos anos sessenta, se caracteriza pela discussão dos tópicos mais contemporânea da agenda profissional, seja no domínio curricular, seja no domínio da definição do perfil profissional que se deseja implementar.

Especialmente a partir dos anos oitenta, esta característica se tornou muito pronunciada: esta Faculdade esteve sempre na linha de frente das revisões curriculares e programáticas, ampliando a sua interlocução com as agências nacionais de formação, envolvendo assessorias e consultorias, assimilando experiências e desenvolvendo novas práticas.

Penso que estes dois traços se articulam a algo que é muito próprio desta Faculdade: a compreensão do caráter radicalmente histórico do Serviço Social.

Valeria a pena investigar através de que condutos e canais esta concepção acabou por tornar-se dominante nesta Faculdade. Não tenho elementos substantivos para formular uma hipótese mais fundada, porém suspeito que haja raízes na extração social do seu corpo docente, claramente modificada a partir dos anos setenta, quando a carreira docente se abriu para setores muito mais abrangentes que os representativos das oligarquias locais – as velhas oligarquias de sobrenome e as novas elites produzidas pelo “milagre econômico” da ditadura. O que é inquestionável é que a cultura desta Faculdade é facilitadora da inovação – e isto não é pouco numa agência universitária.

Ora, todas essas notas são expressivas do que me parece ser a *cultura* desta Faculdade. Observando-se a sua evolução, é perceptível que, desde a linha de ruptura marcada em 1968-1969 e já referida, desenvolveu-se na Faculdade um modelo de gestão das relações acadêmicas que propicia a incorporação de inovações sem traumatismos.

Peço-vos que me entendais. Não se trata de supor a ausência de conflitos e mesmo confrontos – onde eles não existem, também não existe vida e desenvolvimento. Trata-se de constatar que, nesta cinqüentenária Faculdade, se foi instaurando um clima de convivência não excludente de tendências profissionais, concepções teóricas e posições ídeo-políticas. Um clima que oferece riscos, entre os quais o da conciliação sem princípio que, no âmbito da formação, substitui o pluralismo fecundo pelo liberalismo acrítico e, no âmbito teórico, abre o caminho ao mais deslavado ecletismo, inimigo número um do rigor necessário à pesquisa e à investigação sérias e produtivas. Entretanto, se bem equacionado e gerido, este clima se compatibiliza à perfeição à instituição acadêmica.

E é tal clima – insisto: que não elude conflitos e tensões – que me parece constituir a cultura desta Faculdade. Assim é que, desde os anos setenta, constata-se o caráter unitário do processo evolutivo da Faculdade: as necessárias mudanças não têm tido custos traumáticos, assegurando-se a continuidade da formação sem prejuízo do debate das inovações.

Gostaria de assinalar, enfim e quanto a este ponto, que julgo que as Missionárias foram bastante responsáveis pela instauração dessa cultura: a sua prudência e,

simultaneamente, a sua sensibilidade em face das mudanças necessárias têm bastante a ver com a gestão das diferenças e a difusão da tolerância não repressiva.

Em um texto já antigo, esbocei uma interpretação do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil pós-1964. Trata-se do quadro analítico apresentado em meu livro “Serviço Social e Ditadura”. É uma interpretação que hoje se tornou bastante divulgada e não cabe reproduzi-la ou sintetizá-la aqui. Cumpre apenas fazer notar que a minha análise, contida naquele livro, foi elaborada a partir de um exame do desenvolvimento Serviço Social em escala nacional, fundada numa documentação abrangente e que tinha por chave heurística o que meu mestre Florestan Fernandes chamava de centralidade do “tipo extremo”, em contraposição ao “tipo médio” de Durkheim e ao “tipo ideal” weberiano.

Pois bem: relendo aquele velho texto para eventualmente reunir elementos para vos trazer nesta noite, surpreendi-me com uma constatação – surpreendi-me ao verificar que o processo que analisei, necessariamente num alto nível de abstração, como emblemático do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil era como que um diagrama do desenvolvimento concreto da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

E quando utilizo o verbo “surpreender” estou a utilizar a palavra que melhor exprime a minha reação: relendo o velho texto (e devo dizer-vos que me poupo sempre o hábito de reler-me: livros são obras que, uma vez publicadas, têm vida autônoma, independente da subjetividade do autor), relendo-o descobri que as determinações que eu julgava encontrar em pesquisa realizada já na minha maturidade estavam todas presentes na própria escola em que eu me formara.

Ressumidamente, o evoluir do Serviço Social em escala brasileira está inscrito na história particular desta Faculdade. De agência isolada, confessional e limitada, ela, inserida na Universidade, ganha em laicidade e condições de desenvolvimento teórico-metodológico. A incidência qualificadora da pós-graduação, acoplada à instauração da carreira docente, altera substantivamente o conteúdo da formação e o perfil profissional, uma vez rompidas as mordças ditatoriais, se amplia e diversifica. A constituição de um mercado de trabalho para o assistente social, em escala nacional, obriga à contínua revisão da formação. A mudança do público-alvo, com a muito relativa democratização do ensino superior, transforma as expectativas discentes e abre novos espaços à sua renovação.

Muito especialmente, as condições políticas democráticas arejam a vida universitária e reduzem substantivamente a conformação conservadora. Em suma, o protagonismo da renovação profissional se adensa e avulta.

Pois bem: é possível reconhecer este processo na concreção da história da Faculdade de Serviço Social. E mais: é possível verificá-lo aqui, com suas dificuldades e suas alternativas, quase que *in statu nascendi*.

Se isto corresponde mesmo à dinâmica real desta Faculdade – e eu estou convencido de que o corresponde –, a avaliação destes cinquenta anos, por mais crítica que seja, aponta para um saldo absolutamente positivo.

Sem prejuízo de seus problemas, de seus impasses, dos seus pontos de estrangulamento, que existem objetivamente, o que é mais ponderável nesta avaliação é algo que torna fundada a celebração destes dias: aqueles que receberam e recebem a herança da aula inaugural de 16 de maio de 1958 têm razões de sobra para considerar que a viagem no rumo do possível, pensada por Jaime Snöeck e conduzida inicialmente pelas Missionárias, não foi apenas viável: foi produtiva, academicamente eficaz e socialmente válida.

Não é pertinente, nesta oportunidade, mencionar os novos dilemas que podem comprometer, não vos direi os próximos cinquenta anos, mas certamente algumas dezenas de meses no curto prazo. De um lado, a política de mercantilização do ensino superior, afinada com uma concepção minimalista do papel do Estado como regulador societal, que sucateia a universidade pública e faz as delícias do baronato do ensino superior privado. De outro, a insuportável decadência ideológica do capitalismo tardio, que incensa a desqualificação teórica em nome dos “paradigmas pós-modernos” e cada vez mais fetichiza uma ordem societária que só tem a oferecer a barbárie para as novas gerações. Mas não é esta a hora para mencionar estes desafios – embora seja a hora para afirmar, alto e bom som, que a herança de cinquenta anos desta Faculdade legitima a prospecção de que, nela, o legado humanista pode dinamizar a resistência à degradação da formação e a constituição de alternativas profissionais compatíveis com as exigências da emancipação humana.

A vós, que me concedestes a paciência de escutar-me, trago nesta noite a convicção, testada pelas experiências docentes que pude acumular em dois continentes e por um modesto, porém sistemático, exercício de reflexão, trago a convicção de que andaram bem

aqueles que se empenharam na construção desta Casa. Nosso agradecimento a eles nunca deve ser regateado.

Aos companheiros e companheiras que dão continuidade ao projeto iniciado em 1958, certamente sobre novas bases, em novas condições e com outras perspectivas, trago o meu testemunho de respeito e solidariedade.

E aos jovens futuros profissionais que eventualmente tenham resistido bravamente a esta já longa intervenção, a eles, que raramente dão ouvidos – e com razão – aos mais velhos, a eles só me cabe dizer que nesta Casa aprendi muito, formei-me, consolidei (provavelmente contra o desejo de muitos de meus mestres) as minhas opções e sempre tive, como discente e como docente, espaço para expô-las. Não são muitas as Faculdades onde isto pode acontecer e só este fato já diz da importância que atribuo a este cinquentenário.

Na verdade, a todos vós gostaria de dizer que, se pudesse voltar aos meus dezoito anos, se pudesse recuar quarenta e dois anos no tempo, mas preservando a parca cota de sabedoria que me coube acumular em quase quatro décadas de trabalho teórico e intervenção socialista revolucionária – em suma, se eu pudesse retornar a 1966 com a experiência de 2008, certamente voltaria a ingressar, apaixonadamente, na Faculdade que hoje completa cinquenta anos.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA: CINQUENTA ANOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Marilda Villela Iamamoto¹.

Saudações ao cinquentenário da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Saudações às autoridades universitárias, à direção da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), aos seus docentes, discentes e funcionários.

Prezados pesquisadores, assistentes sociais, e público presente.

Congratulações a todos os que, ao longo de cinquenta anos, construíram a história da Faculdade de Serviço Social da UFJF. A todos aqueles que ousaram acreditar que vale a pena sonhar e participaram da elaboração e implementação de um projeto acadêmico-pedagógico, nos níveis de graduação e pós-graduação, dotado de respeitabilidade e reconhecimento na comunidade universitária. Saúdo aqueles que, nos retalhos do tempo da vida, com seu trabalho, experiência, dedicação e lutas enfrentaram adversidades, e construíram a trajetória desta Faculdade, hoje uma referência no universo do Serviço Social brasileiro.

Este é um momento de festa: de comemorar, rememorar o passado e projetar o futuro, como indica a sabedoria do poeta Murilo Mendes em *O discípulo de Emaús*, sintetizando o espírito dessa comemoração: “Virar a vida pelo avesso(...) Passado presente futuro, tiro o alimento de tudo”. E ainda: “A memória é uma construção do futuro, mais que do passado”(p. 372).

Aqui, com o trabalho de muitos, foram semeados, produzidos e difundidos conhecimentos científicos socialmente referenciados, guiados por princípios éticos e políticos comprometidos com o universo do trabalho e com a o processo de democratização da economia, da política e da cultura. Conhecimento e ações que vêm impulsionando a luta por direitos sociais, civis e políticos na perspectiva de somar forças impulsionadoras de novos

¹ Assistente social, diplomada na Faculdade de Serviço Social da UFJF e ex-professora visitante desta Universidade. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), triênio 2008/2010.

tempos iluminados para todos, capazes de contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais.

Eu falo como partícipe dessa história. Nessa casa me formei, dei os primeiros passos no universo acadêmico, na aproximação ao Serviço Social, às Ciências Humanas e Sociais e no conhecimento da história recente deste País. Mas aqui também descobri que o conhecimento tem conseqüências sociais e políticas e que a formação do intelectual é também a formação de um sujeito social comprometido com os destinos de nosso país e de sua história. Esse aprendizado se faz também como estudante, pois o movimento estudantil universitário é uma escola de vida que marca profundamente nossos horizontes. Aqui dei os primeiros passos no aprendizado da luta política e descobri que ela é sempre possível, até nos momentos mais duros e repressivos da ditadura militar e do arbítrio. E que a força repressiva não é capaz de erradicar os projetos coletivos que apostam na Liberdade, na Justiça e na Igualdade no horizonte da superação dos fundamentos da sociedade de classes e das desigualdades por ela socialmente produzidas.

E também aqui, vislumbrei o que afirma Carlos Drummond de Andrade ao cantar a *América*:

Esse país não é meu.
Nem vosso ainda, poeta.
Mas ele será um dia
O país de todo homem.

Encontrei uma Universidade que, com as diferenças e conflitos que lhe são inerentes, foi capaz de respeitar escolhas e caminhos percorridos e oferecer solidariedade acadêmica, profissional e política nos momentos mais adversos.

Por tudo isto, essa festa é nossa festa, digna da Universidade Brasileira. De uma universidade que preza pelas suas funções precípuas de ensino, pesquisa e extensão e que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais coerente com sua função pública, a serviço da coletividade. Ao incorporar os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, a Faculdade de Serviço Social vem participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas, zelando por sua autoqualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento científico, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados aos horizontes do amanhã.

Parabéns, pois, ao cinquentenário da Faculdade de Serviço Social!

Agrego uma palavra de felicitações aos colegas de profissão pelo dia quinze de maio, dia do assistente social, que neste ano teve por tema central, proposto pelo Conselho Federal - e Regionais - de Serviço Social (CFESS/CRESS): Assistentes Sociais na luta sempre! Formação acadêmica e trabalho profissional.

A história dessa Faculdade, como o já evidenciado nessas comemorações, é expressão viva da luta permanente que vem sendo empreendida pelos assistentes sociais na defesa dos direitos por meio de sua atuação na formulação, planejamento execução e avaliação das políticas públicas, compromissada com a organização e formação política da classe trabalhadora.

Eu agradeço a generosidade das homenagens de que fui alvo – particularmente a atribuição de meu nome à Biblioteca da Pós-Graduação - e faço delas a homenagem a todos aqueles mineiros - ou não - que participaram da trajetória da Faculdade de Serviço Social da UFJF e da história recente da profissão em nosso país. E o faço com o extrato de um conhecido poema de Drummond: A palavra Minas

Minas não é uma palavra montanhosa.
É palavra abissal. Minas é dentro
e fundo.
As montanhas escondem o que é Minas.
No alto mais celeste, subterrânea,
é galeria vertical varando o ferro
para chegar ninguém sabe onde.
Ninguém sabe Minas
(...)
Só os mineiros sabem. E não dizem
Nem a si mesmos o irrelatável segredo
Chamado Minas.

1. Introdução

Essa é uma privilegiada oportunidade de fazer uma breve retrospectiva do Serviço Social no Brasil, com ênfase nas conquistas e desafios da categoria nesses “tempos de aflição e não de aplausos”, como diria o poeta Ledo Ivo. Tempos em que reina, com toda a pompa, o grande capital financeiro com a generalização de seus fetichismos em todos os poros da vida social. Eles impregnam a sociabilidade e impulsionam um profundo desmonte das conquistas

civilizatórias dos trabalhadores. A fetichização das relações sociais alcança o seu ápice sob a hegemonia do capital que rende juros – denominado por Marx de *capital fetiche* –, obscurecendo o universo dos trabalhadores, que produzem a riqueza e a vivenciam a alienação como destituição, sofrimento e rebeldia (Iamamoto, 2007).

A mundialização do capital (Chesnais, 1996, 1998) tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho.

Em resposta a uma onda longa de crise (Mandel, 1985), o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre as classes, passando a requerer “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais, preconizados pelos países imperiais e organismos internacionais. Ajustes que dão livre curso ao capital especulativo financeiro, destituído de regulamentações, voltado à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais, o que requer um Estado forte – ao contrário do que é propalado por muitos - para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos.

Mas nossa sociedade apresenta, ao mesmo tempo, um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Poderiam ser citadas, entre muitas outras: as lutas dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária; dos trabalhadores sem teto nas cidades; dos assalariados rurais e urbanos; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; dos quilombolas em defesa de suas terras e de sua identidade, das mulheres do campo e da cidade pelo reconhecimento de seus direitos; dos velhos trabalhadores, hoje aposentados; dos afrodescendentes pela preservação de suas raízes e direitos; além das expressões culturais de contestação da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades. Essa multiplicidade de sujeitos e de formas de luta tem uma *trama comum, oculta na diversidade de suas expressões: a trama dos destituídos de propriedade*, cuja sobrevivência depende da oferta de emprego pelo capital, cada dia mais restrita e carente dos correspondentes direitos sociais e trabalhistas, ou da produção direta dos meios de vida.

Esse cenário avesso aos direitos sociais nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de lutas em defesa das conquistas sociais já obtidas, em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. A luta pela afirmação dos direitos sociais dos trabalhadores é também uma expressão da luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social.

2. Re-visitando o passado: as origens do Serviço Social no Brasil.

Em suas origens no Brasil, na década de 30 do século XX, o Serviço Social surge intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, como parte de suas estratégias de qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina - por meio dos movimentos da ação social e ação católica -, em sua missão de apostolado junto à *família operária*. Esse processo é impulsionado pela industrialização e urbanização, que trazem no seu verso, a *questão social*. Ela condensa as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado (Iamamoto e Carvalho, 1982).

O Estado, na seqüência dos anos quarenta, passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, ao estabelecer a regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista. Passa ainda a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de resposta institucional à *questão social* e, articuladamente, à ameaça comunista. Ainda nessa década são criadas as grandes instituições sócio-assistenciais: LBA (1942), organizada em decorrência do engajamento do país na Segunda Guerra Mundial; o SENAI (1942) e o SESI (1946) direcionados à força de trabalho industrial. O Estado institucionaliza iniciativas das frações dominantes da burguesia industrial num amplo complexo assistencial, extrapolando suas ações para além das unidades de produção, passando a abranger o cotidiano da vida do proletariado (idem).

O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1979), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da luta de classes. O Estado, *ao centralizar a*

política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional legitimada pelo poder. O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia - para transformar-se em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores.

O Serviço Social desenvolve-se no período pós-II Guerra Mundial, no quadro de *expansão da economia capitalista* sob a hegemonia dos grupos transnacionais e da guerra fria. O crescimento industrial em bases tayloristas e fordistas dinamiza a acumulação de capital gerando excedentes, parcela dos quais é canalizada para o Estado no financiamento de políticas públicas, contribuindo para a socialização dos custos de reprodução da força de trabalho. A política keynesiana direcionada ao “pleno emprego” e a manutenção de um padrão salarial capaz de assegurar um relativo poder de compra dos trabalhadores envolveram o reconhecimento do movimento sindical em suas reivindicações econômicas e políticas. A prestação de serviços sociais públicos foi expandida, permitindo às famílias de trabalhadores dotados de emprego formal protegido usufruírem a “cidadania regulada” (Santos, 1979), com acesso aos direitos, podendo aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. A elas se somavam amplos segmentos destituídos de trabalho e de cidadania (Iamamoto, 1998).

Segundo Fernandes (1975), é na década de cinquenta que “a economia brasileira se incorpora à expansão monopolista, aparecendo, daí em diante, como um dos seus pólos dinâmicos na periferia” (Fernandes, 1975, p. 255-256).

No país, a transição do capitalismo concorrencial à expansão monopolista foi marcada por uma forma de dominação burguesa, que Fernandes qualifica de “democracia restrita”: da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático.

No caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, *a dominação imperialista* e, de outro, *a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional*. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida que

favorece a concentração social também regional e racial - de renda, prestígio e poder. Engendra uma *forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário*, em que o *Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade*. Perfila-se, em conseqüência, um *divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas*, “em que o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo”, apesar das fórmulas político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (Ianni, 1984).

Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam *na conciliação entre as frações das classes dominantes com exclusão das forças populares, no recurso freqüente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado*. (Coutinho 1989, p. 122).

Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: *a grande propriedade territorial, as relações de poder apoiadas em relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor* (Couto 2004). Essa cultura política não foi inteiramente superada, apesar das lutas por direitos, afetando profundamente as condições de trabalho do assistente social. Segundo Chauí (1995), a cultura neoliberal cai, como uma luva, em nossa tradição político-cultural, fazendo emergir um de seus traços mais conservadores: o predomínio do interesse privado sobre todas as coisas em detrimento dos interesses públicos, afetando constituição da esfera pública.

3. Serviço Social brasileiro contemporâneo: projeto profissional e trabalho assalariado².

O Serviço Social brasileiro contemporâneo é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte

² Recupero, nas linhas que se seguem, extratos do texto-base da conferência proferida no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: *A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social*. Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil, em 28 de outubro a 02 de novembro de 2007. Mesa de encerramento: 70 anos de Serviço Social no Brasil: lutas, atuação profissional e desafios. Este texto é parte do projeto de pesquisa: *Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2003-2006)* com aprovação e financiamento do CNPq e do Programa PROCiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar. Foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. É nesse quadro de profundas modificações porque passou a sociedade brasileira que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de setenta. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político–corporativa dos assistentes sociais.

Ao longo dos três últimos decênios, *o debate no Serviço Social foi polarizado por um duplo e contraditório movimento*: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, cujo marco inicial foi o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano em meados dos anos 60; *em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastros da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes. Ela hoje atinge profundamente as políticas públicas, estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais. Verifica-se a tendência de fragmentar os usuários dessas políticas segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero e étnico-culturais – mulheres, negros e índios - abordados de forma transclassista e em sua distribuição territorial, o que ocorre em detrimento de sua condição comum de classe. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente disparidades e assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades de classes, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas a fragmentação dos sujeitos, descoladas de sua base social comum, tem sido incorporada pelo Serviço Social de forma acrítica em decorrência direta das classificações efetuadas pelas políticas públicas. É nesse contexto que a *família* passa a ocupar lugar central na política

social governamental, tida como célula básica da sociedade, mediando a velha relação entre “homem e meio”, típica das formulações profissionais ultraconservadoras.

Nesse lapso de tempo considerado, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, fundado em valores e princípios éticos que adquirem materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social, a Lei da Regulamentação da Profissão (CRESS, 7º Região, 2000) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS,1996).

Os princípios éticos norteadores do projeto profissional estão fundados no ideário da modernidade, que apresenta *a questão central da liberdade do ser social* no coração de reflexão ética; ser social *que se constitui pelo trabalho e dispõe de capacidade teleológica consciente, afirmando-se como produto e sujeito da história.*

Mas é preciso considerar que a ordem burguesa é em seu cerne contraditória: ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento de demandas vinculadas à liberdade (direitos, garantias sociais e individuais, autonomia, auto-gestão), simultaneamente as bloqueiam e impedem sua realização. Assim o valor da liberdade passa a existir mais como *projeto, do que como uma realidade conquistada.* (Paiva et alli, 1996, p.162).

O mesmo ocorre com o *valor da igualdade*: ainda que afirmada socialmente como requisito para a troca entre livres e iguais proprietários de mercadoria, - o que se refrata no ideário dos direitos de cidadania, – ela é negada na dinâmica das relações entre as classes sociais. O alargamento do patamar dos direitos defronta-se inevitavelmente com os limites impostos pela lógica da acumulação, dilema esse já reconhecido por Marshall (1967) em seu estudo clássico sobre a cidadania.

Sabemos que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de luta permanente travada quase sempre a partir de baixo, isto é, das classes subalternas. As demandas de grupos e classes sociais prefiguram direitos que só são satisfeitos quando assumidos nas e pelas instituições do Estado, que lhes asseguram uma legalidade positiva, atribuindo-lhes uma dimensão de universalidade possível na sociedade de classes.

Como afirma P. Anderson (apud Coutinho, 2000), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social - ou da justiça social -, é uma vitória da economia política do trabalho, isto é, uma outra lógica de regulação da vida social.

Como sugere Coutinho (2000), isso explica a atual reação dos neoliberais aos direitos sociais, que não interessam à burguesia. Ela pode tolerá-los e, inclusive usá-los a seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nos momentos de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de ampliação de direitos – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre cidadania e classe social: a condição de classe cria déficits e privilégios que impedem a todos participarem da apropriação igualitária das riquezas espirituais e materiais, socialmente produzidas.

Ao debruçar-se sobre o dever ser, a reflexão ética não é neutra. É sempre compromissada com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais, que têm protagonistas histórico-sociais efetivos. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

Merece destaque o fato que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e desses trabalhadores especializados, o projeto os ultrapassa porque é dotado de “caráter ético-político”. Assim, o trabalho profissional cotidiano passa a ser conduzido, segundo os dilemas universais relativos à re-fundação do Estado e sua progressiva absorção pela sociedade civil – o que se encontra na raiz da construção da esfera pública –; à produção e distribuição mais equitativa da riqueza; à luta pela ultrapassagem das desigualdades pela afirmação e concretização dos direitos e da democracia. O projeto profissional estabelece assim um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, o que depende do processo de luta social.

Como sustenta a *Carta de Maceió* do CFESS/ CRESS (2000):

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos, como processo estratégico da luta democrática e popular visando a emancipação e construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital”, o que atesta a necessidade histórica impressa ao nosso projeto profissional.

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma “profissão liberal”, dela decorrem os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto ela *é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social*, enquanto trabalhador assalariado, o que representa um determinante fundamental na efetivação da autonomia do profissional.

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas.

Por outro lado, os organismos empregadores definem a particularização de funções e atribuições consoante sua normatização institucional, que regula o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *back-ground* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas

contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Estabelece-se assim *a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado*. Ou em outros termos, repõe-se, nas particulares condições e relações de trabalho do assistente social profissional, *o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito* (Iamamoto, 2007).

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* de que dispõe o assistente social, a qual é resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. *Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário* e se expressa, de forma particular, *nos distintos espaços ocupacionais*, construídos na relação com sujeitos sociais determinados: no Estado (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); nas empresas capitalistas; nas organizações político-sindicais; nas organizações privadas não lucrativas e nas instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns, ouvidorias).

Todavia, as atividades desenvolvidas *sofrem outro vetor de demandas: as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais* (Iamamoto e Carvalho, 1982; Mota e Amaral, 1998)

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se efetiva a atividade profissional e o protagonismo político dos sujeitos que a ela se dedicam.

Nos distintos espaços ocupacionais os (as) assistentes *exercem suas competências e atribuições profissionais, resguardados (as) por lei*, que merecem maior atenção por parte da produção acadêmica: estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa;

magistério, direção e supervisão acadêmica, que não têm tido a necessária visibilidade na literatura profissional recente.

O (a) assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões particulares universais que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto incorporar a pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

4. Desafios ao Serviço Social na atualidade

Como lembra Husson (1999, p. 99), o processo de financeirização indica um *modo de estruturação da economia mundial*. O fetichismo dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas ante as sociedades nacionais. E esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que contam com o efetivo respaldo dos Estados nacionais e das grandes potências internacionais.

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O juro aparece como brotando da mera propriedade do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago no

seu âmbito: o dinheiro tem agora “amor no corpo” (MARX, 1985, p. 295, t. III, v. IV), como cita o Fausto, de Goethe.

Os dois braços em que se apóiam as finanças - a dívida pública e o mercado acionário das empresas - só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o efetivo impulso dos Estados nacionais: por um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas, a mercantilização dos serviços e as restrições à legislação protetora do trabalho; por outro lado, a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade, dela derivando a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e fundamentalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

A hipótese é que na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais -, como forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados”.

Existe uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que re-configuram a questão social na cena contemporânea.

Nesse cenário, a *questão social* não se resume às expressões de pobreza, miséria e “exclusão”, ainda que as englobe. Ela é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. *O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Ele atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social - e dos sujeitos que o realizam - na era do capital fetiche, assim como impulsiona lutas desses sujeitos contra as*

correntes de ouro que os aprisionam. Nas palavras de Murilo Mendes, “O homem é um ser futuro. Um dia, seremos visíveis”. (Murilo Mendes *O discípulo de Emaús*, p. 754).

O Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo”, como afirma Oliveira³. A política econômica desse Governo conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: “da pobreza da inflação” a “inflação da pobreza”, do “fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida” (Rocha, 2003) e dilapidou o patrimônio público nacional (Biondi, 2000). A dívida e o custo de sua rolagem geram escassez de recursos para investimento e custeio que, aliados às elevadas taxas de juros, desviam as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro, penalizando o conjunto da população. O “choque liberalizante” realizado pelo governo, - traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa.

Essas tendências se reafirmam no Governo Lula da Silva que, ao manter a continuidade da política econômica, consagra a ortodoxia monetarista recomendada pelos organismos internacionais como a única possível: só há “gestão responsável” com política neoliberal que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetária concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais. Essa mesma política, que gerou o “desastre social” brasileiro (Soares, 2003), é o pressuposto dos programas sociais, na tentativa de compensar o que está sendo agravado pela política econômica e pela ausência de efetivas reformas.

Os efeitos dessa política econômica podem ser ilustrados ao se considerar a *renda associada os indicadores de pobreza* (insuficiência de renda) e *desigualdade* (diferença na distribuição da renda). Em 2003, segundo dados do IPEA (2005) do total de habitantes que informam sua renda, cerca de um terço (31,7%) é considerada *pobre*, o equivalente a 53,9 milhões de pessoas, vivendo com renda *per capita* até meio salário mínimo. Já os *indigentes*,

³ Pronunciamento efetuado no II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Brasil, Porto Alegre, 1999.

aqueles que têm renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou seja, 21,9 milhões de pessoas.

A desigualdade *de renda* pode ser aferida pelos seguintes dados referentes a 2003: 1% da população mais rica, isto é 1,7 milhões de pessoas, apropria-se de 13% do total da renda domiciliar, próximo dos 13,3% que é apropriado por 50% dos mais pobres, isto é, 86,9 milhões de pessoas. São negros 66% dos pobres. No meio rural são 15,3 milhões de pobres.

De acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre as desigualdades no Brasil, divulgada em 15 de maio de 2008, os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza no país. A instituição oficial confirma o caráter regressivo da carga tributária, ou seja, o seu peso recai predominantemente sobre os pobres que cegam a pagar até 44,5% mais impostos que os ricos (Camacho, 2008).

As múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência, e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas sociais. A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca, predominantemente, a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado, em detrimento da responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à “sociedade civil”.

As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes” que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar-social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como *alternativas* aos direitos sociais que só têm existido na comunidade política. Como lembra Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e

opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*.

Acanda (2006), em seu competente e provocativo estudo sobre a sociedade civil, destaca alta dose controvérsia no uso teórico dessa noção, que tende hoje a ser empregada mais como metáfora do que como um conceito, segundo os mais diversos matizes e interesses políticos de direita e de esquerda.

No clima cultural dominante sob a inspiração ultra-liberal, a sociedade civil tem sido definida por exclusão e em antítese ao Estado e à política, como um “espaço não político”, livre de coerções, aparecendo idealizada como um reino autônomo da associação e espontaneidade, materializado nas Organizações Não-Governamentais (ONGs). É, também, tida com a guardiã do Estado, controlando-o para evitar intervenções espúrias nas relações inter-pessoais.

Como sugere o autor (Acanda 2006), o boom dessa noção é indissociável da crise de identidade política democrática e de esquerda revolucionária. O emprego da noção de sociedade civil vem redundando no fortalecimento da ideologia dominante: tudo o que não depende do Estado é tido como a um passo da emancipação social. Ao mesmo tempo aquela noção tende a encobrir as diferenças reais na vida social, desaparecendo, com ela, a percepção de fenômenos como: classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios do capital, dentre outros. A sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais.

Esse cenário provoca profundas alterações no mercado de trabalho do assistente social e radicaliza e amplifica a questão social em suas múltiplas dimensões e expressões. Simultaneamente, o padrão acadêmico e político da formação universitária é profundamente atingida pela subordinação da política de educação aos ditames da acumulação de capital.

Somos, no Brasil, cerca de 75 000 assistentes sociais ativos, o segundo maior contingente mundial, só superado pelos EUA - com 150 mil profissionais -em um total de 500 assistentes sociais no mundo, conforme a International Federation of Social Workers (IFSW)

Segundo a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em maio de 2008, existem 09 cursos de doutorado em Serviço Social, e 23 cursos

de mestrado sendo a maioria em instituições públicas, seguido de universidades católicas. A pós-graduação congregava, em 2004, 55 linhas de pesquisa, com 581 projetos de pesquisa já concluídos ou em realização, que adensam a produção científica do Serviço Social brasileiro e o seu mercado editorial, atestando a maturidade acadêmica dessa área de conhecimento.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) em março de 2007, o país tinha 253 cursos de graduação em Serviço Social, (incluindo os cursos presenciais e à distância). Destes, 46 eram levados a efeito por instituições públicas, responsáveis por 5 358 vagas (16%) e 207 oferecidos por instituições privadas de ensino superior com 27465 vagas (84%). O conjunto do ensino superior na área totalizava 32 823 assistentes sociais em formação no país, próximo da metade do contingente profissional atual.

Esse crescimento intensivo iniciado no Governo Cardoso, recebe impulso decisivo no Governo Lula - como o atesta a base oficial de dados do MEC-, sob a liderança das instituições privadas de ensino, e fortemente acelerado pela regulamentação dos cursos de graduação à distância, que se proliferam a partir de 2006. Os 06 primeiros cursos de graduação à distância autorizados e em funcionamento, já eram responsáveis, em março de 2007, por 9 760 vagas informadas, o equivalente a 30% das matrículas. Destes, apenas 01 curso em uma universidade estadual, a Fundação Universidade do Tocantins –UNITINS iniciou com 2 760 vagas em 2006. Os 05 outros cursos à distância são ofertados por instituições privadas, destacando-se a *Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal* – UNIDERP -, com 3 800 vagas.

As quase 10 mil vagas efetivamente ofertadas e declaradas pelos cursos à distância, em março de 2007, permitem afirmar que, mantida essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência de expansão do ensino à distância –EAD-), a partir de 2010, só o EAD irá lançar diplomar e lançar no mercado cerca de dez mil profissionais por ano. Somadas às 70% das vagas oferecidas por cursos presenciais, pode-se esperar uma duplicação do contingente profissional até 2010. Esse crescimento exponencial traz sérias implicações para o exercício profissional, as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever, já no curto prazo, um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá

acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, estimulando a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho.

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*. Isto é, *um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade* em um ambiente político que estimula a *criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores* (Ianni, 1992; Wacquant, 2001) e o caráter assistencial das políticas sociais.

A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

O estímulo ao EAD é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais - este sim o seu objetivo maior - a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. Essa tendência é compatível com premissa de que o “mercado” – leia-se o capital - é portador da racionalidade sóciopolítica e o agente principal do bem-estar da República.

Importa salientar que aqui não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância. O problema está no contexto de privatização do ensino superior em que ela ocorre e sua incidência em um curso universitário de caráter teórico-prático que exige estágio supervisionado e que tem uma relação direta com a vida cotidiana dos sujeitos com que se trabalha.

Esse é um dos grandes desafios que nos convoca coletivamente, exigindo: um criterioso debate e acompanhamento da expansão do ensino superior no Serviço Social e de sua distribuição territorial; o cumprimento das exigências legais do estágio supervisionado no ensino à distância; o conhecimento das entidades mantenedoras responsáveis pela expansão

das instituições de ensino superior privadas e os interesses que veiculam; a denúncia da desqualificação da formação universitária e de suas repercussões na prestação de serviços de qualidade à população no âmbito dos direitos sociais; o debate sobre a oportunidade ou não do exame de proficiência como requisito para autorização do exercício profissional.

São inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social na atualidade, dentre os quais:

1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e conseqüentes refrações no exercício profissional;

3) *a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos sociais;*

4) *a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;*

5) *o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.*

Um caminho fértil nessa direção é recuperar, para análise de nosso tempo, o profícuo estilo de trabalho de Marx: uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas elaborado em sua época; e uma efetiva integração com as forças vivas que animam o movimento de classe trabalhadora em seus distintos segmentos.

O legado já acumulado pelo pensamento social crítico brasileiro sobre a interpretação do Brasil no quadro latino-americano também necessita ser re-apropriado para, a partir dele, elucidar as particularidades dos processos sociais que conformam o Brasil no presente, solidificando as bases históricas do projeto profissional. E aprender com os nossos clássicos. Refiro-me a autores como: Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodr e, Florestan Fernandes, Ant nio Cândido, Josué de Castro, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni, Ruy Mauro

Marini, entre outros, cujas obras descobri por meio dessa universidade, ainda na graduação. As transformações históricas que tiveram lugar tanto no Brasil e nos demais países latino-americanos foram por eles assumidas como desafios ao pensamento. Mas eles tinham clareza de que as explicações obtidas também influenciam o movimento da sociedade, ao transformarem a teoria em força real que opera de dentro e através de grupos e classes sociais, especialmente aqueles que protagonizam a história dos trabalhadores nesse país. Os “homens simples” (Ianni, 1975) também tecem as linhas da história com suas lutas e reivindicações, rebeldias e conformismos. E lembra o autor que para conhecer a história do Brasil é indispensável conhecer também a história social do povo brasileiro (Ianni 2004). Essa é uma das condições para se assegurar a viabilidade do projeto profissional no jogo das forças sociais.

Concluindo, fica a todos o convite para uma empreendermos *vigília crítica do Brasil, no desafio de viver e lutar para interferir nos rumos da história*. Sem esquecer que “viver é muito perigoso”, como já alertou Guimarães Rosa (1994).

As palavras finais são de Carlos Drummond de Andrade, em seu *Canto Brasileiro*:

Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias sofreadas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?

Bibliografia

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*. São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.
- ACANDA, J. *Hegemonia e sociedade civil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ANDRADE, C. D. Canto brasileiro. In: *Carlos Drummond de Andrade*. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. p. 487-488. Volume único.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CFESS/CRESS. *Seguridade social pública: é possível*. Carta de Maceió. Maceió: set. 2000.
- CHAUI, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: a teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, A (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995a. p. 19-30.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. *Contra a Corrente*. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- CAMACHO, K. 10% dos mais ricos no Brasil detêm 75% da riqueza, diz IPEA. *Folha on line*. Acesso em 15/05/08.
- COUTO, B. R. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.
- CRESS 7ª Região (RJ). *Assistente Social: ética e ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, mai. 2000.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

- _____. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. A mentalidade do homem simples. In: *Sociologia e sociedade brasileira*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- _____. A Questão Social. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.
- IPEA. *Radar Social*. Brasília: IPEA, 2005.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.
- MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, T. III, 1985.
- MARSHAL, T. H. *Cidadania, classe social e "status"*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MENDES, M. *Murilo Mendes*. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Volume único.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social In: MOTA, A. E. (Org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.
- PAIVA, B.; SALES, M. A. Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. BONETTI, D. A. et al. (Orgs.). *Serviço Social e Ética*. Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.
- ROCHA, D. 2002: o ano que não terminou? *Nota Técnica*: INESC, Brasília, DF, n. 80. jul. 2003.
- ROSA, G. *João Guimarães Rosa*. Ficção Completa em dois volumes. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- SANTOS, W, G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SOARES, L. T. R. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- YAZBEK, C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*: ABEPSS, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

O ESTÁGIO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

Profa. Adjunta Dra. Alexandra A. L. T. S. Eiras
Coordenadora de Estágio da FSS/UFJF

Profa. Adjunta Dra. Cláudia Mônica dos Santos
Coordenadora do Curso de Serviço Social da FSS/UFJF

Profa. Adjunta Dra. Cristina Simões Bezerra
Chefe do Departamento de Política e Ação do Serviço Social (DPASS) da FSS/UFJF

Nossa intenção nesta comunicação é apresentar algumas considerações acerca dos componentes curriculares “Estágio” e “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) na Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a partir da exposição realizada por ocasião do II Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social da ABEPSS/Leste e II Semana Acadêmica do curso de Serviço Social da FSS/UFJF, ocorridos nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2008, nesta Faculdadeⁱ.

Priorizamos, neste evento, debatermos sobre estes dois componentes curriculares por entendermos que sintetizam todo o projeto de formação profissional do Serviço Social e por sua complexidade. Assim, a primeira parte deste artigo faz uma breve apresentação da Proposta de Formação Profissional aprovada pela categoria profissional em 1996, bem como, o Projeto de Formação Profissional em vigor, atualmente na FSS/UFJF, concentrando-se no que diz respeito a estes dois elementos. A segunda parte traz uma discussão sobre o Estágio e como ele vem sendo realizado e avaliado nesta faculdade. A terceira parte trata, da mesma forma, do TCC.

1 O Projeto de Formação Profissional da FSS/UFJF

A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) participou, ativamente, , na década de 1990 do processo de revisão do projeto de formação profissional do Assistente Social e revisão do currículo mínimo dos cursos de Serviço Socialⁱⁱ. Revisão, esta, aprovada em 1996 pela categoria profissional em Assembléia da

ABESS/CEDEPSS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social), hoje, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Esta proposta foi pensada e discutida com o conjunto das unidades de ensino do país, tendo como parâmetro a visão de que um projeto de formação profissional é construído coletivamente pela categoria profissional. Trata-se de um processo constituído por referenciais teóricos e influenciado pela conjuntura social, econômica, política e cultural do país, refletindo a correlação de forças sociais que ocorre na sociedade e na universidade, sendo, também, resultado da atuação da categoria profissional.

Nesta direção, ainda em final da década de 1990, a FSS/UFJF inicia seu processo interno de reforma do projeto de formação profissional e do currículoⁱⁱⁱ tendo como norte e fundamentação os princípios, diretrizes, metas e orientações contidas nos documentos da ABESS/CEDEPSS. Desta forma, em 2002 o mesmo foi aprovado pelo Conselho de Graduação (CONGRAD) da UFJF sendo implantado em 2003^{iv}.

Formação profissional nesta proposta é considerada como um “processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo” (ABESS/CEDEPSS, 1996:163). Um projeto articulado que envolve comprometimento com uma direção que tenha definido que *tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar*.

No que se refere ao perfil do profissional que se quer formar, pretende-se um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa. Coerente com esse perfil, a formação profissional quer contribuir

para o desenvolvimento intelectual de uma profissão, com a constituição de quadros intelectuais que possuam responsabilidades sociais sobre certos aspectos da vida social; a construção de novas consciências e práticas acadêmicas; além de ser um dos muitos espaços de formação cultural, política e de exercício e luta pela cidadania (Cardoso *et alli*, 1993:4).

Ou seja, formar profissionais não apenas com perfil técnico, mas, sobretudo, com perfil intelectual. Não, somente, reproduzir quadros profissionais ou obter uma mão de obra qualificada. Sua finalidade não se resume em preparar o profissional para o emprego. O que se quer é preparar profissionais que sejam capazes não apenas de atender às necessidades do mercado, mas também de propor projetos de intervenção profissional e de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação do Assistente Social, ampliando o mercado de trabalho.

Nesta direção, cabe a questão para quem formar? profissionais que sejam *formados para a sociedade*, “envolvidos com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas” (Iamamoto, 1998:185).

Nesta direção, os princípios que fundamentam a formação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997:61-62) são: a dimensão interventiva e investigativa como condição central da formação profissional; a afirmação da unidade entre teoria e prática, entre competência técnica e política; a adoção de uma teoria social crítica; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o exercício do pluralismo; a transversalidade do ensino da ética e da pesquisa; o estágio acompanhado, obrigatoriamente, de supervisão profissional (de campo e acadêmica).

Estes princípios chamam a atenção para a importância da unidade entre conhecimento teórico e conhecimento prático, destacando a dimensão investigativa, mas, também, a dimensão interventiva, uma vez que, o Serviço social é uma profissão eminentemente interventiva, inclusive, aponta como meta a ser alcançada com esse projeto, a “ampliação do investimento acadêmico no tratamento da prática profissional, especialmente quanto ao ensino prático, à política de estágio e ao intercâmbio entre unidades de ensino e instituições do mercado de trabalho” (ABESS/CEDEPSS, 1996:167).

Destacamos, aqui, a preocupação com a concepção de unidade, entre teoria e prática. Unidade, entendida como relação visceral entre diferentes, ou seja, teoria e prática são categorias diferentes, mas que não podem ser analisadas separadamente, são interdependentes. Portanto a intervenção profissional não pode prescindir do conhecimento sobre a realidade com a qual se quer intervir, para isso é necessária uma postura investigativa constante. Neste

sentido a formação profissional requer conhecimentos teóricos, mas, também, éticos, políticos e procedimentais.

No sentido de materializar essas diretrizes, princípios e meta, a FSS/UFJF segue na íntegra, a proposta de diretrizes curriculares da ABEPSS. Esta oferece uma estrutura curricular inovadora que reforça a unidade entre teoria e prática. Essa estrutura abrange um conjunto de conhecimentos relacionados entre si e expressos em três núcleos de fundamentação, a saber: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esses núcleos são considerados “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1997:64). Eles representam uma nova lógica curricular em que, “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABESS/CEDEPSS, 1997:63), sendo, portanto, considerados como eixos articuladores da formação pretendida, desdobrando-se em áreas de conhecimento.

Toda a proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos temáticos, os quais “articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade” (Iamamoto, 1998:71). Eles detêm a possibilidade de instrumentalizar o Assistente Social para a intervenção profissional, sendo que, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional é considerado central nas Diretrizes Curriculares, e os demais se direcionam a ele complementando-o e reforçando-o, pois para uma intervenção com competência, faz-se necessário a compreensão do significado social da profissão.

A FSS/UFJF entende os componentes curriculares abaixo relacionadas como as que integram o ensino da prática, propriamente dito, sendo elas as responsáveis pelo trato das competências e habilidades do profissional : política social, pesquisa social, oficina de supervisão, oficina de trabalho profissional, ética, gestão social, laboratórios, tópicos especiais, seminário de política e prática acadêmica, serviço social e questão social, serviço

social e desenvolvimento regional, fundamentos, trabalho e s.s, estatística, direito e legislação, classes e movimentos sociais, dentre outros.

O “Estágio Supervisionado” é outro espaço curricular, tradicional, destinado ao trato dessa questão. Tido – juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como uma atividade indispensável integradora do currículo, o “Estágio Supervisionado” consiste numa “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (*ibidem*:71).

Desta forma, Estágio e TCC, não são os únicos componentes curriculares que tratam do ensino da prática, mas, ambos, são essenciais na garantia da relação de unidade entre teoria e prática. O Estágio e a Oficina de Supervisão de Estágio são momentos onde o aluno vivencia essa relação. Ao mesmo tempo em que tem oportunidade de conhecer as singularidades da realidade com a qual trabalha, ele, a partir desse conhecimento, pode planejar sua intervenção junto a essa realidade. Este é um espaço onde ele vai discutir e pensar as mediações entre o conhecimento da realidade, as necessidades da população e os meios que possibilitam o alcance de seus objetivos.

Do mesmo modo, o TCC, pode oportunizar ao aluno, a sistematização de sua prática de estágio e/ou a investigação sobre algum aspecto da realidade que lhe suscitou interesse e/ou algum tipo de questionamento. Ele pode ser um dos momentos que o aluno articula ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido os itens a seguir se deterão nas especificidades desses elementos na FSS/UFJF.

2 O Estágio na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Historicamente, o curso de Serviço Social incluiu o estágio supervisionado como disciplina obrigatória desde a sua criação em Juiz de Fora, em maio de 1958.

Eleusa Bilemjian Ribeiro em sua tese intitulada “O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório” (2008) descreve a inserção do estágio na formação acadêmica de nível superior focalizando os impactos do processo econômico e da

regulação do Estado no âmbito da Educação sobre a implementação do estágio como disciplina obrigatória na formação profissional/técnica de nível superior.

A inserção nos campos de estágio, nas organizações/instituições privadas ou públicas, foi regulamentada no âmbito da Política Educacional Brasileira para o nível superior em um período de expansão do capitalismo pela via da industrialização conduzida pelos militares, em um processo autocrático-burguês (Netto, 1991).

A primeira documentação jurídico-formal referente ao estágio curricular, de abrangência nacional, foi homologada durante a ditadura militar (Portaria 1002/1967 e Lei 5.540 de 28/11/68), reproduzindo os interesses do mercado (Ribeiro, 2008).

Em nosso entendimento há uma disputa “meio velada” (não totalmente explícita em sua profundidade) que aparece na retórica da dissociação entre teoria/prática (estágio=prática) pelo qual ao mercado reserva-se (sob os interesses da burguesia) a prerrogativa de preparar os técnicos nos moldes e especialidades reclamados pelo desenvolvimento do país.

Nesse sentido, a Portaria 1002/67 dispôs pela primeira vez, sobre a admissão de estagiários na empresa. Essa Portaria “acentua e fortalece o vínculo do estágio nas empresas, com a transferência do eixo da formação profissional das universidades para o setor empresarial” (Ribeiro, 2008:56). No documento se expressa: a) a urgente necessidade de criar condições que possibilitem o entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico-profissional; b) a preparação de técnicos nos moldes e especialidades reclamados pelo desenvolvimento do país; c) a prática efetivada, inclusive nas empresas, [que] concorre para que o ensino superior ou tecnológico ofereça melhores resultados (idem).

Ou seja, nessas concepções expressam-se o entendimento de que o mercado, através das suas organizações/instituições, principalmente, através das empresas detém as tecnologias e os processos mais avançados, eficientes e eficazes e por isso, capacita efetivamente os técnicos, polarizando a relação entre a formação acadêmica (mais lenta, menos avançada), campo da produção teórica e a inserção “real”, o aprendizado prático, que oferece resultados eficazes.

Contudo, o caráter ideológico presente nesse entendimento é o de que o desenvolvimento sócio-econômico sob a hegemonia do capital é o ponto final da história e o que melhor existe para a civilização humana.

Também, o estudante de Serviço Social, quando ingressa na formação acadêmica, valoriza a possibilidade de inserção enquanto estagiário, como o momento fundamental em que irá aprender “a ser” assistente social, sendo a prática e a intervenção o critério de desenvolvimento e de validação da competência para a formação profissional e posterior inclusão no mercado de trabalho.

Em última instância, essas concepções reforçam a noção de que o mercado define quem é competente e quem não é, assim, a formação pela inserção no estágio garantiria uma aproximação à eficiência e eficácia (resolutividade) exigidas pelo mercado.

Por outro lado, o Projeto Profissional do Serviço Social expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS)^v define a competência profissional a partir de parâmetros que incluem não só as habilidades requeridas pelo mercado, mas também aquelas que indiquem a possibilidade de o profissional apreender as necessidades reais dos usuários e de analisá-las em uma perspectiva de apreensão da totalidade social em suas dimensões/mediações particulares e singulares.

Nesse sentido, a formação acadêmica é o espaço de construção dessas habilidades analíticas e de intervenção.

Em relação ao estágio, o Projeto Profissional reconhece a transversalidade e a centralidade do mesmo para a formação acadêmica.

O Estágio Curricular é uma disciplina obrigatória, com a prescrição de carga horária mínima (510 horas, na FSS/UFJF), constituindo-se como estágio supervisionado, acompanhado sistematicamente por um professor, supervisor acadêmico e por um assistente social, supervisor do campo de estágio na organização/instituição onde o mesmo se realiza.

Existe uma tensão entre as concepções/expectativas sobre o estágio com as quais os estudantes ingressam no curso de Serviço Social e a intencionalidade do Projeto Profissional.

No Projeto Profissional, o Estágio Curricular Supervisionado expressa tanto o reconhecimento sobre a relevância da inserção dos estudantes nas organizações/instituições onde o Serviço Social se desenvolve, quanto a necessidade de refletir sobre as demandas sócio-organizacionais/sócio-institucionais e sobre os dispositivos organizacionais/institucionais que atravessam a intervenção do Serviço Social.

Nesse sentido, as habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas serão desenvolvidas a partir de uma análise mais ampla sobre as demandas postas ao Serviço Social e sobre as necessidades reais dos usuários/população, considerando as condições econômicas, políticas e culturais e as contradições referentes à correlação de forças entre as classes fundamentais: capital e trabalho.

Assim, no estágio, a formação dessas habilidades ocorre no processo de inserção na organização/instituição acompanhado das reflexões e do aprofundamento teórico-metodológico na área de intervenção, no desenvolvimento ético-político e na apropriação técnico-operativa, referente à proposição de estratégias e ao manejo dos instrumentos e técnicas utilizados pelos profissionais na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Desse modo, o Projeto Profissional, em vigor, compreende a relação entre teoria e prática como componentes indissociáveis, sendo essencial o processo de supervisão para a apreensão das demandas sócio-organizacionais e para a elaboração de estratégias e o manejo de técnicas e instrumentos orientados pela perspectiva crítico-dialética.

A Lei de Estágio número 11.788 de 25 de setembro de 2008 define o estágio como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (Artigo 1º). E continua nos parágrafos primeiro e segundo, respectivamente: “o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” e “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Para que o estágio seja reconhecido enquanto tal, a Lei define em seu Artigo 3º a necessidade de que as atividades desenvolvidas no estágio sejam acompanhadas efetivamente por um professor orientador, vinculado à organização/instituição de ensino e por um profissional vinculado à organização/instituição concedente.

Em nosso entendimento, a nova Lei poderá restringir as situações em que o estagiário é utilizado como “mão de obra barata” em atividades incompatíveis com a sua formação acadêmica e ratifica a importância da relação organização/instituição concedente e organização/instituição de ensino, indicando a necessária articulação entre a prática e a produção teórico-acadêmica.

Esse entendimento recupera o papel e o lugar da formação acadêmica (de um modo geral, e não somente para o Serviço Social) na profissionalização e na construção das habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas – em diálogo com as organizações/instituições, e em consonância com os interesses de caráter coletivo, que abram caminhos para avançarmos em direção da cidadania plena, da democracia real e da emancipação dos indivíduos sociais.

2.1 Política de estágio na Faculdade de Serviço Social

A Faculdade de Serviço Social possui uma trajetória e um “*know-how*” em relação à inserção de estagiários nas organizações/instituições juizforanas e mineiras.

Nessa trajetória, está presente o fato de a Faculdade se responsabilizar pela abertura de convênios para inserção de estagiários e de democratizar o acesso às vagas existentes, possibilitando que os estudantes conheçam os espaços sócio-ocupacionais disponíveis para inserção de estagiários e que possam concorrer às vagas em condições equitativas.

Na Faculdade, o estágio curricular recebeu o tratamento de estágio supervisionado, tanto pelo supervisor acadêmico, quanto pelo assistente social, supervisor de campo, ressaltando-se algumas situações passadas em que o supervisor acadêmico exerceu também o papel de supervisor de campo.

Atualmente essas exigências constituem critérios para abertura de convênios, aliadas à apresentação de uma proposta de atividades para os estagiários compatíveis com a formação em Serviço Social, e exequíveis no âmbito sócio-organizacional.

No decorrer da década de 1990, vislumbramos, no processo de avaliação curricular, a possibilidade de aproximar os conteúdos trabalhados no currículo das demandas sócio-organizacionais e sócio-institucionais apreendidas no processo de supervisão acadêmica, no

convívio próximo aos assistentes sociais, supervisores de campo e no contato com os desafios postos ao Serviço Social nesses espaços sócio-ocupacionais. Assim também, entendia-se como premente a apreensão das necessidades reais da população juizforana e mineira.

A formulação de uma Política de Prática Acadêmica, no âmbito da FSS, vinha ao encontro dessas avaliações, como um modo de garantir, institucionalmente, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Faculdade também avançou em termos da qualificação dos quadros docentes e do investimento na pós-graduação, através do mestrado em Serviço Social, institucionalizando a produção acadêmica via pesquisa, vinculadas aos grupos que foram sendo constituídos a partir de 2003.

Nesse novo contexto, os grupos de pesquisa têm avançado em termos da produção acadêmica, promovendo a inserção de estudantes da graduação e da pós, investindo nos contatos institucionais e na aproximação junto aos assistentes sociais envolvidos nos processos de pesquisa.

Desse modo, a proposta de nucleação da Política de Prática Acadêmica foi sendo re-apropriada, reorientando a proposta original.

Atualmente, na área da saúde, observamos uma boa articulação, entre ensino, pesquisa e extensão, que inclui os supervisores de campos de estágio vinculados aos programas de Residência de Serviço Social na área Hospitalar (Hospital Universitário) e em Saúde da Família (Unidades Básicas de Saúde: Progresso, Parque Guarani e Santa Rita).

Na política de estágio da FSS essa articulação entre pesquisa, ensino e extensão a partir de uma área temática, torna-se fundamental para a qualificação do processo de supervisão acadêmica, e desse modo, para o aprendizado em relação ao ensino da prática e à qualificação profissional norteada pela perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética.

Atualmente, a supervisão acadêmica é realizada através das Oficinas de Supervisão organizadas em áreas temáticas, a saber: trabalho, saúde (duas oficinas), assistência social, sócio-jurídico, geração, habitação e educação^{vi}.

A área da saúde desdobra-se em duas oficinas devido ao volume de estudantes inseridos nessa área pela oferta de organizações/instituições, considerando-se que essa é a

área que historicamente tem empregado um número maior de assistentes sociais, acompanhando a tendência nacional

A implementação do Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora e na região – no contexto da Política Nacional de Assistência Social – tem gerado uma demanda significativa por assistentes sociais, abrindo espaços para a inserção de estagiários.

No acompanhamento do estágio curricular obrigatório (explicaremos mais adiante) realizado no primeiro semestre de 2008 verificamos a seguinte distribuição de organizações/instituições e estagiários nas áreas temáticas:

Número de alunos estagiários e nº de organizações e instituições por área temática		
Áreas Temáticas	Nº de organizações/instituições	Nº de estagiários
Trabalho	05	09
Saúde	12	20
Assistência Social	06	13
Sócio-Jurídico	03	05
Geração	08	17
Habitação	02	09
Educação	03	05
Total	39	76
FONTE: ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO – PRIMEIRO SEMESTRE/2008		

A maioria das organizações/instituições concedentes ou que recebem os nossos estagiários são instituições públicas, vejamos:

LIBERTAS^{ON LINE}

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL / UFJF - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Organizações e Instituições Públicas e Privadas		
Áreas Temáticas	Org./Inst. Públicas	Org./Inst. Privadas
Trabalho	05	-
Saúde	09	03
Assistência Social	04	02
Sócio-Jurídico	02	01
Geração	03	05
Habitação	02	-
Educação	02	01
Total	27	12
FONTE: ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO – PRIMEIRO SEMESTRE/2008		

Nas áreas temáticas da Assistência Social e de Geração, consideramos para fins de classificação, a natureza jurídica da AMAC (Associação Municipal de Apoio Comunitário), constituída como associação civil sem fins lucrativos, não obstante o seu vínculo orgânico com a Secretaria de Política Social da Prefeitura de Juiz de Fora e do seu papel de execução das políticas públicas na área da assistência social.

Contudo, essa relação ambígua entre o caráter jurídico-formal e a efetividade da AMAC enquanto executora da política pública na área da assistência social no município expressa as contradições concretas no campo da realização dessas políticas, tencionadas por diferentes interesses e necessidades.

Se na área da saúde há uma produção local que favorece direta e indiretamente o processo de supervisão, também nas áreas do trabalho, assistência social e geração têm

existido um investimento da faculdade, através da produção dos grupos de pesquisa e do investimento de alguns professores, que contribui indiretamente para o processo de supervisão.

Todavia, as áreas do “sócio-jurídico”, da “habitação” e da “educação” estão mais fragilizadas, pelo fato de não termos um investimento em pesquisas que focalizem as questões particulares referentes às áreas mencionadas.

É necessário destacar que o programa de pós-graduação strictu-sensu da FSS tem sido um dispositivo deflagrador no âmbito da pesquisa e da produção acadêmica.

Nesse sentido, também é importante observar que os assistentes sociais supervisores de campos de estágio tem tido acesso às disciplinas oferecidas pelo mestrado, cursadas como disciplinas isoladas. Os supervisores de campo têm participado da seleção para o mestrado, e têm sido admitidos como alunos do mestrado.

Por outro lado, o processo de supervisão envolve a necessária e efetiva aproximação junto aos assistentes sociais, supervisores de campos de estágio.

Na FSS, essa aproximação é realizada desde o contato inicial para abertura do campo de estágio, através da coordenação de estágio, e continua através das Oficinas de Supervisão Integrada e das Oficinas Temáticas.

As oficinas de supervisão integradas acontecem três vezes durante o semestre. A primeira oficina envolve a programação das atividades para o semestre. Os assistentes sociais, os estagiários e o professor coordenador da oficina de supervisão acadêmica (por área temática) discutem as questões que precisam ser trabalhadas e que poderão contribuir para qualificar a intervenção do Serviço Social face aos desafios e problemas postos aos assistentes sociais e aos estagiários.

No decorrer do semestre, os supervisores acadêmicos, no âmbito de cada oficina, reúnem-se com os assistentes sociais, para o acompanhamento em relação ao desenvolvimento do estágio. Essa é a segunda oficina de supervisão integrada.

Esse acompanhamento é parametrado pelo Plano de Estágio elaborado e/ou revisto no início de cada semestre pelos assistentes sociais, professor e estagiários.

Ao final do semestre realiza-se a terceira oficina de supervisão integrada com o propósito de avaliar as atividades.

Além de coordenar as oficinas de supervisão acadêmica por área temática e as oficinas de supervisão integrada, o professor, supervisor acadêmico, acompanha a inserção dos estagiários em cada organização/instituição, podendo realizar visitas e outras formas de contato, a fim de potencializar o trabalho e de aproximar-se das questões vivenciadas pelos estagiários e assistentes sociais.

Por último, as oficinas temáticas têm sido construídas a partir da apreensão dos temas/questões que perpassam o Serviço Social de um modo geral. Elas são oferecidas uma vez por semestre, dividindo-se entre dois e quatro temas.

O desenvolvimento dessa modalidade de supervisão expressa um processo de acompanhamento sobre a inserção nos campos de estágio desencadeado na proposição da Política de Prática Acadêmica.

Ao nosso ver, a PPA continua nos inspirando, não obstante as modificações operacionais e as re-apropriações feitas nas diferentes instâncias da FSS.

Uma das modificações relevante nesse processo foi a institucionalização, conforme o Regimento Acadêmico da Graduação da UFJF (RAG), da Comissão Orientadora de Estágio (COE).

Após a extinção da Comissão Permanente de Política e Prática Acadêmica (CPPA) que discutia as questões/orientações pedagógicas focalizando inclusive o ensino da prática e a inserção nos campos de estágio, houve um vazio em relação aos espaços para a discussão e deliberação sobre as questões referentes ao acompanhamento do estágio.

Sendo assim, retomamos a proposta da COE e a organizamos, sendo fiéis a sua composição: supervisores acadêmicos, coordenação do Curso e coordenação de estágio.

Na FSS a coordenação de estágio está vinculada à chefia do Departamento de Fundamentos do Serviço Social (DFSS). O chefe do DFSS é também o coordenador de Estágio e, assim, coordenador da COE.

A institucionalização da COE coloca uma questão para a FSS, na medida em que os componentes da COE deveriam indicar o presidente (coordenador) da mesma, o qual assumiria a coordenação do estágio. Essa questão foi indicada e está sendo discutida no âmbito da FSS.

2.2. Alguns comentários finais

Através do acompanhamento^{vii} que temos realizado via COE podemos dizer que houve um amadurecimento no processo de supervisão. A elaboração do plano de estágio tem-se efetivado na maioria das situações e tem sido uma referência para o acompanhamento do supervisor acadêmico.

A supervisão de campo tem acontecido, pelo comprometimento cotidiano dos assistentes sociais que acompanham zelosamente os estagiários no desenvolvimento de suas atividades.

Verifica-se, porém, a dificuldade de manter espaços para reflexão e discussão entre os assistentes sociais e os estagiários no cotidiano organizacional/institucional.

A demandas para os assistentes sociais e estagiários é grande, dificultando que eles possam dedicar-se ao processo sistemático de discussão e reflexão.

Observamos em muitos relatos, que as atividades desenvolvidas pelos estagiários não se diferenciam daquelas desenvolvidas pelos assistentes sociais, sempre, é claro sob a supervisão desses profissionais.

Nesse sentido, o espaço das supervisões integradas e das oficinas temáticas tem sido qualificado como um momento importante para a troca de experiência e para a aproximação às discussões (produções teóricas) desenvolvidas no âmbito acadêmico. Assim também, as oficinas de supervisão integradas são compreendidas por alguns supervisores de campo como uma possibilidade de articulação entre os assistentes sociais para o enfrentamento das dificuldades/problemas vividos na intervenção profissional.

Houve uma avaliação positiva dos assistentes sociais sobre o processo de supervisão acadêmica e sobre a relação entre a FSS e os campos de estágio.

Também apreendemos uma gama de sugestões para as oficinas temáticas. Dentre os temas mencionados, destacou-se a intervenção do Serviço Social com famílias, que foi objeto do curso “Famílias na contemporaneidade e a intervenção do Serviço Social” realizado em outubro e dezembro de 2008.

Nesse sentido, observamos que as oficinas temáticas poderão ser potencializadas pela proposição de cursos na modalidade de extensão, que contribuam para a qualificação da intervenção profissional fundamentada/orientada pela perspectiva crítico-dialética.

As questões que precisam ser debatidas, ao nosso ver, envolvem a continuidade das reflexões sobre o caráter e o significado do estágio supervisionado.

É necessário investir na efetiva compreensão do estágio enquanto atividade integradora aprimorando a comunicação entre as demandas – questões e problemas apreendidos no processo de acompanhamento do estágio – e as disciplinas/conteúdos desenvolvidos na graduação.

As pesquisas na área de Serviço Social são extremamente importantes para a qualificação da intervenção profissional, bem como as produções por área temática tendem a potencializar e qualificar a formação profissional.

Sendo assim, é necessário continuar investindo nas nossas produções acadêmicas, valorizando a área de Serviço Social e os espaços de discussão sobre a intervenção profissional.

Desse modo, continuaremos assumindo, no âmbito da formação acadêmica, nossa responsabilidade em contribuir para a construção de respostas profissionais fundamentadas e coerentes com a perspectiva crítico-dialética e com o nosso horizonte ético-político.

3 O Trabalho de Conclusão de Curso no processo de formação profissional do Assistente Social

A partir das discussões anteriormente realizadas, acerca do processo de formação profissional na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, interessa-nos, neste momento, particularizar o trabalho de conclusão de curso (TCC) como um dos componentes curriculares que constituem este processo. Segundo as diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS, o TCC é

uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e

expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

Esta concepção aponta, assim, para importantes elementos referentes ao perfil do profissional que se pretende formar e para as competências e habilidades viabilizadas pela formação profissional. Acreditamos que, dadas as particularidades o TCC quanto ao seu processo e ao seu momento de elaboração, este deve ser visualizado como uma oportunidade privilegiada, no processo de formação profissional, para se garantir, junto aos alunos concluintes do curso, um exercício mais fundamentado de algumas habilidades.

Partindo da perspectiva de que se pretende oferecer uma formação intelectual e cultural generalista e crítica, o TCC se apresenta como uma das dimensões que possibilitam a apreensão crítica dos processos sociais sem abandonar a referência da totalidade. Neste sentido, se viabiliza o exercício de duas competências específicas. A primeira delas é a capacitação para a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, atentando-se para suas particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais, tanto no que se refere ao desenvolvimento histórico quanto ao seu contexto contemporâneo. Aqui se inserem, por exemplo, as reflexões acerca da sociedade econômica brasileira, das classes sociais no Brasil e de seus processos de organização e de luta, da compreensão do Estado brasileiro e de sua dimensão classista, dentre outras. No contexto contemporâneo de desenvolvimento capitalista e de refuncionalização das políticas sociais, acreditamos que a elaboração do TCC deve ter também como meta e desafio a compreensão crítica dos elementos referentes ao desenvolvimento regional e local.

Uma segunda competência, construída a partir da primeira, é a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional. Isto se desdobra, portanto, em alguns outros exercícios:

- A capacidade de inserção profissional competente, criativa e propositiva, exercitando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental;
- A capacidade de se identificar as demandas presentes na sociedade para fundamentar a formulação das respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- O compromisso do profissional com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, bem como com as lutas históricas das entidades de representação da categoria.

É diante deste contexto que faz sentido refletir sobre o TCC como um “momento de síntese e de expressão da totalidade da formação profissional”. Acredita-se, portanto, que, no momento de sua elaboração, os alunos já demonstrem uma relativa maturidade para lidar com os chamados “conteúdos transversais” da nossa formação, tais como o exercício da pesquisa, já com um rigor acumulado a longo da prática profissional, a compreensão crítica da dimensão interventiva do Serviço Social, demonstrando o domínio e a problematização dos instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social em cada uma das suas áreas de intervenção e a compreensão das manifestações da questão social dentro de uma perspectiva de totalidade.

É importante destacarmos que apesar de constituir um momento de síntese, o TCC é também, e ainda um momento de formação profissional. Portanto, defendemos que os centros de formação devem estar particularmente preocupados com o processo de orientação dos trabalhos, garantindo que estes conteúdos sejam recuperados aprofundados neste momento.

Outro elemento a se considerar é que o TCC é também compreendido como um “momento de sistematização do conhecimento resultante das indagações geradas a partir da prática acadêmica, preferencialmente da experiência de estágio”. Assim, o exercício desta prática, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, é essencial para a formação profissional, devendo ser incentivado e aprimorado pelos centros de formação. A riqueza dos conhecimentos adquiridos pelos alunos nestas experiências se manifesta nos TCCs e redimensiona a qualidade da prática profissional oferecida aos usuários na sociedade.

Merece destaque o fato de que a ABEPSS menciona que a experiência de estágio deve ter tratamento preferencial no âmbito dos TCCs, o que envolve e reflete as problematizações acerca da inserção dos alunos nos campos de estágio, como discutimos anteriormente. Desenha-se, assim, uma importante relação entre estágio e TCC, constituída pela vivência da prática profissional e pela reflexão sistematizada sobre ela, qualificando concretamente as oportunidades de ensino da prática.

É importante ainda destacar que o TCC está submetido aos padrões e às exigências metodológicas e acadêmico-científicas. O rigor no trato destes padrões, que também deve constituir um conteúdo transversal na formação profissional dos assistentes sociais, é essencial para a afirmação da profissão como área de conhecimento e para a capacitação aos assistentes sociais para o diálogo e o confronto com outras áreas do conhecimento.

No currículo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, o TCC tem trato disciplinar, abrange 90 horas/ aula e está vinculado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social. É desenvolvido no interior de duas disciplinas, quais sejam, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, onde o produto final é o projeto de monografia, e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, que representa a elaboração do trabalho em si. Segundo a normatização interna, o TCC deve ser preferencialmente desenvolvido em equipe, de 2 a 4 alunos. Esta peculiaridade se deve principalmente, à convicção, por parte do coletivo dos professores, de que o trabalho em equipe, também no TCC, representa mais uma oportunidade de uma reflexão coletiva e sistematizada por parte dos alunos¹. No entanto, temos observado que tem aumentado o número de alunos que optam pela elaboração individual do TCC, por diferentes motivos, e que a Faculdade tem procurado, na medida de nossas limitações objetivas quanto ao número de professores orientadores, respeitar esta decisão.

A elaboração do TCC em nossa Faculdade tem como pré-requisito a realização, pelo aluno, de, no mínimo, um período de estágio curricular, o que acontece geralmente, no sexto período do curso. Isso tem garantido que, com uma porcentagem de aproximadamente 45%, os TCCs se voltem para aquela reflexão da experiência acadêmica de que falávamos anteriormente. É importante ainda mencionar que, sobretudo a partir de uma maior

1

consolidação de nossos grupos de pesquisa, muitos TCCs estão sendo elaborados na perspectiva de sistematizar resultados parciais ou finais das pesquisas em andamento, o que, para nós representa um importante avanço.

A partir das avaliações dos TCCs elaborados no ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008, podemos realizar uma primeira reflexão acerca dos desafios que ainda temos que enfrentar no processo de nossa formação profissional, uma vez que, enquanto momento de síntese, percebemos vir à tona, nos TCCs, também algumas lacunas deste processo. Neste sentido, vale destacar

- O exercício constante do rigor acerca da pesquisa e do domínio das normas do conhecimento científico;
- A necessidade de se evitar o risco do ecletismo no trato do referencial teórico dos TCCs;
- O exercício permanente do caráter propositivo da profissão, não permitindo que os trabalhos se tornem um mero “diálogo com os livros”;
- A compreensão do compromisso ético, sobretudo naqueles trabalhos que analisam a intervenção profissional;
- A garantia de uma produção em equipe efetiva e de qualidade;
- A construção de espaços de socialização da produção, através das oportunidades de “defesa pública” dos trabalhos.

Bibliografia:

ABESS/CEDEPSS. “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”. In: **Cadernos ABESS** n.7. São Paulo: Cortez, 1997.

Brasil. Lei número 11.788 de 25 de setembro de 2008

CARDOSO *et alli*. “A Definição do Núcleo Básico – novo currículo de graduação em Serviço Social”. In: **Em Pauta**, cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. N. 1, novembro de 1993.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

RIBEIRO, E. B. **O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2008).

SANTOS, C. M. **Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil**. Tese de Doutorado. ESS/UFRJ, 2006.

ⁱ Este evento fez parte das comemorações do cinquentenário da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

ⁱⁱ As diretrizes curriculares de um curso fazem parte do projeto de formação profissional, mas elas não são o próprio projeto. O projeto de formação profissional se materializa através das diretrizes curriculares. Estas indicam uma determinada forma de pensar a formação.

ⁱⁱⁱ Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, foi extinta a obrigatoriedade do “currículo mínimo” para os cursos superiores e, sim, “diretrizes curriculares”.

^{iv} Para conhecer essa proposta na íntegra ver Iamamoto, M. V. Política de Prática Acadêmica: uma proposta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

^v Conforme exposto na primeira parte desta comunicação.

^{vi} Essa área foi extinta e não será oferecida a oficina no primeiro semestre de 2009, devido à retração da oferta para inserção de estagiários em Juiz de Fora. Nessa comunicação, não nos deteremos sobre as razões dessa retração, pois isso fugiria ao propósito deste texto.

^{vii} Esse acompanhamento foi sistematizado a partir de um roteiro com oito questões: características gerais da área de intervenção; as atividades realizadas pelos assistentes sociais supervisores de campo; as atividades realizadas pelos estagiários; o processo de supervisão de campo; as dificuldades do processo de supervisão de campo; as possibilidades de contribuição para o campo, para o assistente social no processo de supervisão integrada/acadêmica; sugestão de temas. O roteiro foi trabalhado nas áreas: trabalho, saúde, sócio-jurídico, geração e habitação, com ampla adesão dos supervisores de campo de estágio.

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO LIBERAL E MARXISTA*

Dr. Carlos Nelson Coutinho
Professor Titular da Escola de Serviço Social/UFRJ

Eu gostaria de começar agradecendo o convite que me foi feito. Eu gosto muito da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. Não é a primeira vez que venho aqui, tenho aqui amigos e amigas e, sobretudo, é um grande prazer participar de um evento que prepara o lançamento do livro da minha querida ex-orientanda Maria Lúcia Durighetto.

Como vocês sabem, a tese da Maria Lúcia, que eu tive o prazer de orientar, é uma tese sobre os conceitos de democracia e sociedade civil, e ela colocou um belo subtítulo, muito preciso na sua tese, que é “um debate necessário”. E realmente se trata de um debate necessário, por uma razão preliminar, eu diria assim. Talvez não existam, no pensamento social hoje, dois conceitos tão polissêmicos, ou seja, aos quais se aplicam tantos sentidos diversos e até contraditórios como o conceito de democracia e o conceito de sociedade civil. Quando se fala de democracia e de sociedade civil, há concepções inteiramente diferentes e eu acho que um esclarecimento preliminar do sentido destes conceitos é muito importante para que nós evitemos ambigüidades quando fizermos um discurso, um pensamento sobre a sociedade. Diria também que não se trata só, no debate sobre estes termos, de um debate acadêmico. Eu acho que a discussão sobre o que é democracia e o que é sociedade civil faz parte do que eu chamaria de uma batalha das idéias, ou seja, a disputa ideológica por hegemonia na sociedade. A definição desses dois termos não é, portanto, algo acidental, mas algo necessário. Trata-se de um debate necessário, se quisermos encaminhar corretamente a nossa participação na luta das idéias no debate ideológico.

Eu começaria pelo termo democracia, em suas múltiplas acepções. Nos dias de hoje, nenhuma corrente do pensamento, da direita à esquerda, afirma ser contra a democracia e parece haver, portanto, uma situação na qual todos os gatos são pardos, ou seja, todos são democráticos. Eu dou, portanto, um exemplo interessante a vocês: o PFL, o Partido da Frente

* Transcrição da palestra proferida pelo autor por ocasião da aula inaugural do ano de 2008 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A transcrição foi revista pelo autor e autorizada pelo mesmo para publicação.

Liberal, que é resultado da Arena, o partido que sustentou a ditadura militar, mudou recentemente de nome e adotou, eu diria cinicamente, o nome Democratas. A própria ditadura militar brasileira, ao longo dos seus vinte anos, construiu um regime claramente discriminatório, repressivo, mas sempre dizendo o seguinte: nós sempre defendemos a democracia contra o comunismo. Repito isso: a democracia se tornou alguma coisa que perdeu, digamos assim, a sua especificidade. De certo modo, perdeu seu ringue na batalha das idéias porque todos se dizem democratas.

No entanto, é interessante observar que nem sempre foi assim. Já houve momentos em que a democracia foi duramente combatida, explicitamente combatida, e não só por regimes nazistas e fascistas, que seguramente se diziam anti-democratas, mas também pelo projeto liberal que hoje enche a boca para dizer “nós somos os verdadeiros democratas”. Ao longo da evolução da história do liberalismo, este, em certo momento, se contrapôs a democracia, afirmando-se como uma defesa das liberdades individuais, contra a proposta da igualdade, contra a tirania das maiorias, enfim, afirmando-se em uma posição que se explicitava anti-democracia. Em outros casos, esses primeiros pensadores liberais trataram da democracia com alguma simpatia, mas colocando-a como uma coisa condenada ao passado. O brilhante pensador, Montesquieu, diz isso, que houve várias formas de governo ao longo da história. Na Antiguidade, houve uma forma democrática de governo, mas, no nosso tempo mais complexo, onde existe a desigualdade, não é mais possível a democracia e ele defende, então, uma monarquia constitucional. A democracia foi boa para os gregos e dos romanos, mas não é mais do nosso tempo. Há um novo pensador liberal, Benjamin Constant, que fez um texto muito interessante chamado “Da liberdade dos antigos comparada à Liberdade dos modernos”, onde ele diz o seguinte: “realmente a participação de todos na vida pública, isso de ser governante e governado ao mesmo tempo, era a maneira pela qual os antigos concebiam a liberdade. Tanto que isso foi possível lá em Atenas, lá na Grécia Clássica, mas no nosso tempo a liberdade é outra. A liberdade dos modernos é a liberdade de assumir, na vida privada, aquilo que nós, com nosso esforço, conquistamos”. Assim, nós devemos nomear alguns representantes que vão cuidar das coisas de interesse público. Inclusive ele valoriza, eu diria, a não participação. De certo modo, para exercer bem essa liberdade privada e não ser

incomodado por essa necessidade de participar é que as pessoas indicam representantes que cuidam das coisas públicas.

Assim, para outros liberais do século XIX, a argumentação contra a democracia é que ela favorece o que era chamado por eles de “tirania das maiorias”. Então, um outro brilhante pensador liberal, Aléxis de Tocqueville, num dado momento, visitou os Estados Unidos, ficou fascinado pelo que ele achou que era a estrutura democrática americana e escreveu bastante sobre o assunto. Ele tinha uma idéia muito clara, que era a seguinte: a tendência à igualdade das condições de vida dos indivíduos é cada vez mais forte no mundo moderno. Então, a igualdade se tornou, como dizia ele, uma lei inexorável do nosso tempo. Ele era aristocrata e estava vendo que a aristocracia estava perdendo seus privilégios. Então, ele viu os Estados Unidos como um país que não conheceu a aristocracia e que estava construindo essa noção de igualdade.

Observem, então, que eles viram que era uma coisa inexorável, mas Tocqueville tinha medo dessa igualdade. Ele achava que a igualdade levaria a um conformismo e que bloquearia o florescimento das liberdades individuais. Assim, ele vai defender as liberdades individuais e os regimes liberais como formas de se opor a essa tendência igualitária que, segundo ele, conduziria ao despotismo. As pessoas, todas iguais, perderiam a capacidade de participar criativamente na ordem social e isso conduziria a um despotismo. E como Tocqueville foi contemporâneo do início do socialismo, ele dizia que o socialismo é o pior dos despotismos, até porque se centra na idéia da igualdade. Então, até, pelo menos, eu diria, o início do século XX, o liberalismo viu negativamente a democracia, afirmou-se contra a democracia de uma maneira explícita, o que é uma coisa interessante de se ressaltar. Claro que muita gente atua no sistema despoticamente, inclusive no nosso tempo, mas tem, hipocritamente, dizendo que atua democraticamente. Então, como todo mundo sabe que a democracia é uma coisa boa então, hipocritamente, mesmo quando se age anti-democraticamente, diz estar sendo democrata.

Agora, vejam bem, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de outubro, o pensamento liberal começa a assumir uma atitude diferenciada em relação à democracia. O pensamento liberal, digamos assim, se apropria da democracia como um valor e passa a utilizá-la sobretudo contra o socialismo, contra o comunismo. Ou seja, a

democracia passa a ser vista como alguma coisa que se contrapõe ao despotismo comunista, ao totalitarismo. Mas que democracia? Que conceito de democracia, que prática de democracia aparece nesses pensadores liberais? Eu chamo atenção para um deles, talvez o primeiro que teorizou esse conceito que eu chamaria de minimalista de democracia, é Joseph Schumpeter, um brilhante economista, que tem um livro muito famoso chamado “Socialismo, Capitalismo e Democracia”. Nesse livro, Schumpeter, aderindo a uma corrente de opinião importante na época, chamada elitismo, que diz que política não é ação da maioria, mas ação de minorias, de elites organizadas, vai dizer o seguinte: existe democracia quando existe competição periódica, eleições periódicas e diferentes setores da elite disputam o poder. Observem, então, que enquanto democracia aparece, por exemplo, em Rousseau, como uma plena participação de todos na feitura das leis, onde, portanto, todos são, ao mesmo tempo, súditos e soberanos, como dizia Rousseau, todos são governantes e governados pois nós somos livres porque obedecemos as leis que nós mesmos criamos, para Schumpeter, democracia se limita à essa disputa entre diferentes elites renováveis periodicamente através das eleições. Neste autor, a participação não tem um peso significativo, a participação é só eleitoral e essa democracia, nós podemos dizer, é uma democracia profundamente minimalista, mas que corresponde, de certo modo, ao que estava acontecendo nos EUA. Schumpeter estava, na época, vivendo nos EUA e eu diria que ele, de certo modo, ao apresentar esse tipo de disputa periódica entre diferentes elites, estava pensando muito no sistema político vigente nos EUA, onde há duas elites partidárias: Partido Republicano e Partido Democrata, que escolhem candidatos, mas que é democracia só porque uma substitui a outra eventualmente. Este é um conceito não só do Schumpeter, mas essa concepção minimalista de democracia reaparece em vários pensadores liberais contemporâneos, onde democracia limita-se ao respeito a um número de regras formais e não tem uma dimensão substantiva como efetivamente tinha no pensamento de Rousseau.

Há algum tempo atrás, eu assisti a entrevista de um brilhante cientista político brasileiro que, em um programa de televisão, foi perguntado pela repórter se nós tínhamos uma situação democrática no Brasil. Ele respondeu: “temos plenamente uma democracia, há eleições periódicas, há diferentes partidos competindo...” e essa repórter, que é uma pessoa de direita, chegou a perguntar para ele o seguinte: “olha, mas no Brasil não tem muita

desigualdade?” E ele respondeu candidamente: “mas a democracia não tem nada a ver com desigualdade, democracia são regras do jogo e as regras do jogo estão funcionando no Brasil”. Eu dou esse exemplo pra mostrar a que ponto o conceito democracia foi minimizado e perdeu algo que era muito claro no início, que era o seu caráter profundamente subversivo. Por isso os liberais do século XIX se opuseram à democracia, pois ela era uma bandeira de luta das massas populares e implicava uma prática subversiva. No Manifesto Comunista, quando Marx e Engels falam em tomada do poder pela massa dos trabalhadores, dos assalariados, para mim, neste momento, eles dizem concretamente o seguinte: é a realização da democracia. Ou seja, surge muito claramente, na esquerda do pensamento socialista, no pensamento marxista, uma articulação entre democracia e socialismo desse tipo.

Então, voltando um pouco à tradição liberal, eu diria que hoje os liberais se dizem democratas, mas o conceito de democracia que o liberalismo apresenta hoje é um conceito minimalista, um conceito reduutivo, que faz da democracia a aceitação de algumas regras do jogo, que implica uma competição periódica, através de eleições periódicas, que as elites vão disputando. Quando há uma elite só, segundo eles, há ditadura. Mas quando há várias elites, o que, na verdade é muito difícil, estamos, segundo eles, diante de uma democracia.

O tema “marxismo e democracia é complexo e claro que eu não esgotaria aqui de modo nenhum. Há muitos temas para abordar e eu estou apenas levantando algumas questões. Com relação a Marx e Engels, quem lê com atenção a obra dos dois verá que em nenhum momento, nem na primeira etapa da criação do seu pensamento nem na final, nenhum dos dois jamais se pronunciou contra a democracia. Mas alguém poderia dizer: mas Marx e Engels não defenderam a idéia de que o governo dos trabalhadores seria uma ditadura do proletariado e a ditadura não é algo contrário a democracia?

É preciso, eu diria, situar bem em que contexto histórico Marx e Engels falaram em ditadura do proletariado. Por volta de 1848, 1850, sobretudo no Manifesto Comunista, os dois definem o Estado como, essencialmente, um instrumento de coerção. E por quê fazem isso? Porque naquela época havia pouca participação política. Por exemplo o sufrágio não era universal, votavam apenas os proprietários. Um brilhante pensador como Kant chega a justificar isso dentro do campo liberal e justificar dizendo o seguinte: só deve votar quem tem independência de juízo. E as mulheres, por exemplo, não tem independência de juízo porque

não tem independência econômica. Só a tem os maridos e os pais. Então tinha que tirar as mulheres do corpo eleitoral. Mas também não devem votar os trabalhadores assalariados porque eles dependem do patrão. Então, também se impediria e se tiraria do corpo eleitoral 90%, 95% da humanidade. E isso não era só na teoria, era também na prática. Os regimes liberais ou semi-liberais, por volta de 1850, praticavam o sufrágio restrito, votavam apenas os proprietários. Benjamim Constant justificava dizendo que só quem tem pedaço do país, se sente responsável pelo país. É o princípio do condomínio, quem mora em apartamento sabe que você, enquanto inquilino, não participa da reunião do condomínio, só os proprietários participam.

É nesta época histórica que Marx e Engels definem o Estado como instrumento de coerção. Na verdade, mesmo que houvesse parlamentos, estes eram escolhidos pela burguesia, pelos ricos, pelos proprietários. Então, na verdade, Marx e Engels estão dizendo, nesse momento, que todo Estado é uma ditadura, no sentido de que ele exclui a maioria do Estado existente, exclui a maioria esmagadora da população de qualquer participação política, inclusive eleitoral.

Essa situação, entretanto, se altera. Graças às insistentes lutas dos trabalhadores, que fizeram greve, combateram, com isso o sufrágio restrito vai progressivamente sendo estendido. Eu me lembro, por exemplo, que o primeiro movimento operário de massa, o movimento cartista inglês, tinha duas palavras de ordem: a fixação legal da jornada de trabalho e o sufrágio universal. Progressivamente, isso vai sendo conquistado, apesar de o cartismo continuar impedindo o sufrágio universal feminino. Mas o sufrágio universal, progressivamente, vai se estendendo, o corpo eleitoral vai aumentando e chega um momento em que se conquista um sufrágio efetivamente universal masculino e um pouco depois o feminino.

Sobre isso, uma coisa interessante de se lembrar é que as mulheres brasileiras votaram antes que as mulheres italianas. No voto eleitoral de 1933, no governo Vargas mais precisamente, se assegura o direito de voto às mulheres. Uma curiosidade é que, na idéia inicial, só podiam votar as mulheres solteiras, porque as mulheres casadas seriam influenciadas pelo marido. Então, a Igreja entrou duramente, afirmando que isso era um estímulo para que as mulheres permanecessem solteiras. Então as casadas também ganharam

direito de voto. Nas eleições da Constituinte brasileira de 1933, as mulheres votaram e inclusive uma ou duas, se não me engano, foram eleitas deputadas. Na Itália, as mulheres só votaram pela primeira vez em 1946. Então, somente depois da Segunda Guerra Mundial é que foi concebida a conquista do sufrágio universal, tanto masculino quanto feminino, por um longo processo que ocorreu progressivamente.

Na época em que Marx e Engels escrevem o Manifesto Comunista, os sindicatos eram proibidos, com a alegação de que eles interferiam na liberdade do mercado. E realmente interfere. Se cada um de nós negociássemos com o Ministério da Educação o nosso salário, nós ganharíamos menos do que se coletivamente reivindicássemos um nível salarial “x”. Os partidos políticos de massa não existiam nessa época porque os partidos políticos eram grupos parlamentares, eram partidos da classe dominante. Os partidos da classe trabalhadora, no geral, eram minoria e freqüentemente, quase sempre postos à margem da lei. Nesse contexto, compreende-se que Marx e Engels tenham dito que um Estado alternativo ao Estado burguês, o Estado que construirá o socialismo, é uma ditadura do proletariado. É como se vocês dissessem: todo Estado é uma ditadura, então o que substitui a burguesia que está no poder pelo proletariado deve criar uma ditadura do proletariado.

Com a ampliação do Estado a qual me referia, ou seja, com a extensão do sufrágio, com a maior participação, com a interação dos sindicatos e talvez, sobretudo, com a construção de partidos de massa, então a definição de todo Estado como uma ditadura se coloca como uma definição problemática. É muito curioso porque Engels viveu doze anos a mais do que Marx, viveu uma época mais democrática do que a de Marx, viu coisas que Marx não pode ver. Engels, já em 1892, na crítica que faz ao programa da Social Democracia Alemã, vai afirmar enfaticamente o seguinte: a forma política da ditadura do proletariado é a república democrática. Parece haver uma contradição nestes termos. Mas o que Engels quis dizer com isso, e que os marxistas posteriores tiveram que insistir, é que ditadura deve ser entendida no sentido do conteúdo do Estado propriamente, ou seja, é um Estado proletário, mas a forma política desse Estado, não necessariamente, será uma forma ditatorial. Portanto, eu diria, que esse conceito da ditadura do proletariado efetivamente caiu em desuso aos poucos e hoje não se usa mais no sentido marxista. Tem um sentido concreto que, no momento em que foi construída esta categoria por Marx e Engels, ditadura não tinha o sentido

de alguma coisa oposta à democracia, mas era, de certo modo, uma forma de realizar a democracia para uma maioria.

Lênin, um grande dirigente revolucionário russo pelo qual tenho maior respeito, teoriza a partir de uma realidade política, que é a Rússia de seu tempo, que, de certo modo, é ainda mais atrasada que a Europa na metade do século XIX e onde o Estado era seguramente, explicitamente, ditatorial, ainda bem mais ditatorial do que o Estado europeu da primeira metade do século XIX. Compreende-se, então, que Lênin tenha assumido, em relação à discussão sobre o Estado, a mesma função que Marx e Engels tinham identificado em 1848, ou seja, de afirmar que todo Estado é uma ditadura. Lênin usa basicamente esse conceito e chega a defini-lo. Enquanto Engels dizia que a forma política da ditadura do proletariado é a república democrática, Lênin chega a dizer o seguinte: “ditadura é um regime acima de qualquer lei e a ditadura do proletariado não escapa à regra” e está acima de qualquer lei.

Lênin não é Stálin. Evidentemente, Stálin deforma o pensamento de Lênin, que tinha características democráticas que Stalin não teve, mas certamente uma afirmação desse tipo, de que a ditadura do proletariado é um regime acima de qualquer lei, criou espaço e condições para que surgisse o stalinismo despotista. Eu diria, desta forma, que Lênin tem uma concepção redutiva de democracia, Não é que ele não defenda a democracia, defende, mas ele contrapõe o que ele chama de democracia burguesa ou democracia representativa à democracia proletária ou democracia de base. Lênin, na verdade, esquece um fato que me parece fundamental: que mesmo a democracia representativa, como nós entendemos e vivemos hoje, ou seja, uma democracia formada pela participação de todos no sufrágio universal, pela organização e criação de partidos políticos, mesmo essa democracia contemporânea é uma conquista das classes trabalhadoras. Seria, digamos, injusto, pelo menos chamar de democracia burguesa, como incorretamente se faz, alguma coisa que, na verdade, foi construída essencialmente pela luta dos trabalhadores e das mulheres trabalhadoras.

Eu diria que, neste desenvolver de um conceito substantivo de democracia no interior do marxismo, que provém essencialmente de Rousseau, mesmo que tenha havido ambigüidades na história do marxismo em relação ao conceito de democracia, ambigüidades não de Marx e Engels, como eu quis dizer, certamente este conceito está presente na tradição

marxista. E não um conceito empobrecido de democracia como o do liberalismo contemporâneo, mas um conceito de democracia como plena participação popular, com construção efetiva da ordem social pelo conjunto de sociedade, ou seja, democracia como soberania popular, que é uma idéia central do pensamento de Rousseau.

Estamos, assim, diante de um debate sobre o que é democracia e nós devemos estar sempre atentos quando alguém diz que é democrata. Deve-se perguntar o seguinte: mas que democracia você defende? O que você entende por democracia? E, freqüentemente, um mesmo texto oculta significados bastante distintos.

Eu diria que o mesmo ocorre com o conceito de sociedade civil, talvez até mais ainda, porque a sociedade civil surge, na história do pensamento político com concepções bastante diferentes, até porque o termo aparece em línguas diferentes e nem sempre a tradução de uma para outra é uma tradução intacta.

A expressão “civil society”, ou seja, sociedade civil aparece pela primeira vez, no pensamento dos contratualistas ingleses, particularmente em Hobbes e Locke. Em ambos, existe a idéia de que os homens viviam em estado da natureza, em estado, de certo modo, pré-social e, certamente pré-estatal, enfim, em estado de guerra. Assim, os homens criam, através de um contrato, um governo que garante segurança à propriedade e elimina o estado de natureza. É a esta sociedade, como um governo, que ele chama de sociedade civil, ou poderíamos traduzir por sociedade civilizada, diversa, portanto, da sociedade do estado natureza onde reina a selvageria.

Hegel retoma este termo em alemão com a expressão “bürgerliche gesellschaft”, cuja tradução literal é sociedade burguesa. Mas nós devemos entender que burgos, nesse momento da história, “bürger”, se refere à sociedade urbana, àquela sociedade que existia nos burgos, que é efetivamente a sociedade mercantil da época que estava crescendo cada vez mais. Então, quando Hegel se refere à sociedade civil, ele estava pensando em alguma coisa diversa daquilo que os contratualistas ingleses pensavam. Ele está pensando, essencialmente, no mundo das relações mercantis, mas não só. Para ele, fazem parte também daquilo que ele chama de “bürgerliche gesellschaft” não só a administração da justiça, ou seja, dirimir os conflitos entre os vários sujeitos dessa sociedade, mas também formas de organização para defesa dos interesses dos setores que participam da sociedade mercantil, que ele chama de

corporações, que, de certo modo, nós poderíamos dizer, são formas, são protocolos dos sindicatos. E finalmente, um outro nível da sociedade civil é o que ele chama de “polizei”. Agora, notem bem, “polizei”, em alemão, e “police”, em inglês, têm duplo sentido: é tanto a repressão, que seguramente ele vê, em alguns casos ele acha que tem uma absoluta repressão, mas é também a prevenção da violação da legalidade, ou seja, isso que freqüentemente as políticas sociais fazem. Podemos dizer o seguinte: estamos diante do primeiro grande pensador que encontrou um lugarzinho no seu sistema para os assistentes sociais, só que na polícia, que é uma coisa meio complicada. Mas, nesse sentido, faz parte da sociedade civil, para Hegel, a implementação de políticas sociais que minimizem a miséria e que, portanto, previnam contra a criminalidade. Esse é um conceito, portanto, bem diferente daquele dos contratualistas.

Finalmente, Marx, também alemão, também usa a expressão “bürgerliche gesellschaft”, sobretudo na sua juventude, e freqüentemente se refere ao conceito de Hegel, mas dando a ele uma conotação diversa. Em Marx, a sociedade civil é apenas um mundo das relações mercantis. A administração da justiça, a polícia, o sindicato fazem parte, para Marx, da superestrutura, de um outro nível da ordem social. Há, então, uma continuidade com parte da teoria de Hegel, reproduzida por Marx no seu conceito de sociedade civil como um mundo das relações mercantis.

E então temos aquele que, eu diria, introduziu no debate contemporâneo o conceito de sociedade civil que é o italiano Antonio Gramsci. Ele usou a expressão “società civile” para definir uma esfera do ser social nova no desenvolvimento histórico. Sociedade civil, em Gramsci, não é o mundo das relações mercantis, a isso ele chama de sociedade econômica. Não é o mundo do Estado strictu sensu, que ele chama de sociedade política. Sociedade civil é a esfera da auto-organização, da representação de interesses, que se torna tanto mais complexa e rica na medida em que existe uma crescente socialização da participação política, seja através do sufrágio universal, da criação de partidos políticos, ou da legalização dos sindicatos de massa. É este universo de organizações que Gramsci chamou de sociedade civil.

É muito curioso que, em dado momento da sua reflexão teórica, Gramsci se deu conta de que esse conceito dele não era o mesmo conceito de Marx. E como a gente sabe disso? Gramsci, no Cárcere, escrevia os cadernos para organizar a teorização dele e, ao mesmo

tempo, como ele mesmo dizia, para “educar a mão”, ele fazia exercícios de tradução e traduziu Marx. Em um dado momento, traduz textos de Marx onde ele há a expressão “bürgerliche gesellschaft” e a traduz como “sociedade civil”. Mais tarde, ele risca “sociedade civil” e põe “sociedade burguesa”, o que me parece um indicativo de que ele se deu conta de que os conceitos não eram os mesmos. Ou melhor, de que com um mesmo termo eles estavam se referindo à realidades diferentes.

Em Gramsci, sociedade civil é isso: é um mundo das auto-representações, em luta entre si. É um terreno privilegiado da luta de classes, se dá uma batalha entre diferentes propostas de hegemonia, entre diferentes propostas de sociedade. Portanto, a sociedade civil não é o “reino do bem”, nem tudo que vem da sociedade civil é bom. Eu sempre gosto de lembrar aos meus alunos o seguinte: fazem parte da sociedade civil tanto a UDR, A União Democrática Ruralista, que defende o direito dos proprietários, e o MST, que é um movimento dos trabalhadores sem-terra. Fazem parte da sociedade civil tanto a CUT que antes era combativa, agora nem tanto, mas que antes representava os sindicatos operários e faz parte da sociedade civil, o FIESP que representava portanto, os interesses dos industriais de São Paulo. A sociedade civil, para Gramsci, é um terreno onde se dá uma batalha de diferentes projetos de hegemonia, ou seja, é um terreno da luta de classes.

Surgiu recentemente um novo conceito de sociedade civil que a identifica com o terceiro setor. Então teríamos a economia, o mercado, e para o pensador liberal burguês, economia é evidentemente de mercado, e o Estado. Entre o mercado e o Estado existe essa “coisa” um pouco angelical que é a sociedade civil, o terceiro setor, o reino do voluntariado. Hoje nós abrimos constantemente os jornais e vemos o grau de corrupção em que estão as ONGs, que é, digamos assim, o termo técnico. Elas estão longe de se situar fora do terreno da economia, pois freqüentemente é um instrumento das pequenas empresas que garantem a sobrevivência de seus integrantes, e muito longe também de estarem fora do Estado, uma vez que elas intervêm na luta política nas questões do poder na sociedade.

Não vamos, portanto, ao usar o termo “sociedade civil”, cair em uma construção maniqueísta e dizer que tudo que vem da sociedade civil é bom e tudo que vem do Estado é ruim. Esta não é a posição de Gramsci. Para ele, a sociedade civil é um terreno de luta, ela pode ser hegemônica pela direita e pode ser hegemônica pela esquerda, mas é sempre um

terreno de luta, visando mudar as relações de poder da sociedade e, finalmente, fazer com que o projeto hegemônico se aproprie do Estado e implemente uma política que pode ser de conservação ou de transformação radical.

Esse conceito, que eu chamaria de “angélico” de sociedade civil, surge no mundo inteiro, não há dúvidas, mas teve uma força grande no Brasil, por uma razão clara. O forte impacto de Gramsci entre nós se dá em meados dos anos 70. Gramsci começou a ser publicado no Brasil já na segunda metade dos anos 60, mas vendeu muito pouco. A partir da segunda metade dos anos 70, Gramsci volta com muita força, correspondendo a um momento em que a sociedade civil brasileira está crescendo, a oposição à ditadura aumenta, no momento também em que a esquerda é obrigada a fazer uma dura auto-crítica de suas posições anteriores, sobretudo sobre a luta armada e Gramsci entra com grande força no pensamento social e político brasileiro. E esse conceito de sociedade civil é talvez um dos conceitos gramscianos mais bem acolhidos nessa época. E por quê? Vivíamos uma situação particular na qual parecia que tudo o que vinha da sociedade civil era bom e tudo que vinha do Estado era ruim.

Naquele momento, a burguesia, que era a grande financiadora da ditadura, o grande capital, começa a se desligar da ditadura ao perceber que ela vai acabar inevitavelmente e mesmo as organizações das classes dominantes, da burguesia no Brasil, começam a se opor à ditadura. Na verdade, naquele momento, todas as organizações da sociedade civil se opunham a ditadura, portanto eram o bem, e o Estado era a ditadura, portanto era o mal. Eu diria que, já naquele momento, este maniqueísmo atrapalha uma política efetivamente de esquerda no Brasil porque minimiza as contradições que existiam na frente oposicionistas à ditadura. Mas o mal bem maior que isso causou foi quando essa visão maniqueísta foi apropriada pelo pensamento neoliberal para dizer o seguinte: tudo o que vem do Estado é ruim, tudo que vem da sociedade civil é bom. Portanto, vamos privatizar o que é estatal. E freqüentemente, a sociedade civil, além de ser confundida com terceiro setor, também é confundida com essa sociedade de mercado, com este mercado que resolve todos os problemas. Enfim, também diante do conceito de sociedade civil nós devemos ter clareza de perguntar: mas que tipo de sociedade civil se trata? O que se deve pensar com esse conceito?

Então, concluindo, eu diria são dois conceitos profundamente polissêmicos, isso quer dizer, têm muitos sentidos, e, portanto nós devemos hoje, sempre que os utilizarmos, discutir que conceitos estamos utilizando. É por isso que eu diria que o livro da minha querida amiga Maria Lúcia é tão importante, pois pretende exatamente demonstrar que esses conceitos têm interpretações diversas e demonstrar também como essas interpretações diversas se manifestaram no pensamento político brasileiro.

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: UM DEBATE NECESSÁRIO

Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto
Profa. Adjunto da FSS/UFJF

Boa noite a todos! Agradeço a Direção Colegiada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora por possibilitar a realização deste evento de lançamento do meu livro *Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário*, produto de minha tese de doutoramento defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradeço a presença dos professores desta universidade, meus alunos e ex-alunos, militantes de movimentos sociais e sindicais e amigos presentes. Especialmente agradeço, *emocionada*, ao professor Carlos Nelson Coutinho pela disponibilidade em estar aqui conosco esta noite, pelas palavras generosas atribuídas ao meu trabalho e por desenvolver reflexões, como sempre, que vão na direção de reativar o pensamento crítico no seu sentido mais amplo, que é o de pensar uma sociedade cujo sistema social não esteja voltado para a destruição da humanidade mas para uma vida plena de sentido para a humanidade.

A categoria sociedade civil foi utilizada no debate acadêmico brasileiro desde nos finais dos anos 70 e na década de 80, para qualificar o campo da ação dos movimentos sociais emergentes no processo de redemocratização. No entanto, a partir dos anos 90, sociedade civil vem sendo definida com diferentes conteúdos, não mais pensada exclusivamente em articulação com os movimentos sociais. Essa constatação aponta a necessidade de se examinar a discussão que se trava hoje, no Brasil, em relação à noção de sociedade civil. Nosso interesse é resgatar um tratamento da categoria cimentado no pensamento do marxista italiano Antônio Gramsci.

A crise, experimentada pelo capital e pelos modelos conhecidos de *Welfare State*, bem como suas respostas, das quais a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível e o neoliberalismo são expressões, têm acarretado profundas mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, conformando sociabilidades, formas de organização e representação de interesses na direção da fragmentação e da despolitização.

Neste contexto, a sociedade civil passa a ser descaracterizada como esfera de explicitação das lutas, conflitos e contradições, e a política e a democracia são subsumidas à lógica do mercado, para o qual são transferidas as tarefas de ordenamento de todas as esferas da vida social. As instituições políticas necessárias são as que existem para proteger o exercício da liberdade, livre iniciativa, autonomia e direitos individuais.

Frente a isso, a reflexão que desenvolvo intenciona contribuir para o debate das temáticas: sociedade civil e democracia, na direção de substantivá-las em conteúdos críticos, políticos, classistas e contra-hegemônicos.

Podemos perceber diferentes usos da categoria sociedade civil hoje presentes no debate acadêmico e nos projetos sócio-interventivos: no ideário neoliberal é usada para legitimar a falta de responsabilidade estatal no campo das políticas públicas, mas também é nela e a partir dela que são construídas prospecções, para a construção de um aparato estatal democrático e de direito. Esses diferentes usos criaram um brutal esvaziamento: seja do conceito, seja das práticas que ele devia referir.

É a partir desta constatação que apontamos a necessidade de resgatar o tratamento da categoria sociedade civil tal como a definira A. Gramsci, a qual tomaremos como parâmetro para dialogar e contrapor às versões apolíticas e a-classistas de sociedade civil, atualmente tão em moda no debate internacional e nacional.

É com a análise das mudanças ocorridas na esfera social e estatal de sua época histórica - organização de interesses classistas, desenvolvimento dos institutos políticos da democracia moderna, ampliação das esferas culturais e ideológicas - que Gramsci visualiza uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de *sociedade civil*. Sociedade civil, para Gramsci, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos, etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias que tornam ou não conscientes os conflitos e contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe.

A constatação teórica e prático-política desta esfera, possibilita a Gramsci defender que as classes subalternas podem ascender ao poder pela estratégia da “guerra de posição”, ou seja, por conquistas progressivas ou "processuais" de espaços de direção político-ideológica

no campo da sociedade civil. É através desses processos que poderá se formar uma "vontade coletiva nacional-popular", que se expressará na ascensão de uma nova classe ao poder político.

A noção de *hegemonia* como "direção intelectual e moral" assume relevância central na estratégia da "guerra de posição". A conquista progressiva de uma unidade político-ideológica – de uma direção de classe – requer a busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades. Desse modo, a própria ação de hegemonia exige uma práxis política consciente, coletiva e articulada das classes subalternas. Como afirma Coutinho, “há uma dimensão nitidamente política no conceito gramsciano de sociedade civil, sua articulação dialética com a luta pela hegemonia e a conquista do poder por parte das classes subalternas”.

A partir da década de 1970, a categoria sociedade civil ganha uma grande relevância e centralidade no debate ideo-político internacional e nacional. Sua utilização aparece diretamente associada à emergência dos chamados "novos movimentos sociais" e suas demandas democratizantes relacionadas a acontecimentos históricos diversos (reivindicações por direitos civis e políticos nos países do leste europeu; burocratização estatal nos regimes do *Welfare State*, resistência contra os regimes autoritários no contexto dos processos de (re)democratização da América Latina).

Os fundamentos teóricos da concepção de sociedade civil emergente nestes contextos são fundamentalmente encontrados nas elaborações do pensador alemão Jurgen Habermas e de Cohen e Arato. Habermas sustenta que as sociedades modernas apresentam um processo de diferenciação das estruturas, que acabou por gerar dois sistemas: sistema da economia e da administração pública, em que os indivíduos se orientam estrategicamente pela busca do lucro e do poder político (racionalidade instrumental), e o sistema que trata do campo da interação social, que ele denomina de "mundo da vida" (racionalidade comunicativa). É nesse campo que se processa a defesa e a reação dos indivíduos frente à burocratização e à mercantilização da vida social, buscando formas de solidariedade e de coesão social.

Esse “mundo da vida” é composto por associações voluntárias dotadas de autonomia e auto-organização em relação ao mercado e ao Estado, o que Habermas denomina de *sociedade civil*. Sociedade civil passa assim a significar a esfera da solidariedade social, do

discurso, da ação comunicativa. Suas organizações visariam processos de formação de identidade, produção de solidariedade e argumentação moral visando à constituição de uma *esfera pública* entre o mercado e o Estado.

É com base nos referenciais *classistas* ou *comunicativos* explicitados que analisaremos o desenvolvimento da categoria sociedade civil no debate brasileiro.

No Brasil, a categoria *sociedade civil* foi fortemente empregada a partir do final da década de 1970, para expressar o *processo* de reativação do movimento sindical e a ação de movimentos sociais que passaram a dinamizar processos de mobilização de demandas por conquista e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas.

E é a partir deste processo de organizações e de lutas das classes subalternas que a discussão sobre democracia é deslocada das iniciativas exclusivas dos setores autocrático-burgueses e liberais, sendo pensada, em consequência, em contraposição ao projeto que intencionava autoreformar o regime ditatorial, por meio de um lento projeto de liberalização política sob seu controle, e o formulado por intelectuais liberais-democráticos, que viam na consolidação das liberdades econômicas e políticas a materialização definitiva da democracia.

Em oposição a essas duas posturas, nesse novo campo teórico e político-ideológico, a democracia é problematizada e perspectivada a partir da apreensão da sociedade civil como esfera de vitalização e renovação da política e como lugar da emergência de iniciativas e manifestações sociais que lutavam ou se posicionavam contra o regime autoritário.

O emprego da categoria foi utilizado, assim, para pensar *como* consolidar e ampliar o processo da nossa transição e renovação democrática a partir das organizações populares. No entanto, podemos perceber, no interior desse campo teórico democrático, uma diferença radical nas acepções do que se entende e se defende por sociedade civil e, consequentemente, que projeto de democracia deveria ser construído a partir deste entendimento.

Tais diferenças serão por nós evidenciadas nas elaborações realizadas, nesse período, por Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort, por serem eles, na época, dois dos proponentes mais importantes da temática da sociedade civil e da democracia na esquerda intelectual brasileira. E também Marilena Chauí, por suas análises serem recorrentemente referenciadas num conjunto expressivo de produções teóricas que a tomam como ponto de

partida para se entender a temática da sociedade civil e da democracia a partir da mediação dos movimentos sociais na primeira metade da década de 1980.

Fortemente calcado no referencial marxista, particularmente gramsciano, Coutinho, no artigo “A democracia como valor universal” (1979) concebe a emergência e ampliação das organizações dos vários sujeitos coletivos, naquela conjuntura, como fazendo parte do que Gramsci chamou de sociedade civil. Coutinho está interessado em refletir acerca dos processos possibilitem potencializar a ação das classes subalternas na direção da formação de sua hegemonia. Por isso, estabelece a relação entre democracia e socialismo, ou seja, a democracia é entendida enquanto um processo que se constrói, desenvolve e se consolida a partir de espaços de luta, de formação de uma vontade coletiva, aberto ao avanço para a construção de um novo projeto societário que se contraponha ao capitalismo.

Como passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para esse processo de democratização, o autor aponta a necessidade de “ampliar a organização dos vários sujeitos coletivos, e, ao mesmo tempo, respeitadas sua autonomia e diversidade, lutar pela unificação dos mesmos num bloco democrático e nacional-popular”.

No campo da institucionalidade política, defende a permanente articulação dos organismos populares com os “tradicionais” de representação indireta. É esse processo que dará base de massa a estes, alterando seus fundamentos e dinâmicas, convertendo-se em esforços de totalização e unificação de interesses. É essa permanente articulação entre democracia representativa e democracia de base direta que possibilitaria, segundo Coutinho, a projeção permanente das classes subalternas no Estado, transformando-o. É este processo que permitiria aprofundar a democracia política no sentido da construção de uma democracia de massas, de uma “democracia substantiva”, que visaria a formação de um processo de politização e de lutas que levasse ao socialismo.

Para Marilena Chauí no texto “A questão democrática”, produzido em 1978-79, a sociedade civil é entendida como esfera de representação homogênea dos interesses populares e os movimentos sociais que a compõem são bastante heterogêneos em suas ações, objetivos e formas organizativas, o que originaria identidades plurais. A autora defende a idéia que os movimentos sociais desenvolvem suas ações de forma espontânea, pautada na comunidade, na solidariedade e na identidade, avessa a qualquer relação com o Estado e a representação

política. Para Chauí, a democracia deve ser percebida como a própria forma de existência dessa vida social, ancorada na liberdade de organização e na autonomia de ação dos sujeitos sociais. Suas reflexões não perspectivam a unidade dos interesses populares, a uma formação de uma vontade coletiva, muito menos a influência dos movimentos sociais no aparato estatal e nos institutos democráticos de representação política. Democracia seria uma forma de convivência dos sujeitos sociais renovando padrões sócio-culturais.

O entendimento do conceito de sociedade civil desenvolvido por Chauí foi fortemente presente nas análises desenvolvidas acerca dos movimentos sociais na conjuntura brasileira da primeira metade da década de 80.

A sociedade civil, mediada pelos movimentos sociais, é vista numa perspectiva oposicionista em relação ao Estado. O que permitiu que as ações dos movimentos sociais fossem saudados como formas de resistência à ditadura, enfatizando-se seu voluntarismo, seu caráter inovador, sua autonomia e espontaneidade face ao Estado. Assim, todas as expressões da sociedade civil passaram a ser vistas de uma forma positiva, pois eram entendidas como tudo aquilo que se contrapunha ao Estado, o lado negativo.

Weffort em "Por que democracia?" (1984) e "Incertezas da Transição na América Latina" (1985), concebe a sociedade civil como palco dos movimentos sociais, que precisariam ser potencializados nos termos de reivindicação de políticas sociais. Na sua perspectiva, é na predominância da participação e da direção sócio-política da sociedade civil (tomada como um todo homogêneo), nos espaços político-institucionais que está a possibilidade da emergência da verdadeira democracia. A temática da democracia tende a vir, assim, associada ao ideário de justiça social, de ampliação dos direitos sociais no capitalismo.

Os diferentes e antagônicos entendimentos de sociedade civil produziram três visões de democracia: a sociedade civil como esfera da luta de classes e a democracia como construção de uma contra-hegemonia (perspectiva defendida por Coutinho); a sociedade civil como espaço das representações populares e a democracia entendida como renovação cultural (perspectiva desenvolvida por Chauí) e a sociedade civil como arena de formação de demandas por direitos, base fundadora da verdadeira democracia (perspectiva visualizada por Weffort). Essa perspectiva de participação da sociedade civil nos aparatos institucionais

estatais demandando direitos marca a inflexão das ações dos movimentos sociais na realidade nacional da segunda metade da década de oitenta.

No período que imediatamente precede a elaboração da Constituição de 1988, o "campo movimentalista" da sociedade civil passa a valorizar a expansão da participação popular nos canais institucionais do aparato estatal, enquanto espaço estratégico de encaminhamento de suas demandas e reivindicações. Assim, um dos caminhos visualizados para a ampliação da democracia passa a ser a reivindicação da criação de canais político-institucionais para a participação dos cidadãos nos processos de discussão e negociação de políticas públicas. Reivindicação essa que foi conquistada na carta de 88, fundamentalmente com os conselhos de direitos.

No entanto, os avanços legislativos no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização, foram fortemente atacados, a partir dos anos 90, pelo ideário *neoliberal* em ascensão, que passa a também investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir a ela o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é transformada num suposto "terceiro setor" situado para além do Estado (tido como o reino da ineficiência) e do mercado (tido como a esfera que visa o lucro), cabendo a sociedade civil (transmutada em terceiro setor) desenvolver suas ações com base na lógica da solidariedade, da filantropia, do voluntariado. Há aqui um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da a-política, do a-classismo, deslocando suas lutas para o campo *ético-moralizante*.

Não obstante, essa face solidária imputada pelo Estado e pelo capital às organizações, movimentos e ações que compõem a sociedade civil ou "terceiro setor", isso não significa que se tenha deixado de lado o permanente trabalho ideológico de conceber e de reforçar a dinâmica das relações sociais cimentada em valores individualistas e particularistas. Sendo assim, àquela lógica solidária da sociedade civil, sobrepõe-se uma concepção hegemônica de valores que orientam a reestruturação do capital e as transformações do Estado. E nessa concepção hegemônica, a sociedade civil é vista como esfera em que os indivíduos buscam a expressão e a realização de seus interesses particulares. É, portanto, o reino do mercado, sendo este o motor da regulação das relações sociais e de toda racionalidade política possível.

Ou seja, a política passa a ser tratada e pensada a partir de critérios de “custo-benefício”, “eficiência” e “racionalidade econômica”, condição sem a qual o mercado não pode realizar plenamente suas supostas virtudes civilizadoras.

Particularmente em relação à "questão democrática", o que a ofensiva neoliberal advoga, é que a multiplicidade das demandas acerca de serviços e gastos públicos inflaciona e sobrecarrega o sistema político, levando à "ingovernabilidade" e, assim, à crise do Estado e da política, expressa na paralisia de sua capacidade decisória, crescimento das burocracias, congestionamento do espaço da iniciativa privada, crescimento de lobbies etc.

Os principais fundamentos da ofensiva neoliberal estão nos textos de Hayek e de outros autores como Friedman e Nozick. A tese central defendida é a da restauração do mercado como instância mediadora central na regulação das esferas da vida social e a redução da intervenção do Estado na dinâmica da vida social (no que tange à garantia de direitos sociais e políticos e a uma máxima intervenção para a valorização do capital)

A sociedade civil é reatualizada como expressão dos interesses particulares que têm no mercado a sua racionalidade. E essa racionalidade do mercado clarifica também o campo de toda racionalidade política. Ou seja, condições de governabilidade só tendem a ser alcançadas com a reconstituição do mercado e dos valores que lhe são inerentes, como a competição e o individualismo. É com uma sociabilidade competitiva e individualista e suas implicações na desagregação de grupos organizados, desativando mecanismos de negociação de interesses coletivos e eliminando direitos adquiridos, que teremos uma sociedade civil que colabora para a governabilidade política. Ou seja, a esfera da sociedade civil - entendida, segundo o conceito liberal, como o que está fora da órbita do Estado - é tomada como o espaço para se buscarem soluções para as questões econômicas, políticas e sociais.

Nesse sentido, as instituições políticas justificadas são as que existem para proteger o exercício da liberdade, livre iniciativa, autonomia e direitos individuais. Somente no mercado os indivíduos podem julgar e conseguir o que desejam, bem como criar as oportunidades e lutar pelos resultados buscados. Cada um, de acordo com sua escolha, capacidade, aptidão e sorte, tem liberdade para aproveitar as oportunidades oferecidas no mercado. As desigualdades sociais resultam, então, da incapacidade individual ou da falta de esforço pessoal em aproveitar essas oportunidades.

Já em relação às organizações e movimentos que defendem e representam os interesses das classes subalternas, a ofensiva neoliberal vai na direção de submetê-las à lógica do mercado, à despolitização e fragmentação das suas lutas e demandas, orientando-as para a defesa de interesses puramente corporativos e setoriais.

Uma outra concepção acerca da sociedade civil e do seu papel na realidade brasileira também se desenvolve pós anos 90. Entretanto, essa concepção vai na direção da denúncia da desresponsabilização estatal na área social. Este campo analítico defende a ampliação das práticas de interlocução e negociação pública para a criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos. Esta “cultura de direitos” é evidenciada na prática social concreta dos movimentos sociais (urbanos, de mulheres, de homossexuais, negros, ecológicos, de direitos humanos e outros), nos conselhos, ONGs, fóruns, etc, por levarem ao espaço público temas e questões para serem confrontados na sua dimensão coletiva e pública. O que está em questão aqui é a construção de uma “nova contratualidade”, ou seja, uma medida pactuada de justiça e equidade a ser construída de forma negociada entre os diferentes movimentos sociais, suas demandas e o Estado.

Sociedade civil neste campo teórico, é entendida assim como a esfera em que se desenvolve uma articulação entre práticas associativas, o universo dos direitos e espaços democráticos de representação e interlocução pública.

As diretrizes teórico-fundamentais que norteiam este entendimento de sociedade civil permitem inferir a existência de pontos fortes de confluência com as elaborações do autor alemão J.Habermas.

Nessa perspectiva, tem-se o entendimento de que as organizações, ações e movimentos presentes na esfera da sociedade civil estariam voltados para a defesa do interesse público, que em conjunto buscariam o “bem comum” através da negociação e do entendimento.

Assim, a sociedade civil vem sendo conceitualizada, nesse campo do debate nacional, influenciado pelo pensamento de Habermas, como o que defino de *esfera pública não-estatal de cidadania*. A base ideológica da sociedade civil seria os discursos e consensos acerca do que seria o verdadeiro interesse público. O produto desse universo discursivo e consensual

seria a criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos sociais, políticos e culturais.

Particularmente em relação aos direitos políticos, há a defesa a necessidade de se investir na sua ampliação, através da necessária ultrapassagem dos limites da democracia representativa liberal pela criação de novos canais de participação direta dos cidadãos principalmente na gestão, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

Nessa direção, a luta pela conquista e ampliação de direitos políticos e sociais pelas organizações e movimentos que representam os interesses dos setores populares é vista como o caminho para a consolidação e o aperfeiçoamento da democracia. Ou seja, a idéia de democracia daí decorrente é a de uma democracia autolimitada, uma idéia que não põe em questão a possibilidade de superação do capitalismo, em que a luta pelos direitos sociais e políticos é dissociada da criação de um novo projeto de classe contra-hegemônico.

Contraponho á essas duas visões de sociedade civil presentes no Brasil pós-90 - a que a concebe como terceiro setor e a que a concebe como esfera da busca de direitos - a definida por Gramsci e apropriada por Carlos Nelson Coutinho na emergência do debate do conceito no Brasil na abertura dos anos 80.

A concepção de sociedade civil aqui incorporada e defendida é a que a vê como espaço em que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses das classes subalternas e projetá-los em termos de ação hegemônica na direção da construção de um novo projeto societário. Isso implica analisar a esfera da sociedade civil na perspectiva da totalidade social, entendê-la a partir da contradição central capital/trabalho, como uma esfera em que se disputam projetos societários antagônicos.

O espaço da sociedade civil não é um espaço sócio-organizativo de representação de interesses gerais, de orquestração de pactos sociais. Ele é um espaço de luta, de contradição, de relações desiguais de poder e de acesso diferenciado a recursos econômicos, políticos, culturais.

Na concepção de sociedade civil transmutada em *esfera pública de cidadania*, a ação política é o convívio consensual que não gera sujeito coletivo, portanto não gera *hegemonia*. O espaço da sociedade civil é conceitualizado como representado homogeneamente pelas organizações que representam os interesses populares, em que suas demandas são dirigidas e

articuladas a um mesmo fim: o bem comum, o interesse público. A esfera da sociedade civil é pensada como indiferenciada, a-classista, homogênea. É retirado, assim, o seu caráter contraditório, colocando em seu lugar a colaboração, o consenso como sendo o conteúdo da suas ações e intervenções na sociedade.

Ao contrário, em Gramsci, o convívio consensual é pensado para a formação, conforme Coutinho de uma "vontade coletiva majoritária", capaz de articular os múltiplos interesses através da gestação de um espaço público onde se combinem hegemonia e pluralismo. Ou seja, o que se tem aqui é uma perspectiva analítica de pensar a formação das ações político-organizativas das classes subalternas que, embora comportem elementos corporativos e se desenvolvam em arenas particulares, caminhe, progressivamente, para a construção de uma "vontade coletiva", de um "projeto ético-político" de classe.

Ou seja, para Gramsci, a sociedade civil não é só o espaço da razão discursiva, do discurso que visa à comunicação e à interação num debate democrático, mas o campo do confronto onde se lançam as premissas concretas de um projeto de mudança global da sociedade.

Entretanto, é preciso demarcar que as tematizações da sociedade civil enquanto "*esfera pública não estatal de cidadania*" configuram, antes de tudo, um campo de resistência..ao neoliberalismo. Estamos inteiramente de acordo quanto ao entendimento de que, para um enfrentamento crítico da contra-reforma neoliberal do Estado e da transformação ideológica da sociedade civil em "terceiro setor", exige-se que suas ações, movimentos e organizações tenham, *para além da luta pela hegemonia*, a luta para fazer avançar a defesa e ampliação dos direitos sociais. Sendo assim, temos clareza de que hoje nenhuma classe com pretensões hegemônicas pode desconsiderar a mediação dos direitos em suas estratégias e ações prático-políticas.

Também ponderamos ser extremamente positiva saudar a presença, como faz o campo teórico da sociedade civil entendida como esfera pública da cidadania, da diversidade de ações, movimentos e organizações existentes na realidade nacional que se debruçam na tematização de temas e de interesses referentes ao meio ambiente, à infância e à juventude, à velhice, às etnias, questões de gênero, sexualidade etc., o que alarga o horizonte dos conflitos e das disputas ideológicas na sociedade civil. Por outro lado, essa pluralidade e diversidade de

temáticas e demandas podem reduzir a sociedade civil a palco de um "acampamento" de movimentos cada vez mais fechados em si mesmos, se não são perspectivadas - tanto no campo teórico quanto no prático-político - a articulação, convergência e unidade de suas lutas, a formação, nos termos de Gramsci, de uma vontade coletiva, se são apenas valorizados *per se* - o que se tem é a tendência ao reforço do corporativismo, da fragmentação e da dessolidarização de suas lutas, práticas tão caras ao ideário neoliberal.

É justamente por isso que ressaltamos a importância da incorporação de um entendimento da categoria de sociedade civil tal como formulada nos termos de Gramsci e incorporada e desenvolvida por Coutinho. É a partir de um parâmetro como esse que se pode dotar as lutas sociais de uma perspectiva teórica e ético-política que vise à totalidade social, que objetive romper com o caráter da parcialidade e do corporativismo de suas reivindicações, envolvendo-as e desenvolvendo-as numa visão integrada das necessidades e interesses, incorporando-as em um quadro mais abrangente e classista.

E é com este desafio que abraçamos a indicação de Mandel de que se não fazemos nada, estamos condenados; se atuamos, não temos nenhuma segurança de vencer, mas temos uma possibilidade. Toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua para essas tremendas ameaças que se observam está, desde o início, condenada ao fracasso. A única possibilidade está na ação coletiva; organizada e articulada.

**FAMÍLIA, JUVENTUDE E NEOLIBERALISMO:
DESAFIOS PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO JOVEM
COMO SUJEITO DE DIREITOS**

**Dra. Tatiane Alves Baptista
Profa. Adjunto da FSS/UERJ**

Numa rápida digressão temporal sobre a sociedade brasileira observamos que o indivíduo que se encontra hoje maduro, socialmente apto a compor a população economicamente ativa, pleno de suas capacidades e potencialidades produtivas, um homem ou mulher de 24 anos, fatalmente nasceu em 1984. Se pudesse imaginar que este homem ou mulher é filho de um casal que o teve com vinte anos de idade vamos chegar ao ano de 1964. Assim, essa retrospectiva remonta uma trajetória que atravessa 44 anos onde praticamente se reinventou o Brasil, de uma lúgubre ditadura militar a uma sinistra democracia burguesa.

Pensar sobre os jovens e sobre suas famílias sob os auspícios do neoliberalismo nos leva inexoravelmente a um balanço desse percurso, pois estamos nos referindo a sujeitos reais e concretos que no passado vivenciaram a promessa do famoso “bolo que ia crescer” em nome do sacrifício coletivo da sociedade e hoje vivenciam na pele a frustrante constatação de que essa promessa não passou de uma grande balela dos militares.

Embora não possamos desconsiderar o importante processo de rearticulação da sociedade civil brasileira que marca os anos da década de 80, nem tampouco desconectá-la dos focos de resistência percebidos nos anos de ditadura, de fato o quadro social, político e econômico brasileiro, após a derrota eleitoral de 1989 significou para as famílias uma aprofundada dinâmica de arrocho salarial, intensificação da pauperização da força de trabalho e desemprego, que em concomitância com o declínio do “milagre econômico” e o ajuste econômico do país ao Fundo Monetário Internacional, em face do grave endividamento externo, recolocou a questão social num novo e agravado estado.

Paradoxalmente, enquanto no chamado capitalismo desenvolvido dos grandes centros econômicos se experimentava os primeiros aportes do neoliberalismo, no Brasil se acirravam as lutas no campo e na cidade pela democracia, instaurava-se o processo constituinte, apareciam no cenário político os “novos movimentos sociais”, e, se aprovava a nova

constituição federal de 1988. Nessa nova Constituição Federal, o Brasil afirmou princípios contraditórios ao neoliberalismo, tais como a universalização dos direitos sociais, a institucionalização de formas de controle e gestão participativa das políticas sociais e a descentralização como forma de democratização do poder.

No entanto, a famigerada vitória de Collor de Melo, seguida por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, põe em questão esse cenário de fortalecimento dos movimentos sociais, abre um longo período de desconstrução da lógica do direito de cidadania e reafirma a supremacia do mercado sobre o bem estar social.

O Brasil chega atrasado ao projeto de proteção e seguridade social, enquanto Thatcher em 1979 na Inglaterra e Reagan em 1980 nos Estados Unidos, já estavam tocando de forma ritmada o neoliberalismo em seus países, nós só fomos reconhecer a assistência social como política pública em 1988, sem mencionar sua regulamentação que só acontece em 1993 com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social – PNAS. A essa altura o dito capitalismo desenvolvido já tinha encampado boa parte da agenda de ajustes neoliberais, deixando para países como o Brasil poucas condições de contraposição. Foi assim, contrariando a direção sinalizada na década anterior, que o país cria o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE e seu conjunto de intensas reformas.

Nessa comunicação visamos abordar os rebatimentos desse processo sobre as famílias, focalizando nela o lugar do jovem. Para isso levaremos em conta o legado da formação social recente da sociedade brasileira na constituição desse segmento social, pois segundo nossa hipótese, as práticas juvenis na atualidade dos grandes centros urbanos guardam profundos vínculos com uma herança social e cultural deixada pelas contradições da consolidação do elitismo e da desigualdade que caracterizam o nosso país.

Num primeiro momento situaremos o neoliberalismo, bem como as mutações na família, fazendo um balanço das repercussões neoliberais tanto para a família propriamente dita, quanto para o ponto de vista da juventude. Em seguida buscaremos inserir no debate como o segmento jovem, na articulação com suas famílias, se tornam alvo de políticas públicas. Tentaremos com isso revelar as distâncias percebidas entre os discursos e as práticas institucionais nessa área em face do retrocesso do significado da assistência no neoliberalismo e da sua incapacidade de apreendê-la como direito, e, por fim, mostrar como no lugar disso o

Estado brasileiro reafirma a supremacia do mercado, reduz a autonomia dos sujeitos a uma pseudo-iniciativa empreendedora, estabelece tipos ideais de família e responsabiliza socialmente os mais afetados, tratados como “desajustados” e “desequilibrados” neste domínio.

FAMÍLIA E JUVENTUDE A PARTIR DAS REPERCURSÕES NEOLIBERAIS

Para um rápido entendimento acerca dos principais aspectos que caracterizam o projeto neoliberal podemos dizer, segundo a análise feita por Anderson (1994), que sua meta maior constitui-se a estabilidade monetária através da restituição do que chamam de taxa natural de desemprego, reforma fiscal e contenção de gastos com bem estar. Seus primeiros governos, a saber: Thatcher (1979) e Reagan (1980), inauguraram um programa marcado por: contração da emissão monetária, elevação das taxas de juros, baixa drástica dos impostos sobre rendimentos altos, abolição do controle sobre fluxos financeiros, criação de níveis de desemprego massivos, insensibilidade a greves, legislação anti-sindical, cortes de gastos sociais, implantação de amplo programa de privatizações.

Outro ponto crucial desse programa de ajustes refere-se à desregulamentação financeira criando condições otimizadas ao investimento especulativo em detrimento do produtivo. Tal programa foi uma receita seguida pelo conjunto dos países ditos subdesenvolvidos, em particular pelo Brasil.

Dessa forma, o Estado neoliberal afirmou um processo de retrocesso em relação ao que se conquistou em 1988, jogando a sociedade no agravamento da pobreza, do desemprego, da violência, da insegurança, do medo, e, com isso um alto grau de conflito e violência. É, pois, em função destes conflitos que os neoliberais são obrigados a mudar seu discurso, ainda que este não reflita na sua prática.

Para isso particularmente, contaram com a mídia para a construção de um consenso em torno do desprestígio dos serviços públicos, na justificativa pública dos cortes com gastos sociais, no desfinanciamento das instituições públicas, no sentido de tornar tais processos socialmente aceitáveis.

No entanto, o fenômeno do neoliberalismo veio combinado a um conjunto de mudanças no mundo do trabalho cujas conseqüências estão longe de um significado apenas econômico. Ao contrário, os fenômenos da mundialização e da reestruturação produtiva vêm determinando substantivas transformações na vida social pública e privada. Dessa forma, ao analisarmos a família e a juventude não podemos desconsiderá-los.

Uma das principais características do capitalismo atualmente é a adoção de uma estratégia a partir de uma dinâmica de produção restrita, para um público consumidor igualmente restrito. O resultado disso é um desequilíbrio entre a produção das mercadorias e a produção das necessidades consumidoras de mercadorias.

A crise do fordismo deu lugar a um amplo processo de reestruturação, denominado de “acumulação flexível” (Harvey,1992). Segundo esse auto tal modelo é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novas, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado “setor de serviços”.

As conseqüências desse processo são: desemprego, regimes de trabalho e contratos flexíveis, aumento da subcontratação, aumento do trabalho domiciliar e pequenos negócios, um novo papel dos serviços para acelerar o tempo de giro do capital, desregulamentação, inovação de ordem tecnológica, do tempo de vida útil dos produtos e institucional, controle do fluxo de informações, reorganização do sistema financeiro global. Para o trabalhador, tudo isso significou o aumento da exploração da sua força de trabalho seja pela intensificação da mais-valia absoluta (extensão da jornada) seja pela intensificação da mais-valia relativa (aumento da produção por jornada), através da combinação de novas tecnologias e novas formas de organização do processo de trabalho.

Segundo Antunes (1995) os resultados imediatos no mundo do trabalho podem ser pontuados assim: desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragilidade da classe trabalhadora, precarização e terceirização, destruição do sindicato de classe por um

sindicato dócil, parceiro ou mesmo um “sindicato de empresa”, tal processo constituiu a base material do projeto ideológico e político neoliberal.

Uma das expressões mais graves dessa engrenagem foi o estilhaçamento crescente da classe trabalhadora, cujos pedaços embora mantenham sua identidade fundamental, isto é a força de trabalho como meio de vida, a consciência desta unidade dificilmente se pode perceber, formando o proletariado industrial, de serviços, proletariado rural, precarizados, subcontratados, subproletariado, terceirizados, trabalhadores da economia informal e desempregados.

Diante desse quadro podemos situar a afirmação no cenário brasileiro de três tendências fundamentais, e que afetam a vida familiar, a primeira refere-se à incorporação do trabalho feminino e as políticas de gestão diferenciada para esta força de trabalho, são dois tipos de remuneração, discriminação das casadas, jornadas mais longas, dupla jornada, ou seja, trata-se da apropriação das diferenças de gênero como forma de intensificação da desigualdade pela apropriação da diferença.

A segunda tendência refere-se ao processo de expansão dos trabalhos médios de serviços, que sofrem também os efeitos da reestruturação e da privatização do Estado: diminuição dos serviços sociais públicos, aparecimento do voluntariado, desemprego e crescimento do chamado terceiro setor.

Por último a expansão do trabalho em domicílio, cujas marcas são: flexibilidade dos processos de produção, trabalho infantil, trabalho idoso, repetência escolar, evasão escolar e adoecimento.

Esta miríade de acontecimentos afeta sobremaneira a família impondo suas conseqüências. Nos últimos quinze anos em nosso país, as famílias têm sido francamente atingidas na sua estrutura, nas suas formas de relação internas e nas suas formas de reprodução social.

FAMÍLIA E JUVENTUDE: SINUOSIDADES DA CRISE ATUAL

Levando em conta as famílias pobres do país observamos que esses processos têm significado o aumento dos contingentes de pessoas habitando a mesma casa, os chamados agregados, produzindo unidades familiares bastante distintas entre si. Junta-se a isso o crescimento dos lares chefiados por mulheres, função que até bem pouco tempo era tida como exclusividade masculina. A sobrevivência dessas pessoas é cada vez mais garantida por redes de solidariedade parental ou da própria vizinhança. No entanto crescem também os conflitos no âmbito da própria família. Para o jovem em particular, esse tipo de aglomeração é extremamente estressante, ao mesmo passo que é causador de rebeldias e confrontos é também produtor de relações de controle e de punição.

Vale ressaltar que aqui não pretendemos referenciar a reflexão sobre as atuais configurações da família em modelos pré-concebidos e/ou ideais de família. Em tais modelos presidem a figura da família nuclear, monogâmica, composta de pai, mãe e filhos. O pai provedor das necessidades da família, a mãe caridosa toma conta da casa e da educação dos filhos. Ao contrário, concordamos com Mello (1995) quando ela problematiza o caráter isolado e sem conflitos internos e externos deste modelo. E ainda, o quanto ele tem sido difundido pelos meios de comunicação de massa como desejável e socialmente esperado. Além disso, estamos críticos à forma como este modelo tem sido interiorizado como produto ideológico, de caráter normativo e de estigma da chamada "desorganização familiar".

Ao contrário disso, verificamos hoje o amoldamento de famílias que divergem deste modelo normativo de organização. Dessa forma não consideramos adequado falar em ausência de organização familiar. As famílias hoje são como elas são e não como elas deveriam ser segundo modelos a-históricos e sem perspectiva de classe, de gênero e de etnia.

De um modo geral o que se pode perceber entre as camadas mais atingidas pela desigualdade é que o modelo idealizado de família ("pai, mãe e filhos") quase não existe. Há uma maior quantidade de famílias marcadas pelo falecimento, adoecimento ou abandono do pai "provedor", lares chefiados por mulheres (mãe, tia, avó ou irmã mais velha), crianças com inserção precoce no mercado de trabalho visando compor a renda familiar e consumo pessoal.

Mas, há também casos de abandono ou falecimento da figura da mãe, em alguns casos o próprio pai assume as funções de cuidado da casa e educação dos filhos.

Esta adequabilidade de organização que caracteriza a família, não significa a ausência de divergências. Há muitas, e envolvem adultos e crianças. A violência dos mais fortes contra os mais fracos e o exercício do poder arbitrário sempre estão presentes, mas no entanto vale lembrar que essa não é uma característica específica destas famílias. Mas aqui, ainda é preciso estar muito atento e não confundir a violência dos conflitos que atingem estas famílias com a desorganização. É necessário ver as condições em que vivem estas famílias para compreender a inevitabilidade dos conflitos. Basta tomar as habilitações populares como ponto de referência do nosso olhar e da nossa reflexão. Lado a lado com a conquista diária do alimento, sempre escasso, conquista-se um espaço no interior das casas pequeníssimas, camas e colchões compartilhados com muitos irmãos.

Não só é impossível a intimidade, como há uma coletivização forçada que constitui o núcleo obrigatório da vida em família.

Nas casas eles estão, literalmente, jogados uns sobre os outros e, o que é importante, jogando seus sentimentos, sejam os fortes sentimentos de afeto ou os, igualmente fortes, de raiva e frustração” (Mello: 1995: p.58).

Ao refletir sobre as condições de sobrevivência cotidiana das famílias empobrecidas, Carvalho (1995), assinala que essa coletivização forçada somada à fadiga e ao desgaste pelo trabalho, acumula-se na monotonia do próprio viver, na rotina de um cotidiano sem novidades. É claro que, nesse contexto, o trânsito da submissão à rebelião se faça sem mediações: se façam como explosões que machucam e violentam a si próprios e seus pares numa convivência, familiar e comunitária, muitas vezes aviltante.

Outro aspecto que merece destaque é aquele que se refere às consequências da violência urbana na composição familiar. A morte precoce, seja nos conflitos internos às facções criminosas, seja no conflito direto com a polícia, vem produzindo famílias monoparentais e grupamentos familiares marcados pelo medo da morte precoce e violenta.

Fica evidente que se trata de um processo perverso de eliminação física de pessoas do sexo masculino (são 20 rapazes mortos por arma de fogo para cada moça), jovens (entre os 15 e 19 anos de idade chegando ao topo entre os 20 e 24 anos de idade) e pobres (as vítimas de homicídio estão concentradas na população que deixou a escola entre 4 e 7 anos de estudo).

Fica evidente que as mutações no mundo do trabalho em par com o neoliberalismo se articulam a novas formas de enriquecimento advindo da produção ilegal tais como o narcotráfico, o tráfico de armas e a corrupção. Frente a essa perspectiva o jovem se sente inseguro e com medo. Medo de morrer de forma precoce e violenta; medo de não encontrar um lugar no mercado de trabalho e sobrar, gerando uma impossibilidade de projetar o futuro.

Essa determinação pesa principalmente sobre a família, uma vez que ela é a instituição cobrada socialmente a constituir indivíduos produtivos para o mundo do trabalho. Família, escola, trabalho, sociedade conformam-se assim num dilema que articula culpa e cobrança, ficando sobre a família, personificada principalmente na figura feminina, aquela que será responsabilizada.

No entanto esse cenário de insegurança não se restringe as camadas desfavorecidas economicamente abarcando o jovem e suas famílias de um modo geral. O medo do alardeado desequilíbrio ecológico, o medo do trânsito, o medo do despreparo da polícia, o medo da violência institucional nas escolas, o medo do machismo que violenta e mata, são alguns dados de realidade que assolam a juventude brasileira tanto objetiva, quanto subjetivamente. Soma-se a isso a forma como as famílias são compelidas a viver – até uma dúzia de pessoas dentro de uma mesma casa – gerando desentendimentos de toda ordem. A vida familiar é tensa e as relações são paulatinamente desgastadas pela questão do apelo ao “consumismo”, e, evidentemente, para aqueles jovens de classes menos favorecidas, a questão da pobreza se torna crucial.

Nestas famílias o comprometimento da capacidade de assegurar as condições mínimas de reprodução social dos seus membros produz necessidades de atenção e proteção social, a saber: saúde pública de qualidade, educação escolar de qualidade, creches de qualidade, cultura, lazer e esportes, oportunidade de desenvolvimento das capacidades com autonomia e criatividade, ações que o Estado sob a égide neoliberal não se propõe a ofertar. Assim as famílias são obrigadas a adotar as mais diversas formas e alternativas para sobrevivência física, material e psíquica. Nesta última destacam-se as buscas de alternativas de inserção, muitas vezes mediadas pela razão mística. Uma das conseqüências disso é o crescimento acelerado de seitas religiosas, obscurantismo, sobretudo de caráter evangélico, fortalecendo o

esvaziamento da cidadania e a tendência à despolitização da vida pública própria dos dias de hoje.

Com o crescimento compulsório do trabalho informal, em função do desemprego, do trabalho desqualificado e mal remunerado cresce o adoecimento, o alcoolismo, a violência contra mulher, a entrada de jovens no tráfico de drogas e de armas. A contrapartida do Estado, no entanto não acompanha a gravidade destas determinações, recaindo sobre a lógica da privatização e da responsabilização dos sujeitos pelos problemas sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: RESSIGNIFICAÇÃO DA JUVENTUDE COMO SUJEITO DE DIREITOS

Os jovens representam 25% da população mundial e, ao mesmo tempo representam uma das maiores vítimas da atual dinâmica social. Violência, terceirização, flexibilização dos direitos, desemprego estrutural são elementos que constantemente desafiam a juventude como um segmento que vislumbra o seu desenvolvimento pleno para uma vida adulta com direitos sociais e liberdades democráticas.

O acirramento das condições de vida dos “de baixo”, que hoje se vêem obrigados a conviver com o quadro de violência, desatenção social e, principalmente, desemprego, aos poucos e de forma pouco sistemática, produz entre os jovens, um discurso e uma prática reivindicatória em torno de alguns temas e de algumas bandeiras que os particulariza nos dias presentes.

Podemos dizer que estas reivindicações se tornaram motes importantes no processo de resistência canalizada através da luta da juventude brasileira, processo que chamamos aqui de uma luta pelo “direito a ter direitos”. Dentre estes pontuamos o tema do direito a educação pública e de qualidade como um dos mais abordados pelo segmento juvenil.

A educação é reconhecida pelos jovens como um meio de cidadania e por ser capaz de proporcionar melhores oportunidades de trabalho. A bandeira da “educação” apresenta-se nos diálogos juvenis não apenas como uma forma de conclamação do direito - educação pública, gratuita e de qualidade - mas também como uma forma de denúncia - baixa qualidade das escolas públicas, desigualdades entre instituições públicas e privadas, programas educacionais sem continuidade e sem garantias futuras.

Os jovens reivindicam não só o acesso universal ao ensino, mas também uma educação de qualidade, onde seria necessária a elaboração de novas práticas educacionais, a utilização na educação do desenvolvimento científico e tecnológico, maior qualificação dos profissionais e a equiparação entre a educação das instituições de ensino públicas e privadas.

A educação é um tema abordado tanto por jovens que já têm o ensino médio concluído e aspiram cursar o nível superior, quanto por jovens que querem concluir o nível fundamental e seguir os estudos para terem a oportunidade de saírem do trabalho braçal. Este dado é interessante para ressaltar a importância que a educação ocupa nos diferentes níveis sociais, importância esta que na maioria dos casos está pautada na preocupação com o mercado de trabalho.

Outra reivindicação dos jovens é o direito ao passe livre (transporte gratuito) aos estudantes. Esta reivindicação produziu em vários países mobilizações que conclamam o direito a gratuidade, como por exemplo, “a revolta do buzu” ocorrida em 2003 em Salvador capital da Bahia. A luta pelo passe livre tornou-se simbólica em diferentes cantos do país como uma contraposição desse segmento que ao lutar por seus direitos chamou atenção para os abusos do capitalismo, amalgamado no sistema de transporte urbano, sobretudo as empresas rodoviárias.

A precarização das relações trabalhistas, o crescimento de empregos temporários, a pluratividade, além da perda de segurança social, fizeram com que os jovens se constituíssem num dos grupos sociais mais expostos as oscilações do mercado de trabalho.

No caso brasileiro 26,8% da população é constituída por jovens, destes cerca de 18% estão desempregados. No Brasil a taxa de desemprego entre os jovens é de três a quatro vezes maior do que entre os adultos.

Além das dificuldades produzidas pela reestruturação do trabalho esse segmento tem que lidar com a discriminação por ser jovem e com a moralização, a criminalização da sua condição social, de gênero, etnia, raça, religião.

Um dos maiores anseios dos jovens com relação ao trabalho é o desejo do consumo e a busca pela emancipação financeira da família. Isso se coloca de forma clara nas motivações e discursos da juventude, muitos jovens relatam a questão da necessidade de consumo

incessantemente alimentada pela indústria cultural através do marketing das empresas configurando numa “ideologia do consumo”.

Outro destaque no quadro geral das lutas dos jovens refere-se à concentração de poder, tanto econômico quanto político, nas mãos de poucos, além da subordinação cultural que impedem o acesso dos jovens ao lazer e aos bens culturais.

Só o Estado é capaz de ampliar o acesso ao lazer e fruição cultural além de garantir os meios necessários para a reprodução dos mais diferentes tipos de manifestações artísticas, tornando legítima a reivindicação dos jovens quanto ao acesso ao patrimônio material e imaterial produzido em nossa sociedade. Assim, a juventude reclama pela criação de políticas públicas para a ampliação de espaços de atividades culturais, de lazer e de esporte, levando em conta as tradições sociais de cada região.

A população jovem é afetada diretamente por diferentes formas de violência, tanto física quanto simbólica. Preconceitos e discriminações por raça, gênero, local de moradia, vestimenta são violências exercidas sobre os jovens, sem contar o estigma de baderneiro e rebelde sem causa que o jovem adquiriu socialmente.

Outro exemplo do nível de violência que afeta a população jovem refere-se à restrição do direito de ir e vir. Determinada pelo tráfico e por suas facções criminosas se impõe sobre as comunidades, além da lei do silêncio, o toque de recolher. Proíbem a ida em localidades onde impera uma facção rival, impedindo dessa forma a socialização entre os jovens de regiões diferentes.

Assim, passa a ocupar de forma destacada a pauta das lutas da juventude organizada, a exigência de políticas públicas que promovam e garantam direitos de cidadania; a promoção também da valorização da diversidade cultural; além da reforma e aperfeiçoamento técnico de caráter humanizado das instituições policiais, judiciais e penitenciárias.

Em função disso nos últimos anos a juventude foi sendo reconhecida como um segmento social portador de direitos sociais que se afirmam num conjunto de programas e projetos sociais, bem como no debate e aprovação de uma legislação que preconiza de forma específica estes direitos.

A partir de uma primeira leitura de alguns destes programas criados pelo governo federal a partir dos anos 90, notamos ainda que em termos de discurso, um grande interesse

em reintegrar os jovens às escolas para que terminem pelo menos o ensino médio, aliando tal iniciativa a outras, como esporte, oficina de artes e até mesmo no mercado de trabalho.

A maioria dos projetos possui caráter focalizado nos mais pobres e ganham incremento na passagem para a primeira década do ano 2000, destes percebemos que alguns possuem bolsa, seus valores variam de projeto para projeto, como uma forma de auxiliar nos gastos (transporte, alimentação, material didático e outros), além de ser um incentivo.

Ao analisarmos o material levantado junto a Secretaria Nacional de Juventude, nos deparamos com um conteúdo cuja fundamentação chamou atenção quanto à forma bem referenciada com que foram construídos os termos da fala oficial acerca da delimitação do campo setorial da política social de juventude, abarcando uma preocupação em expor com consistência os elementos que se articulam no que tange a juventude, desde a historicidade, a ética, a estética, a cultura e a regionalidade. No entanto, observamos também a forma com que a fala do governo federal desconsidera o enorme campo de contradições inerentes às reais possibilidades destas políticas.

Chamamos de contradições os processos políticos que se impõem aos municípios no que tange ao desenvolvimento do chamado poder local. Não é pouco comum nos depararmos com um quadro onde figuram o clientelismo, as relações de favor, a corrupção e a desqualificação. Tais determinações favorecem a uma enorme dissociação entre aquilo que se ambiciona em termos de planos, projetos e programas e a sua efetivação na realidade cotidiana dos municípios.

Outro ponto observado e que merece ser destacado, refere-se ao fato de que boa parte dos programas e projetos vinculados a política pública de juventude encontram no assistente social um profissional privilegiado no sentido da sua efetuação, no entanto, causa estranhamento a lacuna existente quanto a uma fala representativa destes profissionais, seja na demarcação acerca do seu papel, seja das condições de trabalho frente às demandas governamentais, deixando assim a dúvida acerca de quem estará à responsabilidade profissional de coordenação da implantação desta política.

Outra questão que aparece ao analisarmos a política pública de juventude no Brasil refere-se ao financiamento. Repetindo o modelo adotado nos processos históricos que consubstanciaram a aprovação da Carta Constitucional de 1988 e o Estatuto da Criança e do

Adolescente na primeira metade dos anos de 1990, as articulações em torno da aprovação do Estatuto dos Direitos dos Jovens, reproduz um modelo pouco eficaz ao definir uma política social divorciada de um debate acerca da política econômica e da questão do fundo público.

Como é possível tornar real os programas e projetos se eles não deixam suficientemente esclarecidos a questão do financiamento, isto é, não apresentam consigo previsões orçamentárias claras e conseqüentes. Nesse contexto caberia um balanço crítico acerca dos impasses ainda hoje presentes na implementação do ECA, no sentido de mapear as razões pelas quais, lamentavelmente, a cidadania plena para o segmento da infância e da adolescência continua uma meta e permanecem longe de alcançar um caminho de resolução.

Entendendo o segmento da juventude como os sujeitos cuja faixa etária encontra-se entre 15 e 29 anos, o governo federal estabelece a partir do entendimento do jovem como sujeito de direitos as seguintes noções fundamentais sobre os eixos das oportunidades e dos direitos: oportunidades para adquirir capacidades: educação, qualificação e cidadania; oportunidades para utilizar capacidades: mercado de trabalho, crédito, renda, esportes, lazer, cultura e terra; garantia de direitos: serviços voltados para as necessidades básicas e as condições necessárias para aproveitar as oportunidades disponíveis.

Com esses princípios o governo federal expõe um quadro onde percebemos os seus principais programas e projetos da política nacional de juventude: PROJOVEM; ProUni; Programa Livro Didático Para o Ensino Médio; Proeja; Programa Brasil Alfabetizado; Projeto Rondon; Soldado Cidadão; Segundo Tempo; Escola Aberta; Pontos de Cultura; Bolsa Atleta; Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem; Programa Juventude e Meio Ambiente; Saúde do Adolescente e do Jovem.

A leitura desse quadro mostra um processo paulatino de reconhecimento de direitos no campo da juventude, no entanto mostra também que esse reconhecimento se dá nos moldes da cultura política com que se forjou historicamente a cidadania no Brasil. Nota-se que em grande parte destes programas sociais para a juventude, os próprios jovens são convocados a individualmente responder pela sua condição social de desempregado, não escolarizado, repetente.

Não há previsão orçamentária de custeio da política, da mesma maneira não há previsão de formas de avaliação de impacto e de resultados das mesmas.

O caráter focalizado dos programas dilui a perspectiva coletiva e política intrinsecamente relacionada à noção de cidadania, assim os jovens muitas vezes têm que passar o chamado “atestado de pobreza” para ter acesso aos projetos sociais. A análise da política pública de juventude revela um grande silêncio em relação as prerrogativas básicas para o sucesso de uma política pública: construção e investimento em estrutura física e material adequado à especificidade desse público e concurso público para a formação de equipes multiprofissionais capaz de dar conta da complexidade objetiva e subjetiva que envolve o jovem brasileiro na atualidade.

A inexistência destas condições aparece numa realidade marcada por atraso dos pagamentos das bolsas e dos salários, pela força de trabalho voluntária e precária, por prédios e edificações inadequados e sem condições de abrigar o trabalho com os jovens, desqualificação social, cultural e estética dos projetos.

Importante ainda dizer que em muitos dos programas e projetos da política pública para a juventude, a família é requisitada e cobrada pela presença e interesse dos filhos na participação nos projetos. Fica a cabo da família, principalmente da figura feminina, a tarefa de convencer um jovem ou uma jovem de 17 anos a participar assiduamente de oficinas para aprendizado da produção de vassouras, instalação de ventiladores ou lidar com encanamentos e serviços hidráulicos.

À medida que eventualmente a família não dá conta dessa atribuição é cobrada, responsabilizada e até mesmo punida pelo Estado através da política de inversão da cidadania.

Tudo isso reflete uma herança social que foi sendo tecida ao longo das últimas décadas onde os de baixo são vistos com desdém, como preguiçosos, vagabundos, marginais e, por isso, como não merecedores da participação na distribuição da riqueza socialmente produzida.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILLI. Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. da UNICAMP, 1995.

BRASIL, Projeto de Lei no. 27 de 2007. Reginaldo Lopes. Câmara dos Deputados: Brasília: 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. IN:

CARVALHO (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo, EDUC, 1995.

Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (org) – Brasília, DF/ São Paulo: CONJUV; Fundação Friedrich Erbert; Ação Educativa, 2007.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOWAY e Miriam, LEON, Alessandro. Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes/– São Paulo:

GIFE – Grupo de institutos, fundações e empresas. 2007.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no. 8069, de 13/julho/1990. São Paulo: Saraiva, 1993.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

LAUREL, Asa Cristina (Org.) Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Bresser. Plano Diretor da Reforma do Estado. MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, Setembro, 1995.

MELLO, Sylvia Leser de. Família teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo, EDUC, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia (orgs). Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

Organização Internacional do Trabalho. Escritório Regional para América Latina e o Caribe, Trabalho decente e Juventude. América Latina. Resumo Executivo. Brasília, Organização Internacional do trabalho, 2007.

Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas/ Regina Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.) – São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: A crise dos paradigmas em C. Sociais e os desafios para o Século XXI, (org) ed. Contraponto 1999.

Secretaria Nacional de Juventude, Documento base da 1ª Conferência Nacional da Juventude. Brasília. 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Relatório do Desenvolvimento Juvenil. Brasil. 2007. Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIAS

Marina Monteiro de Castro e Castro
Mestranda em Serviço Social FSS/UFJF
Prof. Substituta FSS/UFJF

A presente comunicação é fruto das aulas ministradas no módulo I do Curso: “Famílias na Contemporaneidade e a Intervenção do Serviço Social” oferecido pela Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora, aos supervisores de campo de estágio.

O intuito da apresentação é problematizar a temática que abrange a centralidade/focalização das famílias nas políticas sociais na contemporaneidade, e apontar algumas reflexões para a intervenção do Serviço Social com famílias.

Nesta comunicação, é realizada uma revisão bibliográfica de autores que vêm discutindo a temática no campo do Serviço Social, procurando levantar problematizações para a profissão, na tentativa de construir um caminho teórico que abranja um viés de interpretação de tal temática pautado no projeto ético-político profissional hegemônico¹ que tem como norte a teoria crítica marxista.

A família, ao longo da história, tem sido alvo de discussões dos mais diversos campos, sendo reconhecida, principalmente, sua importância no âmbito da proteção social. Porém, de acordo com Mioto (2008a), o debate em torno do papel da família na esfera da política social ocorreu de forma secundária, sendo esse contexto alterado nos anos de 1970 com os questionamentos provenientes da crise do Welfare State, “que fizeram com que a família fosse “re-descoberta”, tanto como instância de proteção, como também quanto possibilidade de “recuperação e sustentação” de uma sociabilidade solidária” (MIOTO, 2008a, p. 130).

A partir destas considerações, explicita-se assim, que o conteúdo a ser apresentado, parte da compreensão de que o tema das famílias e políticas sociais possui um relevante significado na atualidade, uma vez que as políticas tem incorporado as famílias na sua configuração. Mais ainda, quando se trata da relevância de tal discussão para a profissão, pois conforme Mioto (2004) os processos de atenção às famílias sempre fizeram parte da história

da profissão. Cabe a nós profissionais então, questionarmos se a incorporação da família às políticas sociais indica uma centralidade ou expressa uma focalização das políticas sociais.

POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIAS: ALGUMAS DEMARCAÇÕES TEÓRICAS

Para iniciarmos tal discussão faz-se imprescindível realizar algumas demarcações teóricas no que concerne ao entendimento da política social e família.

Quando tratamos da política social estamos referindo a um processo de gestão estatal da força de trabalho, que articula as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social (FALEIROS, 1980).

Constitui-se assim, como uma resposta do Estado às manifestações da questão social. Esta sendo entendida como parte constitutiva das relações sociais capitalistas, como expressão ampliada das desigualdades sociais, e das disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais; sendo inerente também ao processo de conscientização e luta dos trabalhadores por seus direitos sociais e políticos (IAMAMOTO, 2001).

O surgimento da política social foi gradual e diferenciado entre os países, variando de acordo com o grau de organização e pressão da classe trabalhadora; do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. As conjunturas econômicas e os movimentos políticos delineiam a atuação do Estado, e sua intervenção abarca distintos campos da política social: saúde, educação, habitação, serviços sociais, informação, defesa do consumidor (BEHRING, 2002; FALEIROS, 1980).

A generalização das políticas de seguridade social no capitalismo ocorreu no período de 1940-1970, impulsionada pela construção do Welfare State em países da Europa Ocidental. O Welfare State configura-se como um regime específico de proteção social que introduz políticas sociais mais abrangentes para diferentes grupos sociais, e está inserido no contexto mais amplo de uma etapa específica do desenvolvimento capitalista e de ampliação do Estado do seu campo de intervenção

Importante salientar que quando demarcamos a política social, nos remetemos ao campo da proteção social. Ambas estão associadas às necessidades de segurança individuais e

familiares, que podem ser satisfeitas pela intervenção de atores públicos e privados. A proteção social é uma ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos (VIANA E LEVCOVITZ, 2005).

E a família? De qual entendimento estamos partindo? A família é conceituada de forma variada por várias disciplinas que se mobilizam para dar conta das diferentes dimensões que a abrangem: sociologia, psicologia, antropologia, história.

Neste artigo, quando nos referimos à família, partimos da compreensão exposta por Miotto (1997), que a define como um núcleo de pessoas que estabelecem certa convivência em um lugar determinado, por um lapso de tempo mais ou menos longo e, que se encontram unidas (ou não) por laços consangüíneos. A tarefa primordial da família é o cuidado e a proteção de seus membros.

Entendemos ainda, que não podemos descolar a análise da família da estrutura social na qual está inserida, uma vez que aquela estabelece relações com outras esferas da sociedade construídas também a partir dessas outras relações, e não só das relações familiares em si” (MIOTTO, 2008a, p. 134).

Corroborando com Torres (2006) afirmamos que a família comporta três dimensões: a da vida cotidiana – atividades da vida diária; a dos padrões de relacionamento emocional: lugar onde se forma a personalidade, através do processo de socialização; e a da relação estabelecida entre família e sociedade.

Estamos trabalhando então, com a noção de que a família não é um simples fenômeno natural, pois se trata de uma construção social que apresenta formas e finalidades diversas em cada tempo histórico, se constituindo de diferentes formas e arranjos.

Articulando as demarcações explicitadas, apontamos que o conhecimento sobre a diversidade e a dinâmica de grupos familiares é condição primordial para a formulação e execução de políticas sociais, pois as famílias são instituições que atuam na redistribuição de recursos entre seus membros, e conseqüentemente, toda política social tem impactos sobre os diversos membros da família, sejam ou não beneficiários diretos (FONSECA, 2002).

A INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A discussão sobre a inserção da família nas políticas sociais será realizada a partir de uma retomada histórica sobre as bases sobre as quais a família esteve vista na sociedade e o processo de intervenção do Estado.

No século XVIII, ocorreu a efetivação do modo de produção capitalista. Este incidiu diretamente sobre a organização da família², através da separação entre a casa e a rua; a divisão entre as tarefas da mulher (casa) e do Homem (trabalho); e a instauração de um salário individual. Ocorreu assim uma divisão de papéis, onde o homem foi posto como o “macho” que mantém a família, sendo responsável moral pela provisão familiar; e a mulher como responsável pelo cuidado, na busca da manutenção do corpo são para o trabalho e da primazia pela preservação das reservas familiares. No capitalismo, a família se constitui então, como o espaço privado (SECCOMBE, 1997 *apud* MIOTO, 2008a; MIOTO, 2008a).

Neste momento histórico, o Estado não provia políticas sociais e havia hegemonia do ideário liberal que indicava a regulação por parte do mercado das relações sociais. A família era vista como o “canal natural” de proteção social vinculado às suas possibilidades de participação no mercado para compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades.

O grau de valorização da família vai aumentando até chegar a ser colocada como instância primordial da sociedade (...). Enfim, na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma com o espaço privado por excelência, e como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros (MIOTO, 2008a, p. 133).

O esgotamento do capitalismo liberal, demonstrado através do agravamento das condições objetivas de vida, como reflexo da precariedade do trabalho, e conseqüentemente, do aumento dos riscos dos trabalhadores e, a desproteção das mulheres e crianças, demonstraram os limites do capitalismo liberal de garantir através apenas da família e do mercado, o bem estar coletivo (MIOTO, 2008).

Behring (2002) aponta que a política social irá fazer parte da estratégia global anticrise do capital após 1929. A partir desse período ocorreu um crescimento dos seguros sociais

devido à pressão realizada pelo movimento operário em torno das suas condições de vida e sobrevivência (desemprego, doença, velhice).

O agravamento das manifestações da questão social determinou assim, mudanças nas formas de proteção social e de intervenção do Estado. Este passou a se constituir como principal sujeito de regulação das relações entre economia e demandas sociais (MIOTO, 2008a).

Após a II Guerra mundial, especialmente na Europa que havia sido destruída pelo conflito, se sedimentou a necessidade de reorganização do processo de intervenção do Estado, dando origem ao Welfare State (GRANEMANN, 2006).

Foi no Welfare State que a proteção social adquiriu status de direito de cidadania passando a ser gerida pelo Estado. Encontra-se em sua base a expansão do emprego, a incorporação dos ganhos de produtividade nos salários, o aumento do consumo de massas, a legitimação da intervenção do Estado através da teoria política Keynesiana e o crescimento da capacidade administrativa do Estado. Ocorre dessa forma, uma articulação entre expansão econômica e garantia de direitos, nos limites da sociedade capitalista.

O Welfare State ocorreu de modo diferenciado nos países, sendo classificados a partir dos critérios que se relacionam com a qualidade dos direitos sociais, os padrões de estratificação e a relação entre Estado, mercado e família. Esping- Andersen (1991) ressalta que o Welfare State não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisa ser considerada a forma como as atividades estatais se entrelaçaram com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

Mioto (2007; 2008a) expõem que nos modelos de intervenção do Welfare State, encontram-se três tipos de inserção da família:

- a) Família do provedor masculino: transferência de benefício ao pai trabalhador que se incubirá de transferir aos demais membros;
- b) Desfamiliarização: abrandamento da responsabilidade familiar, devendo o Estado prover políticas que atendam as necessidades das famílias;

Familismo: família deve assumir a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros.

Estes tipos de inserção das famílias no Welfare State vão variar conforme a organização do Estado nos países da Europa, como explicita Mioto (2008a): os países de

maior grau de desfamíliação são os de Estado social-democrata (países escandinavos como Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega); os de base familista se concentram na Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), ressaltando ainda, que o modelo do provedor masculino é comum a quase todos países que incorporaram o Welfare State³ (CAMPOS, 2004).

Ao final dos anos 1960 o padrão de acumulação capitalista vigente (centrado no fordismo / keynesianismo) começa a se exaurir. A capacidade de o Estado exercer suas funções de forma ampla, bem como a absorção de novos trabalhadores no mercado de trabalho (explosão da juventude em 1968) já limitado devido as tecnologias, não são as mesmas. Ocorre neste período um grande crescimento da dívida pública e privada acoplado a uma queda na taxa de lucro, e também ocorre a primeira grande recessão em 1973/1974 causada pelos altos preços do petróleo.

Desse modo, as elites político - econômicas passaram a questionar as amplas funções do Estado, principalmente aquelas centradas em setores que não se convertiam diretamente em favor de seus interesses. Dentre elas, destacam-se as políticas sociais (BEHRING, 2002).

Na década de 1970 com a recessão mundial provocada pela crise estrutural do capitalismo verifica-se uma quebra no ciclo de desenvolvimento do capital. Ocorre uma redução na arrecadação fiscal dos Estados dificultando o financiamento de seu desenvolvimento, e os gastos com as políticas sociais passam a ser alvo de atenção dos governos. Diante deste quadro, o Welfare State é atacado em sua raiz.

A crise do Welfare State fez com que a família fosse redescoberta como instância de proteção e como possibilidade de recomposição de uma sociedade solidária. O movimento feminista também contribuiu para essa redescoberta da família, uma vez que organizou a crítica à centralidade dos homens nas teorias relacionadas ao Welfare State.

Neste momento histórico, o neoliberalismo é tomado como ideário que preconiza a diminuição dos gastos sociais; redução dos serviços sociais públicos, com a eliminação de programas e redução de benefícios; o mercado como mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos; ressalta a competição e o individualismo; desregulamenta e flexibiliza as relações trabalhistas e por fim, rechaça os direitos sociais e responsabiliza a sociedade pela satisfação desses direitos (LAURELL, 2002).

O neoliberalismo coloca o mercado como mediador da sociedade e reduz as funções sociais do Estado. Este passa a intervir junto às camadas da população que não possuem poder aquisitivo para fazer uso dos serviços privados, promove a despolitização das relações sociais e dos direitos historicamente conquistados, valorizando o assistencialismo e o “favor”.

Estas modificações foram traduzidas para a população em desemprego, encarecimento da moradia, desamparo social, quebra dos direitos historicamente conquistados, empregos informais, doenças etc., resultando na deterioração das condições de vida da maioria da população.

O processo de redução do Estado retomou a família como sujeito fundamental na provisão de bem-estar. Pereira (2008) aponta que em contraposição ao Welfare State ou Estado de Bem-estar social o que passou a ser visto foi um pluralismo de bem-estar, havendo uma quebra da centralidade do Estado em favor do mercado e do terceiro setor. A proteção social passou a ser definida a partir de três eixos: o do Estado como o recurso de poder; o do Mercado como recurso do capital; e o da sociedade e da rede familiar como recurso da solidariedade (ABRAHAMSON, 1992 *apud* PEREIRA, 2008).

Segundo Pereira (2004) neste contexto, inicia na sociedade uma participação mais ativa da iniciativa privada que passa a desenvolver projetos sociais com estratégias de marketing social; alastram-se associações e fundações pautadas na filantropia; e a própria família é retomada como responsável pelo cuidado e proteção de seus membros.

A autora ressalta que ocorre uma agregação de instâncias gestoras e provedoras no campo do bem-estar, que através de objetivos comuns, compôs quatro principais setores

O setor oficial, identificado como o governo; o setor comercial, identificado como o mercado; o setor voluntário, identificado como as organizações sociais não governamentais e sem fins lucrativos; e o setor informal, identificado como as redes primárias e informais de apoio desinteressado e espontâneo, constituído da família, da vizinhança e dos grupos de amigos próximos (JOHNSON, 1990 *apud* PEREIRA, 2008, p.32).

Considera-se assim, que no bojo das transformações societárias pautadas no ideário neoliberal, há uma chamada à família para a responsabilização da provisão das condições objetivas e subjetivas de sua vida, ocorrendo concomitantemente uma retração da responsabilidade do Estado sob a proteção social dos membros da sociedade.

POLÍTICAS SOCIAIS & FAMÍLIA

Ancoradas no contexto histórico apresentado, Mioto (2007) aponta que a centralidade da família nas políticas sociais está aportada em duas perspectivas.

A primeira aborda a família como eixo central do processo de cuidado e proteção de seus membros, sem levar em consideração as determinações sócio-históricas e econômicas. Esta perspectiva traz à tona a capacidade natural da família como cuidadora e provedora, indicando uma distinção entre famílias “capazes” e “incapazes”. O auxílio público é voltado para aquelas que falham nas suas funções, ou seja, as incapazes.

A segunda perspectiva salienta que para a família desempenhar as funções que lhe são atribuídas, é necessário que ela tenha assegurado o direito à proteção social por meio de políticas públicas. Nota-se que esta perspectiva traz para o centro da discussão as necessidades da família e o reconhecimento de que as transformações societárias desencadeiam significativas modificações na organização familiar.

É importante observar a validade dessa perspectiva, pois de acordo com Vasconcelos (1999), hoje a discussão da proteção social destinada às famílias é realizada tendo como foco a fragmentação da necessidade: saúde, educação, assistência, habitação; fazendo com que os direitos tornam-se individualizados (da criança, do idoso, do negro), o que dificulta uma ação efetiva sobre a família, em seu conjunto.

Trazemos para discussão uma reflexão de Vasconcelos (1999, p.7):

Assim, no pré- natal (...) se preocupa essencialmente, com a gestante, como se toda a família não estivesse, de alguma forma, também grávida. Não se pensa na preparação dos outros familiares para o nascimento que ocorrerá. De forma semelhante, uma criança vivendo problemas familiares graves é abordada, ao mesmo tempo, mas de forma segmentada, pela professora e pela psicóloga da escola preocupadas com o fracasso no aprendizado, pela delegacia de menores devido aos seus pequenos delitos e, ainda, por diferentes setores do sistema de saúde em razão das várias patologias recorrentes.

A passagem acima nos faz questionar a forma com as políticas estão sendo implementadas, uma vez que a organização dos serviços aponta muito mais para um enfoque

em função dos indivíduos, do que para as famílias. Fonseca (2002) enfatiza que trabalhar com famílias não é trabalhar com a soma de seus membros, sendo um desafio trabalhar com a mudança do direcionamento individual.

Para a incorporação das famílias às políticas sociais, Pereira (2008) sinaliza quatro questões.

Em primeiro lugar, a autora ressalta a necessidade de analisar o caráter contraditório da família, ponderando que o núcleo familiar não é uma ilha de virtudes e consensos, devendo ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca.

A família deve ser vista como um núcleo forte, pois é o locus privilegiado de solidariedades, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência; e ainda porque é nela que se dá a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos. Porém, a família também é um núcleo frágil, pois convive com despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas, que podem gerar inseguranças ou a emancipação e bem-estar de indivíduos historicamente oprimidos: mulheres, crianças, jovens e idosos.

Pereira (2008) aponta que a “redescoberta” da família não propiciou a produção de conhecimentos e de métodos de captação da realidade, capazes de descartar falsas idéias nas denominadas políticas de família. Acrescenta que ainda prevalece uma visão idílica da família, das comunidades locais e grupos informais, que apregoa que estas devem funcionar como fontes privadas de proteção social. Esta visão coloca em xeque uma visão mais realista da possibilidade da família assumir um papel decisivo de apoio aos indivíduos numa sociedade em constante transformação.

Em segundo lugar, aborda a não restrição das relações familiares à esfera privada ou pessoal, uma vez que tais relações estão interligadas as estruturas socioeconômicas. Ressalta também a incoerência de apreender o setor informal como locus puro e simples do bem-estar privado, já que este é passível de regulação legal e das políticas públicas.

Em terceiro, a autora destaca que na análise dos cuidados e atenções realizados informalmente deve ser levado em consideração as regulações externas e internas que sofrem, uma vez que possuem obrigações previstas em ordenamentos jurídicos, e limitações de liberdade.

A quarta questão sinalizada por Pereira (2008) se refere a dificuldade de se eleger a família como fonte privilegiada de proteção social, em virtude das mudanças em sua organização, gestão e cultura, associada a constatação de que existem diversos arranjos familiares.

A citada autora reforça dessa forma, que o objetivo da política social em relação à família não deve ser o de pressionar as pessoas para assumam responsabilidades além de suas possibilidades e condições objetivas, mas de oferecer-lhes alternativas para sua inserção cidadã. “Para tanto, o Estado deve se tornar partícipe naquilo que só ele tem como prerrogativa ou monopólio- a garantia de direitos” (PEREIRA, 2008, p. 40).

Mioto (2008b) ao relatar as formas de interferência do Estado junto às famílias, refere que esta ocorre em três grandes linhas: a da legislação através da qual se definem e regulam as relações familiares, tais como idade mínima do casamento, obrigatoriedade escolar, deveres e responsabilidade dos pais, posição e direitos dos cônjuges; as referentes as políticas demográficas tanto na forma de incentivo a natalidade como na de controle; e a difusão da cultura de especialistas nos aparatos policialescos e assistenciais do Estado destinados especialmente às classes populares.

Dessa forma, a autora aponta que ocorrem dois referenciais no processo de intervenção do Estado. No primeiro, o Estado é visto como intrusivo e regulador da vida familiar, e no segundo a intervenção do Estado na família tem se realizado através de uma sobrecarga de funções.

Essa discussão, de acordo com Mioto (2008b) coloca ainda em choque dois direitos: o à Privacidade e o à Proteção. Ressalta ainda que esta análise deve ser cuidadosa, visto que o limite da privacidade é diretamente proporcional à vulnerabilidade social.

As famílias pobres, “desestruturadas”, são mais facilmente visitadas por uma assistente social, para verificar suspeitas de violência, educação inadequada. As famílias consideradas “normais” conseguem defender com mais facilidade a sua privacidade, esconder com mais sucesso as suas violências e buscar alternativas de soluções sem publicização (MIOTO, 2008b, p.50).

Para Saraceno apud Mioto (2008b) uma outra possibilidade de interpretação da relação entre Estado e família, direciona para a apreensão de que o Estado não deve ser visto apenas

com um vínculo autoritário com a família, mas também como um recurso para sua autonomia. Nessa direção é acoplado o processo de definição e garantia de direitos individuais agenciados pelo Estado, principalmente os voltados para os mais frágeis, como crianças, idosos e mulheres.

Mioto (2008b, p. 49) sinaliza ainda que

a intervenção do Estado não pode restringir-se apenas ao processo de definição e garantia dos direitos individuais. Ao lado da garantia dos direitos individuais, deve ser colocado o processo de definição e implementação de políticas sociais, que forneça instrumentos de sustentação necessários para o bem-estar das famílias. As políticas sociais teriam o papel de modificar as conseqüências do funcionamento do mercado de trabalho sobre a disponibilidade de recursos para as famílias, que se colocam diversamente na linha de estratificação social.

Todas essas formas de interpretar tais relações expressam a complexidade da discussão na contemporaneidade. Devemos refletir que as famílias não são uma unidade simples e homogêneas, e nem o Estado é uma unidade monolítica. As formas de relação que ele assume com as famílias dependem, sobretudo, da história política e social dos países (MIOTO, 2008b).

FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Segundo Mioto (2007), o familismo é a base das políticas sociais brasileiras. Na tradição familista existem dois “canais naturais” para satisfação das necessidades dos indivíduos: o mercado – pela inserção no trabalho; e a família. O Estado só intervém quando um desses canais falha e de maneira temporária.

No Brasil, essa tendência foi abalada pelo processo de rearticulação da sociedade em torno do fim da ditadura, a partir da organização dos movimentos sociais, e do alargamento da concepção de cidadania com a ampliação de direitos, respaldados pela Constituição de 1988.

Itaboraí (2005) apresenta que a vinculação de políticas sociais e o incentivo de determinados modelos familiares é recorrente na história do Brasil, como pode ser exemplificado pela ausência de apoio às famílias populares no século XVIII que determinou o

abandono de crianças por pais e mães incapazes de sustentá-las; como também o próprio higienismo que propunha a divulgação do modelo de família burguesa para as camadas mais baixas no século XIX.

Outro fato posto por Carvalho (2007) se refere aos anos de 1960/ 1970, momento em que o Brasil passou por um crescimento econômico, o que gerou a carência de mão de obra, fazendo com que a opção pelas políticas sociais recaísse sobre a mulher no grupo familiar. Tratava-se de ofertar as mulheres condições para o desenvolvimento de habilidades e atitudes de melhor gerir o lar, do ponto de vista da economia doméstica e do planejamento familiar, e capacitá-las para a entrada no mercado de trabalho.

No início da década de 1990 no Brasil, o advento da nova da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, recupera e reforça o olhar sobre a família. É um período de institucionalização de novos marcos para a proteção social do país, pois se tem ainda a instauração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Lei Orgânica da Saúde (LOS), entre outros.

Porém, é a partir dos anos 1990 que também ocorre no país a entrada do neoliberalismo. A conjuntura nacional é de redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação, manipulação dos espaços de controle social e minimização dos direitos garantidos na Constituição de 1988. Há a solidificação da disputa entre diferentes projetos políticos.

Assim, contraditoriamente, no Brasil a partir de 1990, ao mesmo tempo que toma corpo a versão liberal de proteção social – atingindo a previdência social através de reformas que impactam a vida dos trabalhadores, a assistência social com a estruturação de uma série de programas de transferência de renda e a saúde com a criação do Programa de Saúde da Família – tem lugar também a luta pela implementação do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme a Lei n.8.080, de 1990 que dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, e da Lei 8.142, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, além da regulamentação de outras leis e normas operacionais (MIOTO, 2008a, p.143).

Estas transformações e a disputa entre projetos societários distintos rebateram diretamente no campo da proteção social. Podemos verificar, por exemplo, que a instauração do Benefício de Prestação Continuada (BPC)/LOAS, traz a demonstração de que a família não tem condições de arcar com o sustento do idoso ou deficiente, e esse reconhecimento é um avanço, uma vez que alerta que as famílias pobres possuem fragilidades na sua manutenção. Ao mesmo tempo, traz o questionamento quanto ao corte de renda estipulado (1/4 per capita do salário mínimo), e a própria focalização em sujeitos fragilizados no interior da família (idosos ou deficientes), contribuindo para uma seletividade na aplicação do BPC.

Outro exemplo, levantado por Itaboraí (2005) é o próprio programa Bolsa- família, que traz no seu cerne uma vinculação a um determinado modelo de família, uma vez que a transferência de renda está relacionada, entre outros, com a presença de filho de até dezessete anos. Isto é, ocorre a centralidade em grupo específico dentro do núcleo familiar: crianças e adolescentes.

A reflexão trazida pela autora vai no sentido de questionarmos quanto a expectativa que se tem de que quando estes adolescentes atingirem a maior idade, ocorrerá concomitantemente uma modificação da situação de vida da família. O que se verifica na atualidade, é que isto não ocorre de fato, já que se tem, por exemplo, dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Mito (2008a) apresenta que ao mesmo tempo, a instauração do programa Bolsa-família tem um significado relevante, pois coloca a família como eixo central de suas ações (MIOTO, 2008a).

Outra reflexão importante é trazida a por Sposati et al (2003) que aponta que na medida que certo grau de carência é passaporte para ingressar na assistência, ocorre a transformação das pessoas em mendicantes institucionais (a partir da necessidade de comprovação do “fracasso familiar”), ao invés de ser espaço de conquista de direitos sociais e de reconhecimento de cidadania.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nessas considerações parciais trago algumas questões para refletirmos sobre a relação entre família e políticas sociais. O que estamos querendo levantar é uma problematização em torno desta relação para que nós, assistentes sociais, possamos construir a partir dos limites postos, estratégias condizentes com o nosso projeto ético-político profissional, e que tenha como cerne os usuários e suas reais necessidades.

O primeiro questionamento a ser levantado é o trazido por Fonseca (2002): se as famílias são plurais, as políticas também deveriam ser?

Partindo do entendimento de que hoje existem na sociedade diferentes arranjos familiares que expressam necessidades distintas de acordo com a classe social, local de moradia, renda, composição familiar entre outros, consideramos que as políticas também deveriam ser articuladas e planejadas de acordo com essa diferenciação. Corroborando com Fonseca (2002) considero que as políticas formuladas e executadas de forma fragmentada contribuem para a burocracia e inibem as possibilidades mais amplas de controle público.

Compreendemos, então que as mudanças familiares têm sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, e seu impacto incide de formas distintas sobre eles, porque o acesso a recursos é desigual numa sociedade de classes. Portanto, para abordar o tema das famílias e das políticas sociais não se pode partir de um único referencial. O Estado deve pensar em políticas públicas de caráter universalistas, que assegurem proteção social e que reconheça a família como sujeitos de direitos (GOMES e PEREIRA, 2005).

O segundo questionamento parte do exposto por Vasconcelos (1999) sobre a necessidade de superação da visão de certos profissionais e gestores das políticas sociais a respeito da incapacidade dos pobres cuidarem de si mesmos. O autor considera que é preciso, construir educativamente na cultura institucional uma tolerância com a diversidade humana, de forma que os profissionais compreendam as diferenças de raça e de cultura presentes na sociedade brasileira e, assim, as respeitem politicamente. Os profissionais que trabalham com famílias devem estar sensíveis e dispostos a uma reflexão crítica sobre suas experiências, valores, crenças e mitos familiares (VASCONCELOS, 1999).

Pereira (2004) acrescenta que muitas vezes o que ocorre é uma penalização da família por instituições que deveriam promovê-la, uma vez que temos a construção histórica de que independente das condições de vida e dos próprios problemas de convivência familiar, a

família deve ser capaz de proteger seus membros. É que esse papel só poderá ser aquilatado se a evolução da família for considerada no contexto de sua recente reestruturação, o que para muitos significa “crise”, “desorganização” ou “patologia”.

Mioto (2008b) observa ainda que os serviços se organizam a partir de uma perspectiva pautada em papéis típicos de um direcionamento funcional de família que coloca a mulher-mãe responsável pelo cuidado e pela educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. O desempenho dessas funções, muitas das vezes, encontra-se relacionado a julgamentos morais, principalmente em relação a figura materna.

Espera-se, portanto, que a família seja enfocada de forma concreta na agenda política dos governos para que ela possa prover sua autonomia e para que seus direitos sejam respeitados. É necessário que as políticas públicas venham em apoio às famílias não apenas em relação à renda, mas também em relação ao acesso a bens e serviços sociais (GOMES e PEREIRA, 2005).

Esta construção nos faz crer que hoje tratamos muito mais de uma focalização do que de uma centralidade da família nas políticas sociais.

Encerramos trazendo a colocação de Gomes e Pereira (2005) que ressaltam que no trabalho com famílias, os princípios a serem considerados devem ser: o rompimento com a idéia de família sonhada e ter a família real como alvo: como lugar de afeto e também de conflito; olhar a família em seu movimento; trabalhar com a escuta da família, reconhecendo a sua heterogeneidade; e temos como direcionamento de intervenção a compreensão de que se um membro da família está precisando de assistência, sua família também está.

Notas:

¹O projeto ético-político é um conjunto de valores e concepções ético – políticas através das quais os assistentes sociais se expressam, representando uma projeção coletiva de concepções hegemônicas existentes no meio profissional (BRAZ, 2004). O projeto profissional do Serviço Social está vinculado a um projeto de sociedade que propõem a construção de uma nova ordem societária, onde não haja exploração e dominação de classe, etnia e gênero; ressalta a democratização como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; valoriza o compromisso com a competência profissional e salienta a necessidade de um constante aperfeiçoamento intelectual e de uma atitude investigativa; prioriza uma nova relação com os usuários permeada pelo compromisso com a qualidade dos serviços prestados e pelo incentivo à participação popular; e é um

projeto que só se potencializa com o estabelecimento de relações com outras categorias profissionais e movimentos sociais (NETTO, 2006).

² Indicamos para um maior aprofundamento da discussão sobre as transformações da Família: ARIÉS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

³ Ver a esse respeito: CAMPOS, M. Família e política social: caso brasileiro e estudo particular em São Paulo. VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

⁴ O longo período de expansão pós-guerra que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político - econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista - keynesiano (HARVEY, 1998, p. 119).

Referências Bibliográficas

ALENCAR, M. T. *Família*. Anotações de sala de aula. Curso de especialização em Serviço Social em Oncologia. Instituto Nacional de Câncer. 2006.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.78. São Paulo: Cortez, p. 49-68, 2004

CAMPOS, M. *Família e política social: caso brasileiro e estudo particular em São Paulo*. VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

CARVALHO, M.C. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A; VITALE, M.A. (orgs). *Família – Redes, laços e políticas públicas*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos especiais, PUC/SP, 2007. p. 267-274.

CARVALHO, I; ALMEIDA, P. Família e Proteção social. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, 17 (2), 2003, p. 103-114.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua nova*. n 24. São Paulo: Marco Zero/ Cedec, set. 1991.

FALEIROS, V.P. As funções da política social no capitalismo. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social*. São Paulo: Cortez, 1980, p.55-74.

FONSECA, M. T. *Famílias e políticas sociais: subsídios teóricos e metodológicos para a formulação e gestão das políticas com e para famílias*. Dissertação (mestrado em administração pública). Fundação João Pinheiro, maio, 2002.

GOMES, M; PEREIRA, M. L. família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*. n 10 (2), p. 357-363, 2005.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e Serviço Social. REZENDE, I; CAVALCANTI, L. F. *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 11-24, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis* – Revista da associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano 2, n 3 (jan / jul, 2001). Brasília: Graflina, 2001, p. 09 - 32.

ITABORAI, N. *A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas*. IUPERJ.2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/NathalieItaborai.pdf>. Acesso em outubro de 2008.

MIOTO, R. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I et al (orgs). *Política social no capitalismo- tendências contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2008a, p. 130- 148.

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n° 55, p. 114-130, abr. 1997.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M et al (orgs). *Política social família e juventude* – uma questão de direitos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008b, p. 43-59.

_____. *Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, UFSC, abril de 2007.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. *Revista Virtual textos e contextos*. n 3, dez. 2004.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Mota et al (orgs). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 141 - 160.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M et al (orgs). *Política social, família e juventude* – uma questão de direitos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 25-41.

SPOSATI, A. O. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, E. M. A priorização da família nas políticas de saúde. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro: v. 23, n.53, p-6-19, set/dez, 1999.

VIANA, A. L; LEVCOVITZ, E. Proteção Social: introduzindo o debate. VIANA, A. L. D; ELIAS, P.E; IBAÑEZ, N (orgs). *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 15-57.